

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA**

**ADELIO DE SOUSA MARTINS**

**DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E DA CHINA  
A PARTIR DE 1990: um estudo.**

**FRANCA**

**2015**



**ADELIO DE SOUSA MARTINS**

**DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E DA CHINA  
A PARTIR DE 1990: um estudo.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário de Franca* para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho.

**FRANCA**

**2015**

**ADELIO DE SOUSA MARTINS**

**DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E DA CHINA  
A PARTIR DE 1990: um estudo.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário de Franca* para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Franca, 04 de setembro de 2015

Orientador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Me. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dnd. Pedro Henrique do Nascimento

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico à minha família que me apoiou  
nessa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- ao meu orientador, o Prof. Dr. Hélio Braga Filho;
- aos professores Me. Márcio Benevides Lessa e Dnd. Pedro Henrique do Nascimento, integrantes da banca examinadora;
- a todos os meus professores;
- a todos os meus colegas de curso; e
- à Uni-FACEF e aos seus integrantes.

*Sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos.*

Celso Furtado

## RESUMO

O presente estudo investiga o desempenho da balança comercial entre Brasil e China, a partir de 1990 até 2013, sob a ótica dos planejamentos de Estado (longo prazo) e de planos governos (curto prazo). O objetivo deste trabalho é examinar o processo histórico da evolução econômica de ambos os países naquilo que este processo contribuiu para aquele desempenho. O problema de pesquisa que se coloca é: que fatores históricos contribuíram para o desempenho da balança comercial desses dois países a partir de 1990 até 2013? A resposta à questão apresentada toma como referencial o conjunto Estado-governos-planejamento-tempo e busca no passado, as raízes dos resultados recentes da balança comercial entre Brasil e a China. A metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica e abrange o método de abordagem indutivo e os métodos de procedimento comparativo e histórico. A abordagem indutiva e o procedimento histórico são utilizados para examinar de que forma as decisões de política econômica passadas se refletiram no presente, enquanto que o procedimento comparativo utiliza informações e dados estatísticos para embasar os argumentos indutivos e históricos apresentados. Na conclusão o estudo sugere que os resultados da balança comercial de e entre ambos os países, no momento presente, são consequências de suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas tomadas e realizadas no passado.

**Palavras-chave:** balança comercial; história econômica; política econômica; planejamento de estado; planos de governo.

## ABSTRACT

This study investigates the performance of the trade balance between Brazil and China, from 1990 to 2013, from the perspective of state planning (long term) and government plans (short term). The objective of this paper is to examine the historical process of economic development of both countries in what this process has contributed to that performance. The research problem that arises is: what historical factors contributed to the performance of the trade balance of these two countries from 1990 until 2013? The answer to the question referred take as a reference the state governments-planning-time together and looking in the past, the roots of the recent results of the trade balance between Brazil and China. The methodology is based on a literature search and covers the inductive method of approach and methods of comparison and historical procedure. The inductive approach and historical procedure are used to examine how past economic policy decisions were reflected in the present, while the comparative procedure uses information and statistics to support inductive and historical arguments. In conclusion the study suggests that the results of the trade balance between both countries and, at present, are consequences of their respective decisions and economic policy actions taken and held in the past.

**Keywords:** trade balance; economic history; economic policy; state planning; Government plans.

## RESUMEN

Este estudio investiga el desempeño de la balanza comercial entre Brasil y China, de 1990 a 2013, desde la perspectiva de la planificación estatal (a largo plazo) y los planes del gobierno (a corto plazo). El objetivo de este trabajo es examinar el proceso histórico de desarrollo económico de ambos países en lo que este proceso ha contribuido a que el rendimiento. El problema de investigación que se plantea es: ¿qué factores históricos contribuyeron al desempeño de la balanza comercial de estos dos países desde 1990 hasta 2013? La respuesta a la cuestión prejudicial toma como referencia la planificación a tiempo los gobiernos estatales juntos y mirando en el pasado, las raíces de los últimos resultados de la balanza comercial entre Brasil y China. La metodología se basa en una búsqueda bibliográfica y cubre el método inductivo de enfoque y los métodos de comparación y procedimiento histórico. El enfoque inductivo y procedimiento histórica se utilizan para examinar cómo el pasado se reflejaban las decisiones de política económica en el presente, mientras que el procedimiento comparativo utiliza información y estadísticas para apoyar los argumentos inductivos e históricos. En conclusión, el estudio sugiere que los resultados de la balanza comercial entre ambos países y, en la actualidad, son consecuencias de sus respectivas decisiones y acciones de política económica adoptadas y mantenidas en el pasado.

**Palabras clave:** la balanza comercial; historia económica; política económica; planificación estatal; Los planes del gobierno.

## LISTA ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Gráfico da pauta de exportações brasileiras por intensidade tecnológica 1995-2006 (%).....	36
<b>Figura 2</b> - Gráfico da pauta de importações brasileiras por intensidade tecnológica 1995-2006 (%).....	37
<b>Figura 3</b> - Gráfico da pauta de exportações chinesas por intensidade tecnológica 1995-2006 (%).....	38
<b>Figura 4</b> - Gráfico da pauta de importações chinesas por intensidade tecnológica 1995-2006 (%).....	38
<b>Figura 5</b> - Gráfico da balança comercial normalizada (BCN).....	43
<b>Figura 6</b> – Gráfico da balança comercial do Brasil com a China (FOB) em US\$ milhares (1983-2013).....	60
<b>Figura 7</b> – Gráfico da taxa de câmbio efetiva real: base 1993 = 100.....	78
<b>Figura 8</b> – Gráfico das exportações totais brasileiras(1990-2010).....	123
<b>Figura 9</b> - Gráfico dos termos de troca brasileiros (1990-2010).....	126
<b>Figura 10</b> - Gráfico das exportações totais chinesas (2000-2010).....	146
<b>Figura 11</b> – Gráfico do PIB das 10 maiores economias do mundo em 2010 .....	153
<b>Figura 12</b> - Sofisticação tecnológica das exportações chinesas (1978-2010) .....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa média real anual (%) de crescimento do PIB (valores constantes de 2000) .....	27
Tabela 2 - Participação (%) no comércio mundial .....	30
Tabela 3 - Grau de abertura [(X + M)/PIB] (%) .....	31
Tabela 4 - Estrutura produtiva: Valor Adicionado dos grandes setores da economia em % do PIB .....	33
Tabela 5 - Saldo comercial normalizado [(X – M) / (X + M)] (%) .....	41
Tabela 6 - Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em US\$ Milhões) .....	44
Tabela 6 - Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em US\$ Milhões) .....	45
Tabela 7- Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em número de produtos) .....	45
Tabela 8 - Setores exportadores brasileiros para a Argentina mais afetados (%): Variação entre 2011 e 2013 .....	47
Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 - 2011 .....	48
Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 – 2011 .....	49
Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 – 2011 .....	50
Tabela 10 - Formação Bruta de Capital Fixo: FBCF em (%) do PIB .....	52
Tabela 11 - Poupança interna: em (%) do PIB .....	53
Tabela 12 - Reservas internacionais: em US\$ bilhões .....	55
Tabela 13 - Evolução das taxas de câmbio (R\$/US\$): 1998-2008 .....	56
Tabela 13 - Evolução das taxas de câmbio (R\$/US\$): 1998-2008 .....	57
Tabela 14 - Câmbio em outubro de 2002: cotações diárias do dólar .....	57
Tabela 15 - Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares .....	59
Tabela 15 - Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares .....	60
Tabela 16 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008) .....	65

Tabela 16 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008).....	66
Tabela 16-A - Padrão de exportações: <i>commodities</i> e não <i>commodities</i> do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008).....	66
Tabela 16-B - Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008).....	67
Tabela 17 - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2000-2008).....	68
Tabela 17-A -Padrão de importações do Brasil com relação à China: <i>commodities</i> e não <i>commodities</i> - em valores totais e em % (2000-2008).....	69
Tabela 17-B - Padrão de importações do Brasil com relação à China: classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008).....	69
Tabela 18 - Exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares (2009-2013).....	86
Tabela 19 - Preços médios de exportação de <i>commodities</i> : em US\$/Ton.....	86
Tabela 21 - Evolução das taxas de câmbio (R\$ / US\$): 2009-2012.....	88
Tabela 22 - Estrutura de produção: agricultura e indústria (%) (1907, 1919 e 1939) .....	95
Tabela 23 - Industrialização no Brasil: indicadores (1901-1930).....	96
Tabela 24- Estrutura de produção: distribuição percentual do valor da produção industrial segundo grupos de produtos (1939-1980) .....	99
Tabela 25 - Industrialização no Brasil: indicadores (1939-1980).....	100
Tabela 26 - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1940-1979) .....	101
Tabela 27 - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1950-1979).....	101
Tabela 28 - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1980-1999).....	113
Tabela 28 - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1980-1999).....	114
Tabela 29 - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1980-1999) .....	114

Tabela 30 - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1989-2000) .....	115
Tabela 31 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em Valores totais e em % (2009-2013) .....	118
Tabela 31 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em Valores totais e em % (2009-2013) .....	119
Tabela 32 - Padrão de exportações do Brasil para a China: <i>commodities</i> e não <i>commodities</i> - em valores totais e em % (2009-2013).....	120
Tabela 33 - Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013).....	120
Tabela 34 - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2009-2013).....	120
Tabela 34 - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2009-2013).....	121
Tabela 35 - Padrão de importações do Brasil com relação à China: <i>commodities</i> e não <i>commodities</i> - em valores totais e em % (2009-2013)....	122
Tabela 36 - Padrão de importações do Brasil com relação à China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013) .....	122
Tabela 37 - Índice de Preço e Quantum de Exportação e Importação (Base: média de 1996 = 100) .....	124
Tabela 37 - Índice de Preço e Quantum de Exportação e Importação (Base: média de 1996 = 100) .....	125
Tabela 38 - Planos Quinquenais da China (1953-2020).....	144
Tabela 39 - Índice de participação comercial da China em relação ao Brasil .....	149
Tabela 39 - Índice de participação comercial da China em relação ao Brasil .....	150
Tabela 40- Índice médio (%) de participação comercial da China em relação ao Brasil por períodos.....	150
Tabela 41 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2000 a 2004).....	172
Tabela 42 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2005-2008) .....	173
Tabela 43 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2009-2011) .....	174
Tabela 44 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2012-2013) .....	175
Tabela 45 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2000 a 2004).....	176

Tabela 46 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2005-2008) .....	177
Tabela 47 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2009-2011) .....	178
Tabela 48 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2012-2013) .....	179
Tabela 49 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2000 a 2003) .....	180
Tabela 50 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2004 a 2006) .....	181
Tabela 51 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2007 a 2009) .....	182
Tabela 52 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011) .....	183
Tabela 52 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011) .....	184
Tabela 53 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013) .....	185
Tabela 53 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013) .....	186
Tabela 54 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2000 a 2003) .....	187
Tabela 55 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2004 a 2006) .....	188
Tabela 56 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2007 a 2009) .....	189
Tabela 57 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011) .....	190
Tabela 57 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011) .....	191
Tabela 58 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013) .....	192
Tabela 58 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013) .....	193

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ANP	Assembleia Nacional Popular
APEC	Acordo de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
BACEN	Banco Central do Brasil
BCN	Balança Comercial Normalizada
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRICs	Brasil – Rússia – Índia – China
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CEO's	Chief Executive Officer
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLPC	Comissão de Limites das Plataformas Continentais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ELP'	Exército de Libertação Popular
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDEC	Índice de Desempenho Exportador Comparado
IEE	Índice de Especialização das Exportações
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preço de Mercado
ILF	Índice de Lafay
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MLP	Modelo Liberal Periférico
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Plano de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SHF	Sistema Financeiro da Habitação
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VALE	Companhia de Minérios Vale do Rio Doce
VCR	Vantagem Comparativa Revelada
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>1. EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL (ANÁLISE COMPARATIVA) .....</b>	<b>23</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	23
1.2 BRASIL E CHINA EM RELAÇÃO AO MUNDO (1990-2008).....	25
1.2.1 Taxa média anual percentual de crescimento do PIB.....	27
1.2.2 Participação percentual no comércio mundial .....	29
1.2.3 Grau de abertura do comércio exterior .....	31
1.2.4 Análise do potencial de longo prazo .....	32
1.2.4.1 Estrutura produtiva: Valor Adicionado dos grandes setores da economia em % do PIB .....	33
1.2.4.2 Pauta comercial por intensidade tecnológica.....	36
1.2.4.3 Vantagens comparativas .....	39
1.2.4.4 Desempenho comercial .....	40
1.2.4.5 Ganhos e perdas em mercados selecionados.....	44
1.2.4.6 Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF (percentual do PIB) .....	47
1.2.4.7 Disponibilidade de poupança interna (percentual do PIB) .....	53
1.2.4.8 Reservas internacionais (percentual do PIB).....	54
1.2.4.9 Taxa de câmbio .....	55
1.3 BRASIL E CHINA: RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS (1990-2008) .....	58
1.3.1 Balança comercial .....	58
1.3.2 Pauta comercial entre Brasil e China.....	64
1.3.2.1 Pauta comercial: exportações do Brasil para a China .....	64
1.3.2.2 Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China.....	67
1.3.3 Influência do câmbio real sobre a pauta comercial.....	77
1.3.4 Síntese do período (1990-2008).....	84
1.4 COMPARAÇÕES BRASIL E CHINA (2009-2013).....	85
1.4.1 Síntese da análise comparativa (1990-2013) .....	89
<b>2. UMA SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO .....</b>	<b>91</b>

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	91
2.2 BRASIL.....	92
2.2.1 Antecedentes: a República Velha (1889-1930) .....	92
2.2.2 Era Desenvolvimentista (1930-1979).....	97
2.2.3 As Décadas Perdidas (1980-1994).....	111
2.2.4 De 1990 até os dias atuais .....	116
2.2.5 Síntese da história econômica brasileira nos séculos XX e XXI.....	126
2.3 CHINA .....	128
2.3.1 Antecedentes da criação da República Popular da China até a assunção ao poder por Deng Xiaoping (1949-1978) .....	128
2.3.2 Implantação das reformas econômicas, o risco de retrocesso e a aceleração da economia chinesa (a partir de 1978).....	137
2.3.3 Planejamento de Estado e os planos quinquenais .....	143
2.3.4 Síntese da história econômica chinesa nos séculos XX e XXI .....	152
2.4 HISTÓRIA E PLANEJAMENTO .....	153
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>172</b>
ANEXO A - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2000-2013) .....	172
ANEXO B – Pauta de Importações do Brasil com Relação à China (2000- 2013) .....	180

## INTRODUÇÃO

A balança comercial é o resultado líquido das transações com exportações e importações de mercadorias e representa a parcela mais expressiva na conta do balanço internacional de pagamentos de um país.

Para os seus resultados concorrem grande parte das atividades econômicas realizadas nos diversos setores que produzem os bens transacionados no mercado internacional. Essas atividades são, por sua vez, resultados de decisões e ações de políticas tanto governamentais quanto privadas ao longo do tempo e a balança comercial acaba por refletir parte considerável do conjunto das atividades econômicas de um país em determinado período. Daí que para compreendê-la é necessário ampliar o seu estudo para além dos números que representam as exportações e as importações. É fundamental conhecer o processo que levou a esses números.

Nesse processo os países tomam decisões e realizam ações de política econômica considerando as conjunturas nacionais e internacionais, ou seja, o momento. Entretanto, estas decisões e ações econômicas de curto prazo e de resultados rápidos devem, necessariamente, estar alinhadas com objetivos de longo prazo. Estes objetivos maiores, expressões dos anseios cristalizados no processo de evolução histórica de um povo devem ser o farol a orientar as estratégias para atingi-los. Trata-se, pois de ter planejamento estratégico de longo prazo orientando a realização de ações que promovam mudanças estruturais nas áreas políticas, econômicas e sociais com a finalidade de orientar e guiar as eventuais e pontuais intervenções conjunturais, de modo que estas permitam aproveitar as oportunidades que se apresentam e corrigir rumos na busca dos objetivos maiores.

Assim devem ser os planejamentos de Estado - de longo prazo, visando mudanças estruturais - a guiar os planejamentos de governo - de curto prazo, respondendo aos aspectos conjunturais. Planejamentos de Estado visam atender aos grandes interesses nacionais, cristalizados na evolução histórica de um povo e buscam satisfazer às suas mais altas aspirações como, por exemplo, o anseio pelo progresso e, por conseguinte, crescimento econômico, justa distribuição de renda, padrões de vida elevados e avanço científico e tecnológico.

Planejamentos de governo devem, portanto, almejar o alcance de uma situação desejada no curto prazo e, ao mesmo tempo, contribuir para realizar objetivos definidos no longo prazo.

Os sucessivos governos tomam decisões de política econômica de acordo com a conjuntura que enfrentam e acabam de forma consciente ou inconsciente, por conceber, também, planejamentos de longo prazo, mas nem sempre isso acontece. Normalmente os governos concebem planos de curto e médio prazo visando, tão somente e apenas, atender a seus interesses imediatos, como a própria manutenção no poder. Assim, as decisões do tempo presente podem ter reflexos diversos no futuro. Do mesmo modo o presente pode ser, e normalmente tem sido, o resultado da projeção de decisões passadas.

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho da balança comercial entre o Brasil e a China a partir de 1990 até 2013 e examinar o processo histórico da evolução política, econômica e social dos dois países que contribuiu para esse desempenho.

O problema de pesquisa que se coloca é: que fatores históricos contribuíram para o desempenho da balança comercial desses dois países a partir de 1990 até 2013? A resposta a ele toma como referencial o conjunto Estado-governos-planejamento-tempo e busca no passado as raízes dos resultados recentes da balança comercial entre Brasil e a China.

A metodologia utilizada se baseia em pesquisa bibliográfica e abrange o método de abordagem indutivo e os métodos de procedimento comparativo e histórico. A abordagem indutiva e o procedimento histórico são utilizados para examinar de que forma as decisões de política econômica passadas se refletiram no presente, enquanto que o procedimento comparativo utiliza informações e dados estatísticos para embasar os argumentos indutivos e históricos apresentados.

O trabalho está estruturado em dois grandes momentos. Num primeiro momento, apresentado no capítulo 1, a análise comparativa da evolução da balança comercial no período que se inicia em 1990 foi realizada com base em dados estatísticos abordando, inicialmente, as relações comerciais de ambos os países com o resto do mundo e, no prosseguimento, as relações comerciais bilaterais. O resultado desta análise provocou, então, a questão esboçada no problema de

pesquisa à qual se procurou responder no capítulo 2, momento em que se fez uma retrospectiva histórica e econômica destacando-se as decisões e ações de Estado e de governo de ambos os países, tomando-se como ponto de corte histórico o entorno do término da Segunda Guerra Mundial. Antes deste ponto realizou-se uma breve análise dos antecedentes históricos e depois dele aprofundou-se a análise nas concepções e ações de Estado e de governo que conduziram aos resultados apresentados pelo desempenho da balança comercial no capítulo 1.

O presente trabalho, portanto, examina compartimentos históricos paralelos relativos ao Brasil e à China em suas características mais amplas com as respectivas consequências econômicas. Em cada um desses compartimentos temporais a estrutura econômica de cada país passou por solução de continuidade, por ruptura ou mesmo por adaptação à conjuntura internacional. Como dito anteriormente, são os governos que tomam as grandes decisões visando concepções de Estado. Quando não têm essa visão de longo prazo e tomam decisões, ainda assim, elas repercutem no futuro, mesmo quando os governos estão buscando apenas atender a seus legítimos anseios e interesses de curto prazo.

Na conclusão o estudo sugere que os resultados da balança comercial de e entre ambos os países, no momento presente, sejam consequências de suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas tomadas e realizadas no passado.

Este trabalho é, portanto, somente uma dentre outras formas de abordagem e de explicação para o problema de pesquisa.

## **1. EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL (ANÁLISE COMPARATIVA)**

O capítulo 1 deste estudo dedicar-se-á à análise do período compreendido entre 1990 e 2013, foi dividido em dois subperíodos e é baseado em fontes publicadas no estudo “O Brasil e os demais países – Rússia – Índia – China (BRICs): comércio e política” organizado por Baumann (2010).

### **1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O primeiro período compreende o início dos anos 90 até a crise financeira de 2008 e o segundo, de 2009 a 2013. As razões para isso não são aleatórias e não se prendem apenas à evolução e tratamento dos dados estatísticos como base para as conclusões dos argumentos. Guardam um paralelo com a evolução econômica histórica de ambos os países, a qual será objeto de tratamento no capítulo 2.

Uma observação se faz importante: quando houver referência ao câmbio e ao valor do dólar, estar-se-á tratando dos valores do “dólar comercial norte-americano”. Exceções serão explicitadas.

O tamanho de suas populações, Brasil com 191 milhões de habitantes e China com 1,4 bilhão de habitantes (SIMIELLI, 2013), implica em imensas possibilidades para o desenvolvimento de grandes mercados internos e oportunidades para atender, em boas condições, às necessidades desses potenciais consumidores. Isso imbrica-se com o crescimento da economia e com o aumento dos fluxos de comércio internacional e contribui para a formação de um ciclo virtuoso.

Por outro lado, estudos relacionando Produto Interno Bruto (PIB) e renda domiciliar indicam haver evolução positiva dos dois fatores em ambos os países e que o crescimento chinês supera o brasileiro. Em publicação recente realizada por Neri (2011) intitulada “Os emergentes dos emergentes”, este autor analisa vários fatores relacionado ao que chamou de a “nova classe média dos

países emergentes”, e afirma que, a partir de 2003 a renda medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e por sua pesquisa similar chinesa sinaliza que no Brasil a renda cresceu 1,8% acima do crescimento do PIB, enquanto que na China esse crescimento foi oposto – o PIB chinês cresceu 2% acima da sua renda domiciliar e que a desigualdade está diminuindo no Brasil e aumentando na China. Para Neri (2011, p. 71), “[...] *o Brasil vai melhor para os brasileiros do que para os economistas*” numa alusão de que o micros social está evoluindo melhor do que o macroeconômico.

Estudos sobre os fluxos do comércio internacional sugerem haver correlação entre um dos componentes desse fluxo, a balança comercial, e o crescimento econômico dos países. O estudo de Baumann (2010, p. 9) aponta que “[...] *grandes mercados internos aumentam a chance de obter exportações viabilizadas pelo crescimento, mais que crescimento liderado por exportações*”. Nesta visão o crescimento é indutor das exportações. Já o estudo econométrico realizado por Focchezatto et al. (2010) evidenciou que para o caso específico do Brasil

*[...] ‘existe uma relação de causalidade unidirecional que vai da abertura comercial para o crescimento econômico’ e que ‘os testes com séries temporais (1951-2007) forneceram evidências robustas de que as exportações têm uma relação causal positiva com o PIB’. Os resultados são consistentes com a hipótese de export-led growth (ELG), a qual está fundamentada essencialmente na teoria da base exportadora e nos modelos de crescimento endógeno. (grifo nosso) (FOCHEZATTO ET AL, 2010, p. 621).*

O assunto continua em discussão no meio acadêmico sobre as relações de causa e efeito entre exportações e crescimento econômico. Os resultados desses estudos dependem de vários fatores e, dentre eles, das metodologias, das amostras de dados e do contexto nacional e internacional e, portanto, dependem das variáveis endógenas e exógenas utilizadas. Adotar-se-á ambas as visões como reforço aos argumentos.

Antes, algumas definições que nortearam este trabalho.

Conforme a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB, 2012, p. 25):

*Os produtos brasileiros exportados são classificados pelo MDIC/SECEX (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior) em quatro fatores agregados: básicos,*

*semimanufaturados, manufaturados e operações especiais. Os 'básicos', denominados 'commodities brutas', são mercadorias sem beneficiamento industrial. [...] Os 'semimanufaturados', identificados como 'commodities beneficiadas', são produtos submetidos a pequenos processos de beneficiamento industrial no Brasil. [...] Os 'manufaturados', como o próprio nome indica, são 'produtos submetidos a processo de industrialização'. Todavia, participam deste grupo mercadorias como açúcar refinado; suco de laranja; óleos combustíveis; gasolina; café solúvel; etanol; alumínio em barras; laminados de ferro ou aço; óxidos e hidróxidos de alumínio; madeira perfurada; compensados; etc, que embora sejam classificadas como manufaturados, são comercializadas como commodities. [...] As operações especiais são compostas pela reexportação de produtos anteriormente importados. (grifos nossos).*

Finalizando essas considerações, a moeda chinesa é o Yuan (¥) ou Renminbi (CNY)<sup>1</sup>.

## 1.2 BRASIL E CHINA EM RELAÇÃO AO MUNDO (1990-2008)

Apresentar-se-á, para os dois países, uma visão panorâmica de dados comparativos que interessam ao objeto de estudo do presente trabalho.

A extensão territorial dos dois países é gigantesca. Neste quesito, o Brasil é o 5º do mundo, com 8.502.728 Km<sup>2</sup> e China é o 4º país do mundo, com 9.572.900 Km<sup>2</sup> de superfície. Por um lado as imensas superfícies de ambos apresentam possibilidades tanto para abrigar grandes populações como para a existência de recursos naturais. Por outro lado, essas superfícies criam dificuldades para a implantação de infraestrutura econômica, particularmente no que se refere a sistemas de transporte e de comunicações.

Em geral, a distância de uma capital em relação às regiões extremas do país tem repercussões diferentes no que se refere à ligação e à articulação do centro de poder e de decisão com aquelas regiões mais distantes. Brasília, situada aproximadamente no centro do Brasil, favorece as ligações e articulações com o restante do país em melhores condições do que Pequim, localizada próxima ao extremo nordeste da China. No caso brasileiro, a construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, contribuiu para deslocar o eixo do desenvolvimento nacional

---

<sup>1</sup> Em português não se escreve o “n” antes de “p” e “b”, mas “Renminbi” é um substantivo internacional cujos símbolos de uso geral na escrita e na conversão de moedas são “¥ ou CNY”.

e interiorizar o progresso que, até a década de 1950, concentrava-se na faixa litorânea. Observe-se, entretanto, que as dificuldades apresentadas pelas distâncias de uma capital aos demais pontos do território de um país podem ser minimizadas, atualmente, pelo estabelecimento de modernas infraestruturas de transportes e de comunicações, dada a evolução tecnológica.

A posição geográfica absoluta do Brasil (aproximadamente entre o Equador terrestre e o Trópico de Capricórnio); a sua forma aproximadamente alongada no sentido norte-sul; a formação geológica (escudos antigos e bacias sedimentares) e a variedade de relevos, solos e climas apresentam grandes possibilidades tanto de recursos naturais quanto de variedades de culturas agrícolas.

A China, localizada aproximadamente entre o Trópico de Câncer e o Círculo Polar Ártico, com sua forma aproximadamente alongada no sentido leste-oeste, com formação geológica mista de escudos antigos, dobramentos recentes (Cordilheira do Himalaia) e poucas bacias sedimentares também é um país com diversidade de relevos e de solos, mas possui um clima predominante que tende para o frio. Porém a presença da Cordilheira do Himalaia aliada ao clima frio no interior do país são fatores que dificultam o aproveitamento de recursos naturais e restringem as atividades agrícolas à faixa contígua ao litoral. Em termos de recursos naturais ambos são classificados como “países com megadiversidade” (SIMIELLI, 2013, p. 27).

A posição relativa dos dois países favorece suas relações comerciais. O Brasil está próximo das rotas comerciais oceânicas do Atlântico Sul e Norte e a China das rotas dos Oceanos Índico e Pacífico. A China, entretanto, está localizada na região onde os mercados internacionais, na atualidade, são economicamente mais dinâmicos: mercado asiático e mercado norte-americano. Isso a favorece nas relações comerciais, em melhores condições que o Brasil.

A população chinesa, 1ª do mundo, com 1.339.724.852 habitantes é aproximadamente sete vezes maior que a brasileira, 5ª do mundo, com 190.755.799 habitantes<sup>2</sup> (SIMIELLI, 2013).

---

<sup>2</sup>Brasil: dados referentes ao Censo Demográfico 2010, IBGE.

Ambos dispõem de grande potencial mão-de-obra produtiva e de grande mercado consumidor. Entretanto, a produtividade de suas forças de trabalho é distinta e isto tem repercussões sobre o comércio exterior tanto com o resto do mundo como entre os próprios países, como se verá neste estudo.

Após a apresentação desses dados passar-se-á ao estudo suas relações comerciais com o resto do mundo.

### 1.2.1 Taxa média anual percentual de crescimento do PIB

A Tabela 1 espelha, em parte, o dinamismo de cada economia.

**Tabela 1** - Taxa média real anual (%) de crescimento do PIB (valores constantes de 2000)

País	Períodos			
	1990-1994	1995-1999	2000-2008	1990-2008
Brasil	2,7	1,4	4,1	3,0
China	12,6	8,7	11,7	10,3

**Fonte:**BAUMANN, 2010, p. 11. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Da análise da tabela acima, observa-se que nos dois primeiros períodos o PIB, em percentual, de ambos os países diminuiu, mas a queda do brasileiro (48,1%) foi maior do que a do chinês (30,9%). O que marca este período é a série de graves crises econômicas em países emergentes da América Latina e da Ásia (ROUBINI; MIHM, 2010), e o que o caracteriza foram os ataques especulativos às suas moedas bem como o endividamento excessivo de diversos setores de suas economias em moedas estrangeiras. As crises foram: México (1994); Tailândia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia e Rússia (1997-1998); Equador, Paquistão e Brasil (1999).

Quanto ao Brasil, a crise foi tanto no setor real quanto no setor monetário. Imediatamente anterior ao período em análise, o PIB brasileiro crescera pouco na década anterior e a inflação fugira de controle. O governo tentou controlar a inflação através de uma série de planos que frustraram as expectativas da sociedade (1986, 1987, 1989) e, ao adentrar a década de 90 continuava sem

grandes esperanças de melhora pelo fracasso de mais dois planos (1990 e 1991). A abertura comercial brasileira ao setor externo no governo Collor forçou os agentes econômicos nacionais a buscar mais eficiência e competitividade nos mercados interno e externo o que resultou em falências, fusões e aquisições no meio empresarial, mas não debelou o fantasma da inflação. Contra ela, entretanto, o Plano Real (1994) (LOPES; ROSSETTI, 2011), logrou êxito com a instituição de nova moeda – o Real - e com a implementação de várias medidas que. A princípio esse conjunto de decisões e ações do governo com uma aceitação melhor por parte da sociedade causou recessão no setor real da economia e valorização da moeda nacional face às moedas fortes e conversíveis, mas conseguiu estabilizar a economia nacional, deu à sociedade melhores expectativas quanto ao futuro, os agentes econômicos reagiram positivamente com o reaquecimento da atividade econômica e os reflexos positivos sobre o PIB não tardaram a surgir.

Posteriormente, em 1999, a nova conjuntura econômica internacional e a insustentabilidade do valor artificial da moeda nacional obrigaram o governo a abandonar da política de fixação do valor da moeda nacional dentro de determinada banda cambial e a adotar definitivamente a política de preço da moeda determinado pelo mercado ou política de câmbio flutuante. Isso resultou, como era de se esperar, na desvalorização do Real em relação ao Dólar e em relação a outras moedas fortes conversíveis.

Para a China que mantinha uma política de moeda nacional (Yuan ou Renminbi) desvalorizada e atrelada ao dólar dos EUA (FISHMAN, 2006), o efeito das crises atingiu mais o setor real de sua economia do que seu setor monetário. No setor real seus fluxos comerciais com os países em crise diminuiram devido ao arrefecimento da demanda desses países pelos produtos chineses e, em consequência, houve redução da produção interna voltada para o mercado externo.

No terceiro período o PIB, em percentual, de ambos os países aumentou, mas o aumento do brasileiro (192,9%) foi maior do que o do chinês (34,5%). Neste período houve outra série de graves crises econômicas: Ucrânia (2000), Argentina e Turquia (2001), Brasil e Uruguai (2002). Até 2002, a crise mais grave foi a que atingiu todos os setores da economia argentina que, em resposta à impossibilidade de saldar seus compromissos, decretou moratória unilateral e viu o

valor de sua moeda cair em queda livre. Mas o final do período reservaria o verdadeiro pesadelo: a chamada crise do “*subprime*” nos EUA em 2007 (ROUBINI; MIHM, 2010), que contaminou e ainda afeta todo o mundo. Note-se que Brasil e China foram pouco afetados por esta crise no seu início e contribuíram para manter durante alguns anos (até 2010) o nível da atividade da economia mundial num patamar um pouco melhor, devido à locomotiva chinesa e ao suprimento de *commodities* do Brasil para a China (SOUSA, 2011).

As crises relatadas anteriormente tiveram efeitos semelhantes nos dois países no sentido de fazer com que olhassem para dentro, ou seja, acordassem para a necessidade de incrementar seus próprios e imensos mercados potenciais internos de modo a diminuir a dependência econômica em relação a terceiros países. Dessa atitude se aproveitaria melhor a China no período posterior ao período em análise. Por ora, a partir do ano de 2000, a necessidade chinesa de *commodities* para atender aos seus mercados interno e externo e a capacidade do Brasil em suprir boa parte da demanda chinesa resultou no incremento da balança comercial entre ambos.

Ao se considerar todo o período 1990-2008 pode-se verificar que o crescimento brasileiro, em percentual e comparado ao chinês, foi oscilante e baixo. O chinês, ao contrário, foi mais estável e em altos níveis percentuais. Voltar-se-á a esse aspecto no presente trabalho.

Veja-se, a seguir, a participação percentual das exportações e importações de cada país no comércio mundial.

### 1.2.2 Participação percentual no comércio mundial

A atuação dos dois países no comércio internacional é apresentada abaixo.

Da análise da tabela abaixo, infere-se que o crescimento da participação brasileira tanto nas exportações (11,1%) quanto nas importações mundiais (28,6%) foi tímido quando comparado ao chinês cujas exportações cresceram 305% e as importações aumentaram 361%.

**Tabela 2 - Participação (%) no comércio mundial**

País	Exportações		Importações	
	1990	2008	1990	2008
Brasil	0,9	1,0	0,7	0,9
China	1,6	7,7	1,3	6,0

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 11. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Vários fatores podem ter contribuído para que as importações tenham sido superiores às exportações em ambos os países e, dentre eles, a necessidade de importação de bens de capital para o crescimento da produção.

No caso do Brasil pós-Plano Real, com a moeda nacional sobrevalorizada, o efeito importações teve dupla finalidade. Se por um lado essa foi uma oportunidade para ampliar e diversificar o parque industrial com a importação de bens de capital para atender, no futuro, à demanda do crescente mercado interno por outro lado, a demanda reprimida interna e a falta de competitividade dos produtos nacionais face aos importados, tudo aliado à valorização do real fizeram com que o fluxo de importações de bens de consumo fosse expressivo e contribuísse para assegurar a estabilidade dos preços internos.

No caso chinês, as importações se destinaram mais aos bens de capital do que propriamente aos bens de consumo. Isso pode ser explicado em parte pela cultura da propensão chinesa a poupar; em parte pelo planejamento estratégico do governo (combinação de controle das importações com a atração de setores industriais multinacionais de interesse do país visando objetivos de longo prazo para alavancar o potencial manufatureiro da China e empregar a imensa disponibilidade de mão-de-obra, bem como copiar e posteriormente desenvolver o *Know-how* através da absorção de novas tecnologias) e em parte pelo baixo poder aquisitivo da maioria da população derivado dos baixos salários decorrentes da utilização de mão-de-obra intensiva que caracterizou a boa parte do período em análise. Como consequência disso, a China, ao exportar, inundou o mercado mundial com produtos competitivos. Inicialmente eram produtos na sua maioria copiados e com baixo valor agregado, mas posteriormente se tornaram produtos ainda competitivos, porém mais elaborados, de melhor qualidade e inovadores. Essas maciças exportações contribuíram para o expressivo aumento das reservas internacionais chinesas, para

a ampliação e modernização de sua base produtora e mudaram a visão e a dependência do comércio mundial em relação à China.

O Brasil beneficiou-se da imensa absorção de produtos primários pela China e tornou-se um de seus principais parceiros fornecedores de *commodities* (particularmente minérios e produtos agrícolas). Por outro lado, o Brasil, concomitantemente tornou-se, à semelhança de boa parte dos países do mundo, destino para os produtos manufaturados originários daquele país e, em consequência, alguns setores da indústria brasileira foram prejudicados pela falta de competitividade face aos chineses. Dentre esses setores podem ser citados o de calçados, de produtos têxteis e de brinquedos.

No prosseguimento analisa-se o grau de abertura comercial desses países.

### 1.2.3 Grau de abertura do comércio exterior

O grau de abertura é determinado pela fórmula apresentada na Tabela 3 e não tem sentido absoluto, apenas sentido relativo. Um valor elevado do coeficiente indica uma elevada abertura. Ele aponta quanto do PIB foi transacionado com o resto do mundo em termos percentuais e é, também, um indicativo da intensidade das relações comerciais de um país com o resto do mundo. Portanto, quanto mais intensas forem estas relações mais aberto será o país ao intercâmbio externo e maior será a participação do setor externo na geração do seu produto interno.

**Tabela 3** - Grau de abertura [(X + M)/PIB] (%)

País	Período		
	1990 -1994	1995 -1999	2000 – 2008
Brasil	18 %	17 %	26 %
China	42 %	39 %	59 %

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 12. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

A tabela acima mostra a participação do setor externo na geração do Produto Interno Bruto de ambos os países.

A investigação de Torezani e Piper (2012, p. 13) sobre o comércio exterior dos países sul-americanos afirma que:

*[...] a elevação verificada no coeficiente de abertura foi caracterizada pelo significativo aumento das importações desses países, sobretudo na década de 1990, e não de suas exportações e complementa. Já nos anos 2000, essa tendência se reverteu [...].*

Da análise da tabela acima pode observar-se que o Brasil aumentou seu grau de abertura, porém num ritmo um pouco abaixo de 50% do ritmo chinês. Em ambos os países esse grau de abertura foi oscilante e foi alavancado pelas importações como se verificou anteriormente nos comentários da Tabela 2.

O que se pode acrescentar é que o estímulo a esse incremento contou também com outros fatores: os processos de abertura comercial multilateral e a conformação de acordos regionais. No caso da China, como exemplos destes processos podem ser citados a sua entrada no Acordo de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) em 1991 e a sua aceitação na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2007. No caso do Brasil cita-se a criação do Mercosul em 1991, através do Tratado de Assunção. Considerando ambos, as suas participações nos BRICs contribuíram, além de outros fatores, para o incremento das relações comerciais bilaterais. O assunto BRICs merecerá um aprofundamento posterior. (O'NEILL, 2012).

#### 1.2.4 Análise do potencial de longo prazo

Segundo Baumann (2010, p.13) *“[...] o interesse em analisar o papel dessas economias no novo contexto internacional está fortemente associado, também, com o seu potencial de longo prazo”*. O estudo do potencial de longo prazo requer conhecer algumas características dos países analisados, tais como:

- as estruturas produtivas;
- as pautas comerciais por intensidade tecnológica;
- as vantagens comparativas de seus produtos no mercado internacional;
- o desempenho comercial;

- ganhos e perdas de mercados (em valores e números de produtos);
- a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF);
- a disponibilidade de poupança interna (uma das formas de financiamento da FBCF);
- o nível das reservas internacionais; e
- a taxa de câmbio.

#### 1.2.4.1 Estrutura produtiva: Valor Adicionado dos grandes setores da economia em % do PIB

Pode-se observar a evolução e as características das estruturas produtivas de ambos os países através dos dados apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 4** - Estrutura produtiva: Valor Adicionado dos grandes setores da economia em % do PIB

BRASIL	Setor	Períodos		
		1990 – 1994	1995 – 1999	2000 – 2007
	Agricultura	18,20	5,53	6,26
Indústria	39,03	26,50	28,19	
Serviços	52,76	68,21	65,55	

CHINA	Setor	Períodos		
		1990 – 1994	1995 – 1999	2000 – 2007
	Agricultura	22,60	18,39	12,86
Indústria	43,94	46,85	46,84	
Serviços	33,46	34,76	40,30	

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 14. Extratos da tabela original realizado pelo autor.

Analisando as duas tabelas acima, num primeiro momento, de 1990 para 2007, destacam-se:

- no Brasil as quedas das participações da agricultura (65,6%) e da indústria (27,8%) no PIB e a elevação da participação do setor de serviços (24,2%); e
- na China a queda da participação da agricultura (43,1%) e os aumentos das participações da indústria (6,6%) e a elevação da participação do setor de serviços (20,4%) no PIB.

A forte queda do setor da agricultura e o aumento moderado do setor de serviços seguem, em linhas gerais, um movimento mundial no qual os países em trânsito do subdesenvolvimento para o desenvolvimento apresentam essas duas características. Somente sob esta ótica, o Brasil apresentaria um padrão mais próximo do perfil dos países desenvolvidos do que a China, mas quando se considera o setor da indústria, neste caso e por este ponto-de-vista, a China se aproximaria mais dos países desenvolvidos do que o Brasil. Entretanto, como o termo desenvolvimento envolve muitas outras variáveis que não são o foco de análise do presente trabalho e, dentre elas, a distribuição dos benefícios do crescimento da economia para melhorar o padrão de vida da população como um todo e, ainda considerando que, no que se refere à China não se dispões de dados suficientes para esta análise, o comentário acima fica apenas como registro.

Sobre evolução das estruturas produtivas mundiais, afirma Baumann (2010, p.15) que:

*[...] entre 1970 e 2007 o peso dos serviços no valor adicionado mundial aumentou de 57% para 63%, houve pequena retração do setor agrícola (agropecuária, produção florestal e pesca) de 7% em 1970 para 5% em 2007, e queda no peso do setor industrial em seu conjunto, de 37% para 32% no mesmo período (apesar de relativa constância, em torno de 23%, do valor adicionado pela indústria de transformação).*

No que se refere à agricultura, na China o movimento de queda do setor foi continuamente descendente. No Brasil esse movimento oscilou no início da década de 90 para aumentar ligeiramente a partir do ano de 2000 e estabilizar-se em torno de 6%. Parte desse movimento pode ser explicada pelo aumento da produção e da competitividade agroexportadoras do país, bem como pela absorção de grande parte dessa produção por outros países emergentes, com destaque para a própria China.

Em relação às exportações brasileiras para os países que seriam posteriormente conhecidos por Brasil – Rússia – Índia – China (BRICs), o peso relativo do agronegócio na balança comercial do Brasil experimentou uma queda no período 1995-1999, para voltar a aumentar essa participação, mantendo, a partir de então, certa estabilidade (BAUMANN, 2010; GONÇALVES, 2005; GONÇALVES, 2013).

Observa-se, de dados extraídos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que, a partir do lançamento do acrônimo BRICs, em 2001, as relações comerciais entre seus membros, em valores absolutos, se intensificaram bastante em contraste com a década anterior e que, dentre eles, o parceiro que assumiu maior importância no comércio exterior brasileiro foi e continua sendo a China (BAUMANN et al., 2010).

No Brasil, verifica-se, atualmente, um padrão de comércio exterior denominado por alguns autores de processo de “reprimarização das exportações”, ou seja, um processo onde as exportações têm uma maior dependência em relação às exportações de *commodities*. Esse padrão tem sido contestado por outros autores, como se pode depreender.

Afirma Gonçalves (2005, p. 44;2013, p. 92-93) que:

*A partir da década de 1990 o setor agroexportador do Brasil aumentou significativamente sua participação na pauta de exportações, beneficiado por fatores tais como o incremento dos investimentos no setor, o uso de novas tecnologias, a expansão da fronteira agrícola, a liberalização comercial (abertura comercial do governo Collor) e o desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA. (grifo nosso).*

*[...] Neste período, o país experimentou e ainda persiste a queda da participação de manufaturados nas suas exportações globais e pouco avançou na diversificação da estrutura de comércio exterior. [...]. A análise dos dados no período 2002-2010 mostra uma redução da participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (56,8% em 2002 e 45,6% em 2010), com aumento da participação dos produtos básicos (25,5%, em 2002 e 38,5% em 2010).*

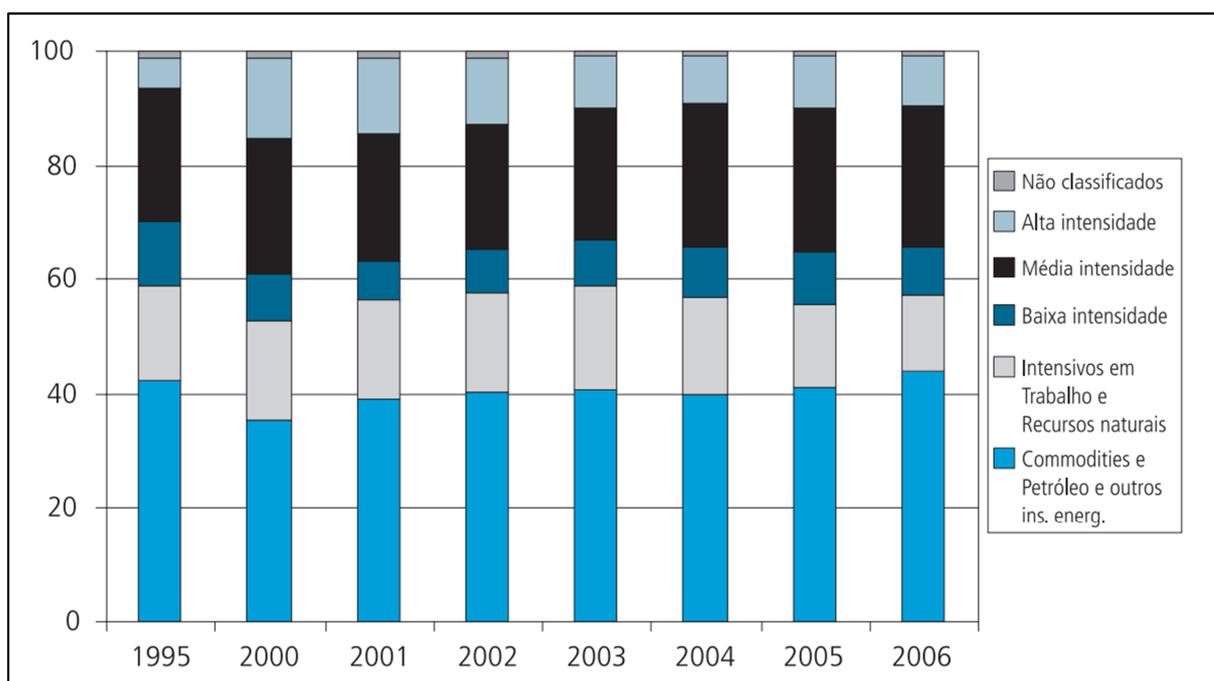
Discordam Barros e Pereira (2008) sobre a “reprimarização” e afirmam que: “[...] para muitos autores, o Brasil é vítima de um processo de desindustrialização [...] refutamos essa tese [...] o que ocorre é um processo de reestruturação, que tem gerado custos econômicos elevados [...]” (BARROS & GIAMBIAGI, 2008, p. 299-300).

Entretanto, ao se consultar a mídia, à época, verifica-se que no conjunto envolvendo empresários do setor industrial, economistas e universo acadêmico a opinião geral é mais convergente com a de Gonçalves do que com a de Barros e Pereira. As características da estrutura produtiva têm influência sobre vários aspectos econômicos no longo prazo. Com essa premissa ver-se-á algumas dessas repercussões.

#### 1.2.4.2 Pauta comercial por intensidade tecnológica

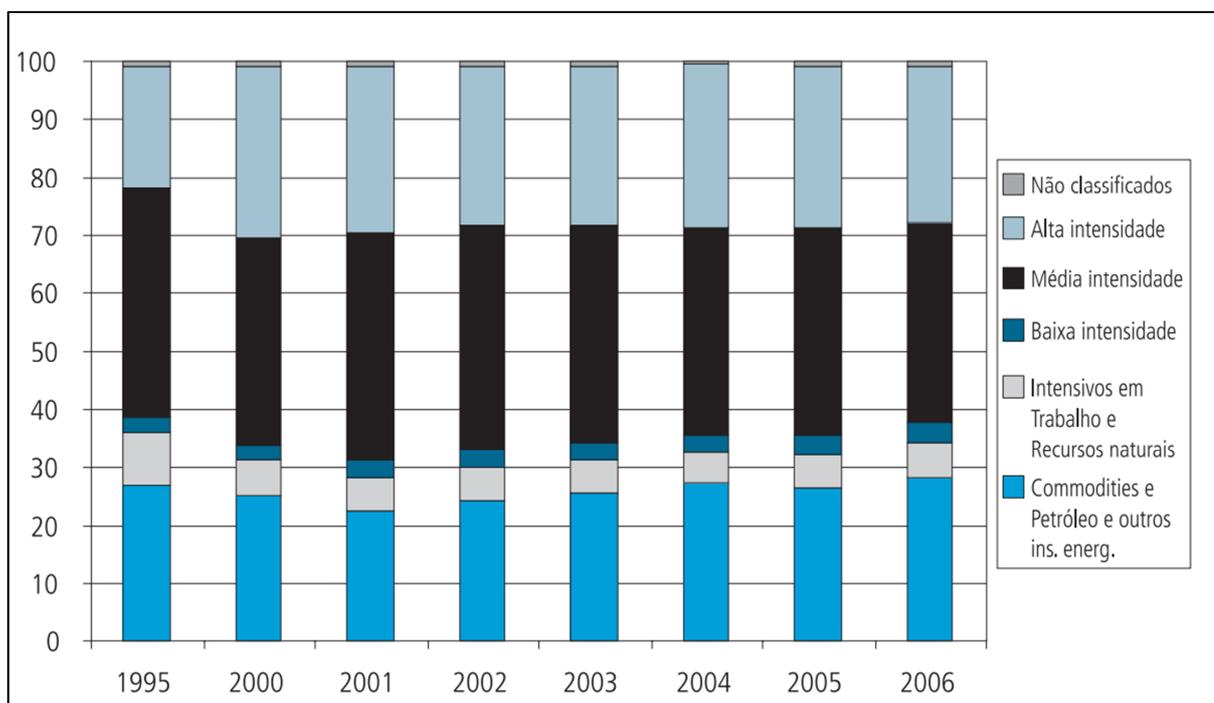
O estudo de Oliveira, Leão e Chernavsky (2010) refere-se à pauta comercial dos dois países por intensidade tecnológica com o resto do mundo e espelha as diferentes formas de inserção internacional de Brasil e China, bem como reflete as transações de ambos no valor agregado a seus produtos.

**Figura 1** - Gráfico da pauta de exportações brasileiras por intensidade tecnológica 1995-2006 (%)



Fonte: OLIVEIRA; LEÃO; CHERNAVSKY, 2010, p. 88.

**Figura 2 - Gráfico da pauta de importações brasileiras por intensidade tecnológica 1995-2006 (%)**



Fonte: OLIVEIRA; LEÃO; CHERNAVSKY, 2010, p. 88.

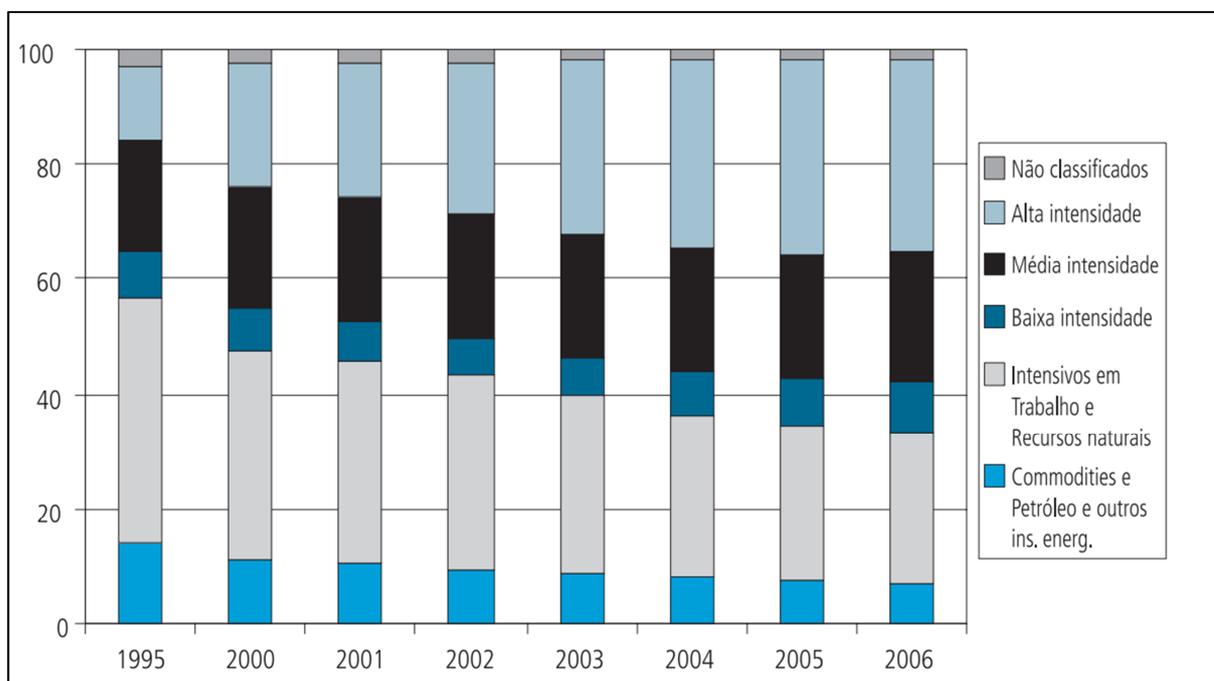
Da análise dos figuras 1 e 2, se depreende que as transações brasileiras com o mundo são caracterizadas:

- pela exportação, praticamente estável, de produtos com baixo grau de transformação (70% a 74%), destacando-se a predominância de *commodities*; e
- pela importação predominante de produtos de média e de alta tecnologia (60% a 65%).

Verifica-se, pois, que a exportação chinesa é dinâmica e aumenta a exportação de produtos de média e alta tecnologia, ao contrário da brasileira que se mantém estável e concentrada em produtos de baixo grau de transformação com predominância das *commodities*.

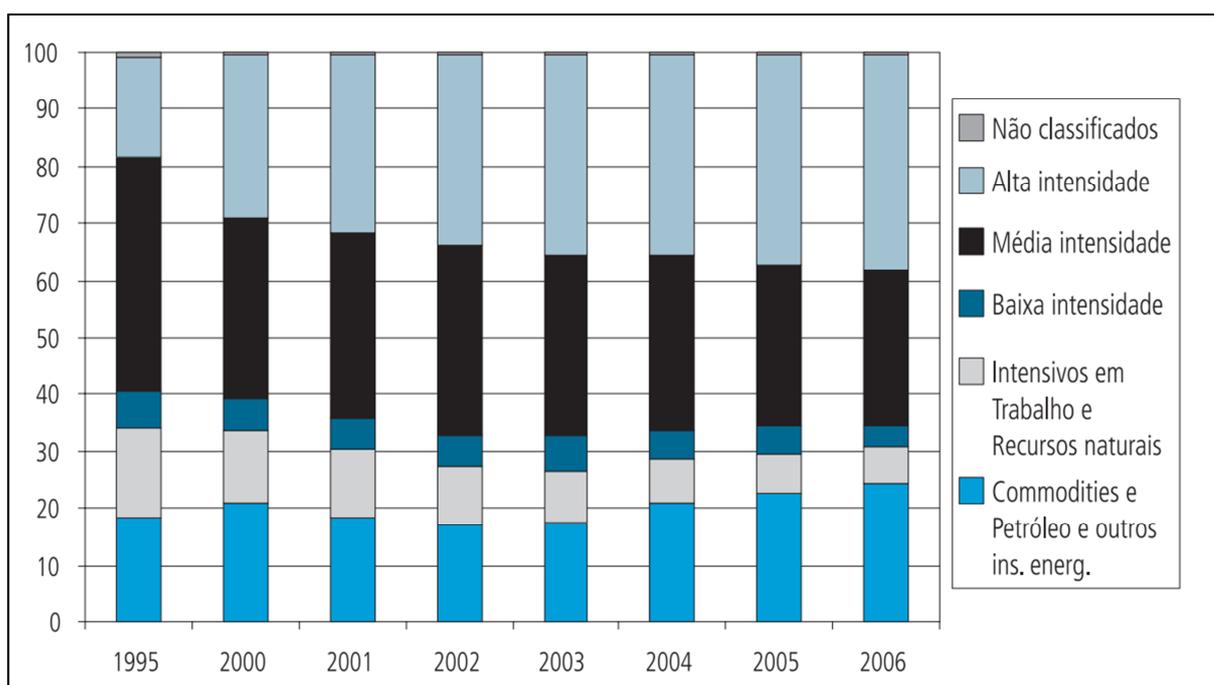
A figura abaixo ilustra o comportamento das exportações chinesas no período de 1995 a 2006, de acordo com a intensidade tecnológica.

**Figura 3 - Gráfico da pauta de exportações chinesas por intensidade tecnológica 1995-2006 (%)**



Fonte: OLIVEIRA; LEÃO; CHERNAVSKY, 2010, p. 86.

**Figura 4 - Gráfico da pauta de importações chinesas por intensidade tecnológica 1995-2006 (%)**



Fonte: OLIVEIRA; LEÃO; CHERNAVSKY, 2010, p. 87.

Verifica-se, pois, que a importação chinesa é dinâmica, o que se pode explicar pela transformação de sua estrutura produtiva direcionada para a aquisição produtos de mais alto grau de transformação. Isso tem permitido à China adquirir *Know-how* e tecnologias mais avançadas com repercussão no aperfeiçoamento de sua mão-de-obra, na modernização de seu parque industrial e nos aumentos de produtividade e de competitividade no mercado internacional. A estrutura produtiva brasileira caminhou na direção contrária.

Essa análise, aliada às precedentes e às análises que se farão a seguir, sugere a tendência de que a composição dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China continue a possuir expressiva parte de recursos naturais enquanto que os produtos importados da China tendam a aumentar seus componentes com manufaturas mais elaboradas. E, como tendência, apresenta o risco da “reprimarização” das exportações brasileiras para a China no longo prazo, ainda que o saldo da balança comercial entre os dois países se apresente francamente favorável ao Brasil como se verá adiante na Figura 6, Brasil: Balança comercial com a China (FOB) em US\$ milhares (1983-2013) e na Tabela 15, Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares.

Como reforço aos argumentos acima, analisar-se-á as vantagens comparativas entre os produtos de ambos os países.

#### 1.2.4.3 Vantagens comparativas

O conceito de vantagem comparativa remonta à Teoria de David Ricardo e a outras teorias mais modernas, as quais estão diretamente relacionadas tanto com a composição dos custos quanto com a estrutura produtiva de uma dada economia, o que permite a compará-la a outras economias. Há vários índices que podem ser utilizados para medir a vantagem comparativa dos produtos de um país em relação aos produtos de outro país, de uma região ou do mundo como um todo. Como exemplos desses índices, podem ser citados o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) proposto por Balassa; o Índice de Lafay (ILF); o

Índice de Desempenho Exportador Comparado (IDEC) desenvolvido por Donges e o Índice de Especialização das Exportações (IEE)<sup>3</sup>.

Cada índice apresenta suas peculiaridades e métodos distintos para estimar os resultados. O estudo de Baumann (2010) estimou os quatro índices para um número significativo de produtos transacionados entre Brasil e China. Para comparar os dois países selecionaram, dentre eles, apenas os produtos que apresentaram vantagens comparativas simultâneas nos quatro índices. Considerando que as vantagens comparativas se relacionam a estrutura de custos e a processos produtivos, os quais sofrem mudanças no longo prazo e não se alteram significativamente com as variações conjunturais de curto prazo, os autores utilizaram as médias calculadas para esses produtos em dois períodos de 3 anos cada (1990-1992 e 2006-2008), deixando entre essas médias um intervalo de 16 anos, intervalo de tempo, considerado pelos autores, suficiente para as alterações na estrutura produtiva e nas condições competitivas das economias dos países em foco.

No caso do Brasil, analisando-se os Figuras 1 a 4, pode-se inferir que sua estrutura produtiva pouco mudou nesses 18 anos, ainda que sua estrutura de custos possa haver melhorado com a utilização de novas tecnologias de produtos e de processos nos produtos primários.

Em contraste a China desenvolveu sua estrutura produtiva nos setores que mais agregam tecnologia, produzem mercadorias diversas, geram mais empregos e aumentam sua competitividade internacional na indústria em geral.

Isso levanta uma questão: como se comportou a competitividade internacional entre os dois países? Para responder a essa questão, analisar-se-á o desempenho comercial de ambos os países, bem como os seus ganhos e perdas de mercados.

#### 1.2.4.4 Desempenho comercial

---

<sup>3</sup>Para maiores detalhes sobre o significado, as fórmulas e os cálculos desses índices, verificar em BAUMANN, 2010 p. 35-37.

Para comparar esse desempenho utilizar-se-á o saldo comercial e a balança comercial normalizados. O termo “normalizado” refere-se ao valor real efetivo, ou seja, são descontados os efeitos ou variações decorrentes das inflações internas e externas e das variações cambiais (o que nos fornece o preço real por unidade exportada ou importada e o valor total real das exportações e importações) num determinado período. Para esse cálculo são utilizados vários métodos econométricos.

O saldo comercial normalizado representa o resultado da balança comercial em relação ao volume total de comércio, o que possibilita homogeneizar as informações e comparar os resultados entre os dois países ao longo do tempo utilizando uma mesma unidade de valor.

Após o cálculo dos saldos comerciais percentuais constrói-se a balança comercial normalizada, a qual pode ser representada em forma de gráfico utilizando-se o método econométrico de distribuição normal desses valores numa curva de Gauss ou curva em “forma de sino”, com média zero e variações à esquerda e à direita até 0,5 ou 50%.

**Tabela 5** - Saldo comercial normalizado  $[(X - M) / (X + M)]$  (%)

País	Período			
	1990 -1994	1995 -1999	2000 - 2004	2005 – 2008
Brasil	16,1	- 8,2	12,1	16,4
China	2,7	8,9	3,7	9,8

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 16. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Nota-se que o Brasil apresentou déficit de magnitude considerável (8,2%) em relação ao total das transações externas no período de 1995 a 1999, resultado coerente com:

- a forte apreciação do real nesse período;
- o processo liberalizante da economia mundial sob a égide da globalização e sob os auspícios de Washington; e

- a continuidade das mudanças estruturais no padrão de comércio exterior brasileiro.

É oportuno lembrar que a década dos anos 1980, para a economia brasileira, foi um período marcado pela instabilidade provocada pela inflação crônica, pelo baixo crescimento do PIB, pela crise fiscal do Estado e pela exacerbada proteção à indústria nacional. Esta última, por sua vez, provocou o retardamento da modernização do parque produtivo, cujo reflexo imediato foi a perda da competitividade da indústria nacional nesta década e na seguinte.

A abertura comercial, em 1992, promovida no governo Collor expôs a até então protegida indústria nacional à competitividade externa e, em consequência, produtos importados de melhor qualidade e a preços relativos menores fizeram com que as importações superassem as exportações no setor de semimanufaturados e manufaturados, nos bens de consumo e também nos bens de capital, já que era preciso correr contra o relógio para modernizar a indústria nacional. Aliado a isso, com o período imediato ao pós-Plano Real, somaram-se os esforços do governo para promover a estabilização dos preços internos o que dependia, em última análise, daquela modernização.

A mudança na estrutura do padrão de comércio externo continuou durante toda a década dos 90 e a abertura da economia contribuiu para acelerar esse processo. Nos estudos de Gonçalves (2013), pode-se perceber que já se configuravam como tendências:

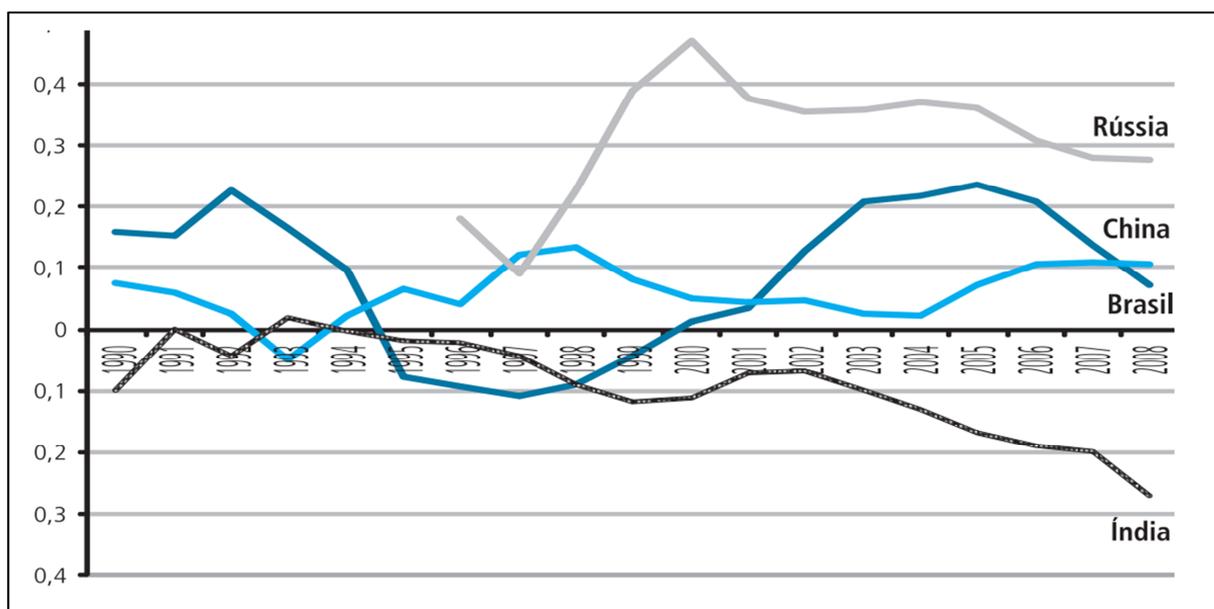
- desde a década de 1950 – 1960, a queda da participação do setor de produtos básicos e o aumento da participação dos produtos manufaturados; e
- desde a década de 1970 – 1979 o aumento da participação de semimanufaturados no total das exportações brasileiras.

No caso chinês houve superávits crescentes, à exceção do período de 2000-2004. Seus superávits foram menores, em termos relativos, aos do Brasil. Isso se explica pelo alto volume de importações necessárias às gigantescas obras de infraestrutura que se desenvolviam no país em todos os setores, particularmente no de construções. Vale lembrar que a China se preparava para sediar os Jogos

Olímpicos em 2008, o que por si só, demandava grandes obras. O Brasil teve parte importante nessas importações chinesas, principalmente a partir do início da década de 2000 ao exportar *commodities*, particularmente minérios e produtos agrícolas. Derivam daí, em parte, os superávits de grande magnitude alcançados pelo Brasil.

A figura abaixo mostra a Balança Comercial Normalizada (BCN) (incluindo os demais BRICs).

**Figura 5** - Gráfico da balança comercial normalizada (BCN)



**Fonte:** Baumann, 2010, p. 17.

Observa-se que os resultados apresentam coeficiente de variação (CV) (MORETTIN, 2010): baixo no caso da China ( $CV \leq 15\%$ ) e médio ( $15\% < CV < 30\%$ ), no caso do Brasil, indicando baixa ou média variabilidade em torno da média, o que pode ser interpretado como um determinado padrão nos volumes de transações externas de cada país.

Da análise conjunta da Tabela 5 e da Figura 5, pode-se inferir que no período total em análise, os déficits brasileiros se aproximam de 10% e os chineses em torno de 5% enquanto que os superávits brasileiros se situam em torno de 20% e os chineses próximos de 10%, configurando o padrão de cada um. Padrão esse em que a China mantém uma maior estabilidade e constância do que o Brasil. A análise desse padrão pode sinalizar que, embora ambos ajustem suas políticas econômicas às conjunturas externas e internas, a China aparenta seguir uma estratégia bem

determinada e mais definida para atingir seus objetivos de longo prazo enquanto que o Brasil não.

#### 1.2.4.5 Ganhos e perdas em mercados selecionados

O estudo de Baumann (2010) pode ser utilizado como argumento para a firmeza e persistência chinesa na busca pela realização de seus objetivos de longo prazo. Em tal estudo foram selecionados 13 mercados e estimou os ganhos e perdas dos dois países no período compreendido entre 1995 e 2008, tanto em valores totais quanto em número de produtos, os quais serão apresentados nas Tabelas 6 e 7.

A metodologia aplicada consistiu em identificar os produtos em que houve “ganho” de participação da exportação brasileira e, ao mesmo tempo, *perda* de participação da exportação chinesa desse produto para cada um dos mercados selecionados. Não determina se a perda de mercado pelo Brasil se deve à concorrência da China e vice-versa.

Os extratos das tabelas apresentadas nesse estudo são os que se seguem:

**Tabela 6** - Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em US\$ Milhões)

Mercados	Brasil	China
	Ganhos (+) / Perdas (-)	Ganhos (+) / Perdas (-)
EUA	4.162	143.319
México	849	9.978
Europa Ocidental	268	144.462
Europa Oriental	1.182	38.514
América Latina	- 698	36.551
América do Sul	665	17.019
Mercosul	- 673	10.787
América Central	-9	696
América do Norte	4.676	145.657

**Tabela 6** - Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em US\$ Milhões)

Cont.

Mercados	Brasil	China
	Ganhos (+) / Perdas (-)	Ganhos (+) / Perdas (-)
Caribe	35	224
Ásia	6.295	137.649
África	564	11.046
Oceania	- 91	17.191
<b>Total</b>	<b>17.225</b>	<b>713.093</b>

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 43. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

**Tabela 7-** Ganhos e perdas em mercados selecionados 1995-2008 (em número de produtos)

Mercados	Brasil em relação à China	
	Ganhos	Perdas
EUA	93	365
México	95	168
Europa Ocidental	83	409
Europa Oriental	51	80
América Latina	207	497
América do Sul	287	424
Mercosul	297	349
América Central	159	140
América do Norte	88	399
Caribe	41	46
Ásia	55	344
África	35	79
Oceania	19	171

**Fonte:** Baumann, 2010, p. 45. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Da análise das Tabelas 6 e 7 acima se pode inferir que:

- em todos os mercados, os ganhos líquidos chineses são superiores aos do Brasil;

- no total os ganhos chineses são aproximadamente 41 vezes os ganhos do Brasil;
- nos principais mercados mundiais (EUA, Europa Ocidental e Ásia) o desempenho chinês foi muitíssimo mais expressivo que o brasileiro. O mesmo aconteceu nos mercados onde o Brasil sofreu perdas (América Latina, Mercosul, América Central e Oceania); e
- nos EUA, até então o principal destino das exportações brasileiras, os ganhos da China foram aproximadamente 35 vezes os ganhos do Brasil.

Observa-se, também, que em todos os mercados os produtos chineses deslocaram os produtos brasileiros de forma expressiva (perdas brasileiras), ainda o Brasil tivesse ganhado mercado para vários de seus produtos.

Em valores percentuais as perdas para a China chegaram a:

- 292% nos EUA, 77% na Europa Ocidental e 525% na Ásia; e
- 48% na América do Sul e a 18%no Mercosul.

A análise geral das duas tabelas permite inferir que a China soube aproveitar as oportunidades de exportação para o mercado internacional muito melhor do que o Brasil.

Veja-se a atuação chinesa no mercado argentino. Reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 19 de abril de 2014, aponta que, de tudo que a Argentina comprava no exterior, o Brasil tinha uma participação de 36,5% em 2005 e esta participação do Brasil no mercado argentino caiu para 26,5% em 2013 e para 24,8% no primeiro bimestre de 2014. Por outro lado a China mais que triplicou sua participação no mercado argentino nos últimos dez anos passando de 5,3%, em 2005, para 18,4% no primeiro bimestre de 2014. Como as importações argentinas são essencialmente de produtos manufaturados e é para lá que o Brasil exporta a maior parte dos bens manufaturados essa perda de mercado tem um resultado significativo no resultado comercial do Brasil (AGOSTINI, 2014).

A diferença a favor dos chineses reside, dentre outros aspectos, nos seguintes. O primeiro deles é que enquanto o Brasil exportou para a Argentina bens

acabados, a China concentrou suas exportações para aquele país em componentes e peças para linha de montagem de outros bens finais e isso estimulou a Argentina a abrir novas fábricas no país, as quais passaram a produzir vários dos produtos antes importados do Brasil, particularmente equipamentos eletrônicos e de informática, o que reduziu as importações de nossos produtos. Outro aspecto a favor da China é que os chineses têm acesso a generosos incentivos fiscais por parte do seu próprio governo o que contribui para tornar seus produtos mais baratos e, portanto, mais competitivos no mercado internacional (FISHMAN, 2006).

Observe-se na tabela abaixo que dos dez setores nos quais o Brasil mais vende para a Argentina, nove apresentaram queda nas vendas entre 2011 e 2013.

**Tabela 8** - Setores exportadores brasileiros para a Argentina mais afetados (%): Variação entre 2011 e 2013

Setores	Redução (%)	Aumento (%)
Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	43,2	
Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	38,5%	
Minerais Metálicos	30,9	
Metalurgia	24,0	
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	17,7	
Produtos Químicos	14,1	
Máquinas e Equipamentos	13,3	
Produtos de Borracha e de Material Plástico	12,1	
Celulose, Papel e Produtos de Papel	6,3	
Veículos		4,5

**Fonte:**CNI e INDEC (apud AGOSTINI, 2014). Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Serão enfatizadas, a seguir, as interações entre a análise da estrutura produtiva e suas consequências com alguns aspectos importantes para determinar o potencial de longo prazo das duas economias: Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), disponibilidade de poupança interna e reservas financeiras internacionais.

#### 1.2.4.6 Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF (percentual do PIB)

É o processo de adição de novos estoques de riquezas ao aparelho produtivo da economia, sem considerar a depreciação dos bens de produção que compõem esse estoque.

A evolução da acumulação de capital no período de 1970 a 1989 pode ser observada abaixo:

**Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 - 2011**

Ano	Participação dos componentes da formação bruta de capital fixo			
	Máquinas equipamentos e veículos	Construção	Outros	Total
1947	5,74%	8,47%	0,33%	14,54%
1948	4,78%	7,63%	0,34%	12,75%
1949	4,43%	8,27%	0,33%	13,02%
1950	4,39%	7,98%	0,40%	12,77%
1951	5,64%	9,42%	0,37%	15,43%
1952	5,15%	9,30%	0,39%	14,83%
1953	4,51%	10,18%	0,35%	15,04%
1954	6,32%	9,10%	0,36%	15,78%
1955	5,08%	8,05%	0,35%	13,48%
1956	4,95%	9,20%	0,32%	14,46%
1957	5,34%	9,39%	0,32%	15,04%
1958	6,10%	10,61%	0,27%	16,98%
1959	7,12%	10,61%	0,25%	17,98%
1960	5,67%	9,78%	0,27%	15,72%
1961	5,16%	7,68%	0,26%	13,11%
1962	5,57%	9,67%	0,28%	15,52%
1963	6,29%	10,48%	0,27%	17,04%
1964	5,23%	9,49%	0,27%	14,99%
1965	4,86%	9,59%	0,26%	14,71%
1966	5,94%	9,74%	0,24%	15,92%
1967	5,33%	10,64%	0,24%	16,21%
1968	6,46%	12,01%	0,21%	18,68%
1969	6,80%	12,11%	0,19%	19,11%
1970	7,70%	10,92%	0,21%	18,83%

**Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 – 2011**

Cont.

Ano	Participação dos componentes da formação bruta de capital fixo			
	Máquinas equipamentos e veículos	Construção	Outros	Total
1971	8,44%	11,27%	0,20%	19,91%
<b>1972</b>	8,50%	11,61%	0,22%	<b>20,33%</b>
<b>1973</b>	8,07%	12,08%	0,22%	<b>20,37%</b>
<b>1974</b>	8,72%	12,85%	0,28%	<b>21,85%</b>
<b>1975</b>	9,61%	13,41%	0,30%	<b>23,33%</b>
<b>1976</b>	8,81%	13,20%	0,40%	<b>22,42%</b>
<b>1977</b>	7,88%	13,04%	0,43%	<b>21,35%</b>
<b>1978</b>	8,22%	13,27%	0,78%	<b>22,27%</b>
<b>1979</b>	8,06%	14,60%	0,70%	<b>23,36%</b>
<b>1980</b>	8,08%	14,61%	0,87%	<b>23,56%</b>
<b>1981</b>	7,85%	15,68%	0,78%	<b>24,31%</b>
<b>1982</b>	7,01%	15,40%	0,57%	<b>22,99%</b>
1983	5,88%	13,44%	0,62%	19,93%
1984	5,82%	12,82%	0,26%	18,90%
1985	5,33%	12,27%	0,40%	17,99%
<b>1986</b>	5,24%	14,11%	0,66%	<b>20,01%</b>
<b>1987</b>	5,96%	16,61%	0,60%	<b>23,17%</b>
<b>1988</b>	7,42%	16,27%	0,63%	<b>24,32%</b>
<b>1989</b>	7,06%	19,05%	0,73%	<b>26,84%</b>
1990	5,53%	10,70%	0,43%	16,67%
1991	5,74%	12,10%	0,50%	18,33%
1992	4,97%	12,26%	1,18%	18,41%
1993	5,05%	13,01%	1,21%	19,28%
<b>1994</b>	6,04%	13,42%	1,29%	<b>20,75%</b>
1995	8,81%	8,03%	1,48%	18,32%
1996	7,42%	8,20%	1,25%	16,87%
1997	7,52%	8,63%	1,22%	17,37%
1998	6,96%	8,84%	1,17%	16,97%
1999	6,09%	8,28%	1,28%	15,66%
2000	7,17%	8,33%	1,29%	16,80%

**Tabela 9 - FBCF no Brasil: série histórica (% do PIB), 1947 – 2011**

Cont.

Ano	Participação dos componentes da formação bruta de capital fixo			
	Máquinas equipamentos e veículos	Construção	Outros	Total
2001	7,80%	7,92%	1,31%	17,03%
2002	7,26%	7,75%	1,38%	16,39%
2003	7,15%	6,75%	1,37%	15,28%
2004	7,71%	7,03%	1,35%	16,10%
2005	7,95%	6,74%	1,24%	15,94%
2006	8,48%	6,64%	1,31%	16,43%
2007	9,44%	6,68%	1,33%	17,44%
2008	10,84%	6,94%	1,34%	19,11%
2009	9,56%	7,12%	1,39%	18,07%
2010 (1)	10,22%	7,90%	1,34%	19,46%
2011 (1)	10,10%	7,98%	1,20%	19,28%

**Fontes:** FGV. Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. Várias tabelas. Disponível em <[http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&de=41&no=12](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=41&no=12)> Acesso em 01 Ago 2015.

**Nota:** Para os anos de 2010 e 2011 os resultados preliminares foram obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais

**Elaboração:** o Autor.

A análise da Tabela 9 revela as contribuições das categorias de investimento, em ordem decrescente de participação em % do PIB: construções, máquinas e equipamentos e outras (parcela menos expressiva, variando de 0,19% a 1,40% do PIB, nas quais se incluem culturas permanentes e plantéis e animais nas áreas rurais).

Verificam-se, ainda, as correlações entre os planos econômicos do governo brasileiro ao longo do tempo e os valores da FBCF em percentuais do PIB. A FBCF apresenta uma tendência crescente, passando de 14,54% em 1947 para 23,36% em 1979 (fim do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento) e atinge seu auge em 1982 (24,31%) coerente o modelo econômico adotado no Brasil desde o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), modelo este denominado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). No período em que vigorou o modelo ISI podem ser destacados:

- a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), tinha dentre suas finalidades a de financiar os investimentos necessários ao crescimento via industrialização utilizando capitais nacionais, conforme orientação do próprio presidente, o qual era avesso aos financiamentos externos. Desde a criação do banco, verifica-se, através da Tabela 9, que a FBCF teve um grande impulso;
- o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) deu à FBCF outro impulso. Tal plano preconizava que sua denominada *meta síntese* seria atingida com a construção de Brasília;
- o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado pelos presidentes militares e que vigorou de 1964 a 1967, lançou as bases para o período denominado de Milagre Econômico (1968-1973) e para o período seguinte, até o final da década dos anos 1970, incluindo os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento: o I PND (1972-1974) e o II PND (1974-1978). As reformas bancária e tributária do PAEG permitiram a criação de instrumentos governamentais para captação de recursos de longo prazo e possibilitaram aumentar os depósitos em caderneta de poupança, os quais, aliados aos recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), viabilizaram a expansão do crédito e o acelerado crescimento da FBCF. Particularmente, o crédito imobiliário, foi o responsável pelo alto incremento da FBCF no setor de construção entre 1964, ano da criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o ano de 1981. Os efeitos do PAEG se estenderam por todo o período em que os governantes brasileiros eram oriundos da área militar. A reforma tributária foi além e persiste, de modo geral, até os dias atuais;
- as variações acima de 20% concentram-se nos períodos de 1972 a 1982 (final do modelo de ISI);

- o crescimento da FBCF entre 1986 e 1989 (ano em que atinge o pico de 26,84%) pode ser atribuído, dentre outras causas, à maturação dos investimentos realizados no modelo de ISI e ao otimismo reinante com a preparação do país para o retorno ao regime democrático; e
- o valor de 1994 (20,75%) coincide com lançamento do Plano Real no qual a valorização da nova moeda brasileira frente às moedas internacionais possibilitou o aumento nas importações de bens de capital.

A partir de 1994, a FBCF inicia uma trajetória geral descendente.

À luz da evolução econômica histórica do Brasil, verifica-se que a FBCF refletiu as opções estratégicas realizadas pelo país quanto às mudanças estruturais no campo econômico, mudanças estas que serão objeto de estudo mais detalhado no capítulo 2 deste estudo.

Para o cálculo médio da FBCF, a partir de 1990, utilizou-se o estudo realizado por Baumann (2010), conforme Tabela 10, abaixo.

**Tabela 10** - Formação Bruta de Capital Fixo: FBCF em (%) do PIB

País	Período		
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2008
Brasil	19,44	17,04	16,72
China	31,79	33,78	39,84

**Fonte:** BAUMANN, 2010, p. 15. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Da análise da Tabela 10 verifica-se que as taxas seguem uma trajetória descendente no Brasil enquanto que na China elas assumem uma trajetória ascendente em todo o período. Verifica-se, também, que as taxas de acumulação de capital chinesas são maiores que as brasileiras em:

- 63,5% no período 1990-1994;
- 98,2% no período 1995-1999; e
- 132,9% no período 2000-2008.

Da análise anterior se pode concluir que enquanto a China acelera cada vez mais suas taxas de FBCF em relação a si própria, se distancia cada vez mais das taxas brasileiras as quais, num movimento contrário, se reduzem. Essas taxas irão contribuir e repercutir na competitividade dos produtos de cada país no comércio exterior no médio e no longo prazo e, portanto, na balança comercial, ainda que essa balança comercial possa se apresentar favorável ao Brasil no curto prazo.

Tratar-se-á, a seguir, de uma dentre várias formas de se financiar esse investimento: a forma interna ou disponibilidade de poupança interna. Ressalva-se, todavia, que essa disponibilidade não é condição suficiente para que os recursos disponíveis se transformem em investimentos. A realização ou não de investimentos depende de vários outros fatores estruturais, conjunturais e institucionais.

#### 1.2.4.7 Disponibilidade de poupança interna (percentual do PIB)

Poupança interna é a soma da poupança do setor privado com a do governo e é um dos instrumentos utilizados para financiar os investimentos.

**Tabela 11** - Poupança interna: em (%) do PIB

País	Período		
	1990 – 1994	1995 - 1999	2000 – 2008
Brasil	21,62	15,40	18,72
China	41,00	42,00	45,54

**Fonte:** BAUMANN, 2010, p. 16. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Verifica-se que, no Brasil, houve um decréscimo de 28,8% na poupança interna no período imediato à adoção do Plano Real (1995-1999) e uma recuperação lenta de 21,6% no período seguinte (2000-2008). Isso pode ser explicado pela estratégia adotada pelo Brasil de crescimento com poupança externa. Segundo Bresser Pereira (2006):

*Após a crise da dívida externa dos anos 80, e depois da estabilização da alta inflação inercial em 1994, o Brasil, como quase todos os países da América Latina, aceitou a estratégia de crescimento com poupança externa recomendada por Washington para os países em desenvolvimento. (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 1).*

Era uma sugestão óbvia, ao se considerar que no período em análise e até o início da crise de 2007, nos EUA, havia nos países desenvolvidos capitais excedentes e ociosos à procura de aplicações rentáveis. O melhor rendimento, naquela conjuntura, encontrava-se nos países em desenvolvimento, os quais atraíam capitais através do pagamento de altas taxas de juros.

Na China, ao contrário, verifica-se uma trajetória de aumento na poupança interna: de 2,44% no primeiro período e de 8,43% no segundo período. Aparentemente é um incremento de poupança baixo em termos percentuais absolutos, porém quando se considera o tamanho do PIB chinês, que, a partir de 1996, passou a ser medido em trilhões de dólares norte-americanos a valores constantes de 2005, verifica-se que é um imenso potencial de recursos à disposição do incremento da capacidade produtiva do país, conforme dados extraídos da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas(UNITED, 2005).

Note-se, entretanto, que somente a disponibilidade de poupança interna não é uma condição suficiente para transformar os recursos em capacidade produtiva efetiva. Há outros fatores para essa transformação efetiva que não são objeto de estudo deste trabalho.

#### 1.2.4.8 Reservas internacionais (percentual do PIB)

São valores compostos por divisas, ouro e DES (direitos especiais de saques) que se originam de superávits no balanço de pagamentos de um país e se destinam a permitir ao país enfrentar dificuldades nas suas contas externas, como por exemplo, cobrir os déficits das suas contas internacionais e/ou lastrear a sua estabilidade cambial com a finalidade de evitar ataques especulativos à sua moeda. Os DES são uma cesta de moedas que, desde 1999, é composta por euro, dólar, iene e libra esterlina em porcentagens variáveis de acordo com o seu desempenho no comércio internacional durante o quinquênio anterior. Atualmente o DES tem a função de servir de unidade de conta para o FMI (Fundo Monetário Internacional) e para outras instituições internacionais, sendo facultado às nações portadoras desses DES convertê-los em qualquer moeda.

**Tabela 12 - Reservas internacionais: em US\$ bilhões**

País	Período		
	1990 – 1994	1995 - 1999	2000 – 2008
Brasil	21	47	80
China	34	126	640

**Fonte:** BAUMANN, 2010, p. 18. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

Vários fatores concorreram para esse acúmulo de divisas internacionais. O que se nota é a variação dessas divisas, particularmente no caso do Brasil. A adoção do Plano Real e as políticas de valorização da moeda nacional contribuíram para que as divisas aumentassem em 123,8% entre 1994 e 1999 e em 70% entre 2000 e 2008, perfazendo uma variação total de aproximadamente 290% no período entre 1990 e 2008.

Na China, essa variação foi ainda maior: de 270,6% entre 1994 e 1999; de 407,9% entre 1999 e 2008 perfazendo uma variação total de 1.782,3% entre 1990 e 2008.

No total, as reservas internacionais brasileiras foram multiplicadas por 4aproximadamente, enquanto que as chinesas foram multiplicadas por algo em torno de 19.

Esse nível de reservas não é o resultado somente das transações internacionais comerciais, mas essas transações certamente para isso contribuíram. De certa forma isso ajuda a conformar um “ciclo virtuoso”, pois um bom nível de reservas internacionais, decorrente do conjunto da atividade econômica no período considerado, é um fator favorável ao crescimento da economia por proporcionar ao país alguma segurança contra crises financeiras, aumentar sua credibilidade no âmbito internacional e atrair investimentos produtivos estrangeiros.

Outro fator importante que concorre para se atingir determinado nível de reservas internacionais é a taxa de câmbio e como cada país a administra. É o que será visto a seguir.

#### 1.2.4.9 Taxa de câmbio

É a medida pela qual a moeda de um país pode ser convertida em moeda de outro país ou a razão pela qual uma moeda é trocada por outra. Em outros termos, podemos dizer que a *taxa de câmbio é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira.*

Considerando as taxas de câmbio brasileiras após a mudança do regime macroeconômico (Plano Real), de 1994 a 1999 o real foi sobrevalorizado e o dólar desvalorizado (LOPES; ROSSETTI, 2011). A partir de janeiro de 1999, quando o Brasil adotou o regime de taxa de câmbio flutuante, o real se desvalorizou perante o dólar chegando próximo de US\$ 1 por R\$ 4,00, no ano de 2002, refletindo a apreensão e a expectativa negativa do mercado com a assunção do governo Lula. Para que se tenha uma ideia de como andavam as expectativas, em 2002, no mercado livre, a cotação de US\$ 1 ultrapassou o valor de R\$ 3,00. No mês de outubro atingiu o pico histórico no mercado livre (US\$ 1 = R\$ 3,910 para a compra e US\$ 1 = R\$ 3,915 para a venda) e no mercado paralelo esse pico aconteceu em 22 de outubro (US\$ 1 = R\$ 3,70 para a compra e US\$ 1 = R\$ 3,80 para a venda). A tendência foi revertida quando o então eleito Presidente Lula comprometeu-se a manter a política macroeconômica do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (líder da equipe que havia implantado o Plano Real, em 1994). A partir daí o real voltou a se valorizar atingindo a média de R\$ 2,39 por US\$1 no período de 2000-2008 (BAUMANN, 2010). Essa política foi um dos fatores que contribuíram para que o Brasil pudesse aumentar o nível de suas reservas internacionais.

A Tabela 13 e a Tabela 14 ilustram as expectativas dos agentes econômicos no ano de 2002 e, particularmente, em outubro daquele ano:

**Tabela 13 - Evolução das taxas de câmbio (R\$/US\$): 1998-2008**

Ano	31 Mar	30 Jun	30 Set	31 Dez
1998	<b>1,1366</b>	1,1561	1,1848	1,2079
1999	1,7212	1,7687	1,9215	1,7882
2000	1,7465	1,7992	1,8429	1,9546
2001	2,1608	2,3041	2,6705	2,3196
2002	2,3228	2,8436	<b>3,8941</b>	<b>3,5325</b>
2003	3,3523	2,8712	2,9226	2,8884
2004	2,9078	3,1067	2,8578	2,6536

**Tabela 13** - Evolução das taxas de câmbio (R\$/US\$): 1998-2008

Cont.

Ano	31 Mar	30 Jun	30 Set	31 Dez
2005	2,6654	2,3496	2,2214	2,3399
2006	2,1716	2,1635	2,1734	2,1372
2007	2,0496	1,9254	1,8381	1,7705
2008	1,7483	<b>1,5911</b>	1,9135	2,3362

Fonte: AEB (2012. P. 34). Dados: Banco Central do Brasil (BACEN).

**Tabela 14** - Câmbio em outubro de 2002: cotações diárias do dólar

Data	Mercado Livre		Mercado Paralelo	
	Compra	Venda	Compra	Venda
01/10/2002	3,605	3,615	3,30	3,50
16/10/2002	<b>3,910</b>	<b>3,915</b>	3,60	3,70
22/10/2002	3,905	3,912	<b>3,70</b>	<b>3,80</b>
31/10/2002	3,620	3,630	3,45	3,55

Ganho mensal: + 0,41 % - Ganho anual: + 56,80 5

Fonte: Portal Brasil, 2014. Extrato das informações realizado pelo autor.

Na China a baixa flutuação do Yuan (Renminbi) face ao dólar refletiu a consequência do fato do governo chinês ter mantido artificialmente sua moeda desvalorizada e atrelada ao dólar com a finalidade de alavancar suas exportações mundiais. Uma das consequências disso foi o grande acúmulo de reservas chinesas em moedas fortes e, particularmente, em dólar norte-americano.

As diferentes políticas adotadas por cada país para influir sobre a taxa de câmbio contribuíram para que ambos os países aumentassem suas reservas em divisas internacionais.

Após estudar as interações de ambos os países com o resto do mundo e analisar os fatores que concorrem para determinar o potencial de cada um no longo prazo, é lícito inferir que as bases em que estão ancoradas as atividades econômicas chinesas são bem mais sólidas que as brasileiras e que o potencial de

crescimento da economia chinesa no longo prazo é superior ao potencial da brasileira.

Visto alguns aspectos importantes das estruturas produtivas e das relações comerciais de ambos os países em relação ao resto do mundo, cabe agora particularizar o estudo sobre as relações comerciais bilaterais.

### 1.3 BRASIL E CHINA: RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS (1990-2008)

A partir deste ponto serão analisados os “fluxos bilaterais de comércio” entre os dois países. De início, pode-se dizer que a China vinha assumindo uma importância cada vez maior nos fluxos internacionais brasileiros. Coerente com seus planos de tornar-se uma superpotência mundial em meados do século XXI (MARTI, 2007), a China necessitava suprir sua deficiência em recursos naturais para sustentar seus altos e quase constantes níveis de crescimento econômico (FISHMAN, 2006; SHIN, 2008) e o Brasil dispunha desses recursos em vastos volumes. Natural, portanto, que se intensificassem seus fluxos comerciais.

#### 1.3.1 Balança comercial

É o item do balanço de pagamentos no qual são lançadas as exportações (X) e importações (M) de mercadorias, em termos FOB (*free on board*, que quer dizer “livre a bordo”). É o valor das exportações menos o valor das importações de mercadorias ( $X - M$ ). FOB é uma cláusula dos *Incoterms (Termos de Comércio Internacional)* os quais definem os direitos e as obrigações de vendedores e compradores no comércio internacional. Assim, FOB define, dentre outros aspectos:

- para o vendedor: colocar a mercadoria a bordo do navio e arcar com as providências e gastos desde o ponto de venda até dentro do navio; e

- para o comprador: designar o navio e o porto de embarque e arcar com as despesas desde o porto de embarque até, e inclusive, o porto de destino.

A figura 6 e a Tabela 15 apresentam, a seguir, o comportamento da Balança Comercial entre Brasil e China.

**Tabela 15** - Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares

Ano	Exportações	Importações	Saldo (X – M) (aproximado)
1983 (*)	270.319,0	595.797,4	- 325.478,4
<b>1984 (*)</b>	453.109,3	433.674,3	19.435,0
<b>1985 (*)</b>	817.582,2	501.794,7	315.787,5
<b>1986 (*)</b>	411.692,9	410.735,7	957,2
1987 (*)	296.031,2	401.805,1	- 105.773,9
<b>1988 (*)</b>	647.185,9	125.161,6	522.024,4
<b>1989</b>	563.351,4	156.081,3	407.270,1
<b>1990</b>	381.792,5	203.452,5	178.339,9
<b>1991</b>	226.395,3	75.091,3	151.304,0
<b>1992</b>	460.024,6	57.279,8	402.744,8
<b>1993</b>	779.376,5	156.969,7	622.406,8
<b>1994</b>	822.407,5	196.790,7	625.616,9
<b>1995</b>	1.203.741,2	417.913,2	785.828,0
1996	1.113.813,6	1.252.020,6	- <b>138.206,9</b>
1997	1.088.200,6	1.316.815,1	- <b>228.614,5</b>
1998	904.859,9	1.133.868,7	- <b>229.008,8</b>
1999	676.129,0	942.936,1	- <b>266.807,1</b>
2000	1.085.301,6	1.222.098,3	- <b>136.796,7</b>
<b>2001</b>	1.902.122,2	1.328.389,3	573.732,9
<b>2002</b>	2.520.978,7	1.553.993,6	966.985,0
<b>2003</b>	4.533.363,2	2.147.799,0	2.385.564,2
<b>2004</b>	5.441.745,7	3.710.477,2	1.731.268,6
<b>2005</b>	6.834.996,9	5.354.519,2	1.480.477,8
<b>2006</b>	8.402.368,8	7.989.343,1	413.025,8

**Tabela 15** - Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares

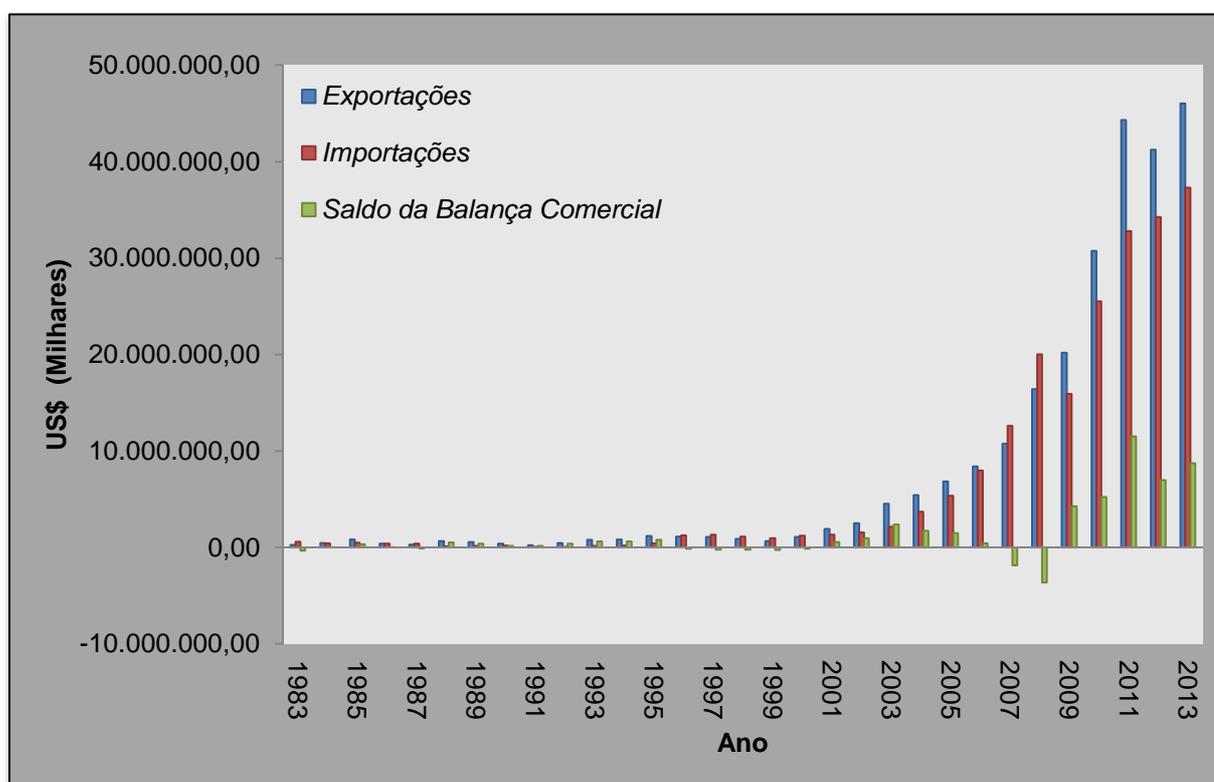
Cont.

Ano	Exportações	Importações	Saldo (X – M) (aproximado)
2007	10.748.813,8	12.617.754,5	- 1.868.940,7
2008	16.403.039,0	20.040.022,4	- 3.636.983,4
<b>2009</b>	20.190.831,4	15.911.144,5	4.279.686,9
<b>2010</b>	30.752.355,6	25.535.684,2	5.216.671,4
<b>2011</b>	44.314.595,3	32.788.424,5	11.526.170,8
<b>2012</b>	41.227.540,3	34.248.497,7	6.979.042,5
<b>2013</b>	46.026.153,0	37.302.150,0	8.724.003,0

**Fonte:** BRASIL, 2014b. Base de Dados – UN/COMTRADE.

**Elaboração:** o Autor.

**Figura 6** – Gráfico da balança comercial do Brasil com a China (FOB) em US\$ milhares (1983-2013)



**Fonte:** BRAZIL, 2014a.

**Elaboração:** o Autor

Analisando a tabela 15 e a figura 6 acima pode-se perceber o fluxo comercial entre ambos os países.

Na década dos anos 80 as relações bilaterais de comércio entre os dois países eram bastante tímidas, pois a China estava no início de sua arrancada econômica rumo aos seus grandes objetivos de longo prazo e enfrentava, internamente, resistências conservadoras no campo político às reformas propostas por Deng Xiaoping, como se verá mais adiante, neste trabalho.

De 1990 a 1995: a balança comercial foi favorável ao Brasil e as importações se mantiveram praticamente estáveis, apresentando um leve aumento. No ano de 1995 as exportações superam as importações em aproximadamente 2%. A análise deste período mostra que a China aumentou gradativamente a sua importância nas transações comerciais do Brasil;

No período compreendido entre o final de 1995 até o final de 1996 o Brasil reduziu levemente suas exportações para a China e a China acelerou fortemente suas exportações para o Brasil. Desde 1996 até o final de 1999, as transações entre os países declinaram levemente, pois tanto o declínio das exportações quanto das importações foi simultâneo e isto aconteceu a uma taxa praticamente insignificante. Ademais, a redução das exportações aconteceu a uma taxa maior do que a taxa das importações em relação à China. Uma possível explicação para todo este período está associada à liberalização do comércio exterior pelo Brasil, medida necessária para a consolidação do Plano Real, através de duas decisões: a redução das tarifas de importação e a desburocratização simultânea à redução das barreiras não tarifárias. Outra possível explicação se encontra na valorização do Real face ao dólar. A China aproveitou a oportunidade para exportar mais para o Brasil beneficiando-se da desvalorização de sua própria moeda, o Yuan (Renminbi), que estava atrelado a um dólar também desvalorizado e do fato de suas exportações para o Brasil terem encontrado mais facilidades nos trâmites burocráticos e tarifas menores, o que tornava seus produtos mais competitivos no mercado brasileiro;

De 1996 a 2000: balança comercial foi desfavorável ao Brasil. A China inverteu o sentido da trajetória exportações – importações, fato esse que persistiu até o ano de 2000. Os fatores que a beneficiaram continuaram praticamente os

mesmos no que se refere aos trâmites alfandegários. No setor monetário, porém, a adoção pelo Brasil do câmbio flutuante e a conseqüente desvalorização do Real, em janeiro de 1999, tiveram impacto levemente negativo nas importações chinesas pelo Brasil. Esse fato foi largamente recompensado pelo aumento do volume ou *quantum* das exportações chinesas para o Brasil, beneficiadas pela competitividade de seus produtos e por outro fator de ordem social, decorrente das medidas do Plano Real: o aumento do poder aquisitivo das classes econômicas mais baixas, classes às quais eram, principalmente, destinados os bens de consumo finais chineses. Visto do ponto-de-vista de importação de bens de capital, a valorização do real na maior parte do período contribuiu para a melhoria e modernização do parque industrial brasileiro, oportunidade essa não inteiramente aproveitada pelo setor empresarial. Essa valorização teve outro efeito: aumentou as importações de bens de consumo para suprir a pressão de demanda interna e, nesse ponto, os produtos chineses, que eram mais competitivos, contribuíram para que a China começasse a sua trajetória ascendente. Dentre os vários fatores que podem ter causado redução nas exportações brasileiras para China é lícito inferir que isso pode ter ocorrido em função de a China, diante de suas imensas necessidades por *commodities* e das questões que podem estar ligadas às dificuldades de exportações brasileiras (como exemplos a burocracia e as questões de infraestrutura, as quais encarecem os produtos brasileiros e atrasam a entrega das encomendas) ter buscado fornecedores em outros países;

De 2001 a 2006: balança comercial foi favorável ao Brasil. O que explicaria esse aumento das exportações brasileiras para a China em aproximadamente 2%? Internamente, o poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, em geral, aumentou e, com isso, a demanda interna por bens finais. A lógica diria que, se a demanda por esses bens aumentasse e o setor manufatureiro interno fosse incapaz de satisfazer essa demanda, as importações tenderiam a superar as exportações. Isso foi o que aconteceu realmente, considerando as transações internacionais brasileiras como um todo, mas em relação à China o fenômeno foi diferente. O setor produtivo que alavancou as exportações brasileiras para a China e fizeram com que, em relação a este país, as exportações do Brasil superassem as importações, foi o de produção de *commodities*, no qual houve um expressivo aumento no *quantum* de exportações

para satisfazer a sua crescente e extraordinária necessidade por esses produtos com a finalidade de sustentar seus altos níveis de crescimento econômico. (FISHMAN, 2006; SHIN, 2008; O'NEIL, 2012). Isso, aliado à crescente produtividade brasileira desses bens e ao aumento do seu preço no mercado internacional acabou por impulsionar o setor exportador brasileiro<sup>4</sup>. Assim, tanto as importações brasileiras por bens de consumo finais aumentaram, quanto aumentaram suas exportações de *commodities*.

Conforme Gonçalves (2013), o valor adicionado real das contribuições dos setores produtivos para um crescimento do PIB da ordem de 10,3%, no período 2002-2005 foram: agropecuária (8,6 %); mineração (19,3 %) e manufaturados (11,9%).

Essas características gerais, até meados de 2007, fizeram com que a China aumentasse seu grau de importância nas transações internacionais do Brasil.

De 2007 e 2008: balança comercial foi desfavorável ao Brasil. Neste período tanto importações quanto exportações aumentaram, porém as importações cresceram a uma taxa maior do que as exportações, chegando essa diferença a atingir seu ponto de máximo no início de 2007 (aproximadamente 3,25%).

Porém, outros fatores devem ser considerados. O mundo encontrava-se às vésperas da crise econômica criada pela insanidade, ambição, corrupção e alta criatividade dos CEO's (*Chief Executive Officer*) ou Diretores Executivos – responsáveis pela visão e estratégia das empresas – nos Estados Unidos da América que, com sua irresponsável política de crédito expansivo no setor de imóveis, criaram inúmeros derivativos financeiros de outros tantos derivativos financeiros e os negociaram no mundo inteiro contaminando a economia mundial. Esse contágio lançou as maiores e mais desenvolvidas economias em dificuldades para fechamento de seus balanços de pagamento; comprometeu sua capacidade de honrar compromissos internacionais; desvalorizou suas moedas; reduziu sua produção; aumentou seu desemprego e, enfim, as lançou em um processo recessivo

---

<sup>4</sup> Para o detalhamento da pauta de exportações do Brasil para a China, no período entre 2000 e 2008, ver o Anexo A, ao presente estudo.

que perdura até os dias atuais, quando parece finalmente que iniciam uma lenta recuperação.

De 2007 em diante, os chamados países emergentes, como o Brasil e a China, foram os países que conseguiram manter suas economias em relativa expansão graças, em parte, por terem acumulado reservas internacionais capazes de suportar os solavancos da crise tornando-se, assim, países que praticamente sustentaram o parco dinamismo da economia mundial no período pós-crise de 2008.

A parcela maior desse dinamismo deve ser atribuída à China e ao seu *modus operandi* no qual se destacam alguns fatores, dentre outros: controle estrito sobre os fluxos de capitais entre seu país e o mundo permitindo-lhe acumular capital e tornar-se credora de muitos países desenvolvidos, dentre eles os EUA; desenvolvimento de um imenso setor manufatureiro com larga disponibilidade de mão-de-obra de menor custo (agora já muito melhor qualificada), a qual lhe permitiu obter produtividade crescente e exportar produtos bastante competitivos para praticamente todo o mundo, bem como manter um crescimento econômico com uma taxa anual próxima de 10% ao ano.

O Brasil, por ter desenvolvido um sistema de controle do capital financeiro em decorrência das crises por que passara recentemente; por dispor de boas reservas internacionais; por ser capaz de suprir grande parte das necessidades chinesas por *commodities* e por ter aplicado políticas econômicas anticíclicas (aumento do crédito ao consumidor e estímulo a determinados setores para suprir o mercado interno) continuou relativamente ileso aos efeitos imediatos da crise.

### 1.3.2 Pauta comercial entre Brasil e China

As Tabelas 16 a 17B mostram a pauta comercial ou relação dos principais produtos transacionados entre Brasil e China, bem como o padrão desse comércio. Ambos os aspectos se apresentam como reflexos das respectivas estruturas produtivas de seus países.

#### 1.3.2.1 Pauta comercial: exportações do Brasil para a China

**Tabela 16** - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008)<sup>5</sup>

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões)e (%)
Básico	C	Algodão	230,00
	C	Fumo	1.298,46
	C	Minérios (1)	17.349,25
	C	Soja em grão	16.939,69
		<b>Total</b>	<b>35.817,40</b>
		<b>(%)</b>	<b>(64,74 %)</b>
Semimanufaturado	C	Carnes e laticínios	233,03
	C	Couros e peles	1.977,23
	C	Pasta de madeira, papel e celulose	2.828,12
	C	Semimanufaturados de ferro de aço	1.915,96
	C	Óleo de soja	2.343,47
	<b>Total</b>	<b>9.297,81</b>	
		<b>(%)</b>	<b>(16,81 %)</b>
Manufaturado	C	Madeiras e folhas de painel	960,55
	NC	Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	780,21
	NC	Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	1.721,61

<sup>5</sup> Para o detalhamento da pauta de exportações do Brasil para a China, no período entre 2000 e 2008, ver o Anexo A, ao presente estudo.

**Tabela 16 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008)<sup>6</sup>**

Cont.

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões) e (%)
Manufaturado	NC	Partes e componentes para veículos e tratores	1.034,61
	C	Petróleo e derivados	4.256,07
	NC	Plásticos (polímeros em forma primária)	448,87
	NC	Produtos orgânicos e inorgânicos	1.005,10
		<b>Total e (%)</b>	<b>10.207,02 (18,45 %)</b>
		<b>TOTAL e (%)</b>	<b>55.322,23 (100,00 %)</b>

**Fonte:** CEBC, 2014. Dados: MDIC.

**Notas:**(1) Minérios: inclui minério de ferro, outros minérios (manganês, cobre, nióbio, etc.), granito cortado e bruto e outras pedras de construção.

**Elaboração:** o Autor.

**Tabela 16-A - Padrão de exportações: *commodities* e não *commodities* do Brasil para a China em valores totais e em % (2000-2008)**

Classificação	Valor	(%)
<i>Commodities</i>	50.331,83	90,98
Não <i>commodities</i>	4.990,40	9,02
<b>Total</b>	<b>55.322,23</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** CEBC, 2014. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

<sup>6</sup> Para o detalhamento da pauta de exportações do Brasil para a China, no período entre 2000 e 2008, ver o Anexo A, ao presente estudo.

**Tabela 16-B** - Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação de Produto	Valor	(%)
Básico	35.817,40	64,74
Semimanufaturado	9.297,81	16,81
Manufaturado	10.207,02	18,45
<b>Total</b>	<b>55.322,23</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** CEBC, 2014. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

Da análise das Tabelas 16, 16 A e 16 B, pode-se inferir que:

- as exportações brasileiras para a China, no período 2000-2008, foram calcadas em *commodities* (90,98 %) e em produtos básicos e semimanufaturados (81,55 %);
- verifica-se a baixa participação da indústria de manufaturados (18,45 %); e
- o volume das transações com a China se apoiou na produção e exportação de *commodities* muito mais do que na produção do setor manufatureiro. Considerando as especificidades de cada setor e seu respectivo impacto futuro sobre a sociedade como diversificação da produção, qualificação de mão-de-obra, nível de emprego, distribuição de renda e acumulação de capital, o setor de manufaturados se apresenta como o setor que traria maiores benefícios para a economia como um todo, contribuiria para a sustentação do crescimento econômico e para a redução da vulnerabilidade externa brasileira a eventuais mudanças na conjuntura econômica internacional.

### 1.3.2.2 Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China

**Tabela 17 - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2000-2008)<sup>7</sup>**

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões) e (%)
Básico	C	Coques de hulha (carvão)	1.907,01
		<b>Total e (%)</b>	<b>1.907,01 (3,79 %)</b>
Semimanufaturado	C	Produtos semimanufaturados de ferro e aço	2.444,39
		<b>Total e (%)</b>	<b>2.444,39 (4,86 %)</b>
Manufaturado	NC	Brinquedos	1.609,87
	NC	Calçados	701,05
	NC	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, etc.	3.309,13
	NC	Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	18.695,11
	NC	Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	9.337,95
	NC	Partes e componentes para veículos e tratores	1.055,34
	NC	Plásticos	1.599,82
	NC	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	6.186,36
	NC	Têxteis e vestuários	4.020,36
		<b>Total e (%)</b>	<b>45.974,99 (91,35 %)</b>
<b>TOTAL e (%)</b>			<b>50.326,39 (100,00 %)</b>

**Fonte:** CEBC, 2014. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

<sup>7</sup> Para o detalhamento da pauta de importações do Brasil com relação à China, no período entre 2000 e 2008, ver o Anexo B ao presente estudo.

**Tabela 17-A** - Padrão de importações do Brasil com relação à China: *commodities* e não *commodities* - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação	Valor Total	Percentual (%)
<i>Commodities</i>	4.351,40	8,65
Não <i>commodities</i>	45.974,99	91,35
<b>Total</b>	<b>50.326,39</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC.

Elaboração: o Autor.

**Tabela 17-B** - Padrão de importações do Brasil com relação à China: classificação de produto por valor agregado - em valores totais e em % (2000-2008)

Classificação de Produto	Valor Total	Percentual (%)
Básico	1.907,01	3,79
Semimanufaturado	2.444,39	4,86
Manufaturado	45.974,99	91,35
<b>Total</b>	<b>50.326,39</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CEBC, 2014. Dados: MDIC.

Elaboração: o Autor.

Da análise das Tabelas 17, 17 A e 17 B, pode-se inferir que:

- as exportações brasileiras para a China, na sua grande maioria, se caracterizaram por serem produtos básicos ou *commodities* (90,98%) e as não *commodities* representaram menos de 10%. Nas *commodities* os minérios e a soja em grãos lideraram as exportações, representando, juntos, 61,98% do seu total no período 2000-2008;
- quando se comparam o grau de beneficiamento industrial dessas exportações, na Tabela 16 B com os dados da Figura 1 - Brasil: Pauta de exportações por intensidade tecnológica 1995 – 2006 (%), conclui-se que as exportações para a China refletem as exportações do Brasil para o resto do mundo, ou seja, o Brasil exporta produtos de baixo valor agregado. Mais que isso: esses produtos entram na cadeia produtiva de outros países como insumos para produtos que retornam ao Brasil e concorrem

vantajosamente com os produtos nacionais no mercado interno como, por exemplo, couros e peles.

Os couros e peles – produtos semimanufaturados e também *commodities* - são, em parte, responsáveis pelo aumento da concorrência chinesa em relação ao setor de calçados e acessórios de vestuário e moda que tiveram alguns efeitos sobre os seus respectivos produtos brasileiros no mercado internacional: perda de mercados por um lado e busca de novos nichos de mercado por outro, obrigando as manufaturas brasileiras a reduzir custos, inovar, se especializar e redirecionar suas linhas de produção para públicos-alvo de maior poder aquisitivo que desejavam produtos exclusivos e/ou artesanais. A concorrência chinesa causou outros efeitos colaterais com a redução de custos brasileiros, dos quais podem ser citados: queda do salário médio dos trabalhadores dessa área, desemprego e terceirização da fabricação de componentes.

- as importações brasileiras da China, no período 2000-2008, foram calcadas em produtos *não commodities* manufaturados e bastante diversificados (91,35 %), restando às *commodities* e aos setores básicos e de semimanufaturados uma pequena parcela de participação nas exportações da China para o Brasil (8,65 %);
- uma visão panorâmica desses produtos revela que empregam em sua fabricação média e alta tecnologia e são, portanto, produtos de maior valor agregado. Muitos deles são empregados em várias cadeias produtivas e, com isso, exercem um papel de multiplicador da produção. Daí se pode inferir que há um claro predomínio de tecnologia embutida nos produtos importados da China pelo Brasil e que a ideia geral, a qual vigorou durante muito tempo, sobre a baixa qualidade dos produtos chineses não corresponde à realidade; e
- o volume das exportações chinesas para o Brasil se apoiou na produção do setor manufatureiro, mais dinâmico e mais propenso a dar-lhe sustentação para o crescimento econômico no longo prazo o que contribuirá para reduzir as suas vulnerabilidades externas.

Da análise das Tabelas 15 a 17 B pode se verificar que os saldos comerciais foram de grandezas variáveis e, na maior parte do período em análise, esses saldos foram favoráveis ao Brasil.

Porém, pode-se inferir, também, uma possível implicação para a economia brasileira: o aumento da sua vulnerabilidade externa. Esta vulnerabilidade pode ser enxergada como consequência da redução da capacidade do Brasil para sustentar o crescimento de sua economia no longo prazo, devido ao risco da deterioração dos termos de troca<sup>8</sup> os quais, até o momento, foram favoráveis ao país. Isso se sustenta no argumento de que as exportações brasileiras para a China, neste período, se tornaram praticamente dependentes da demanda e dos voláteis preços das *commodities* internacionais em detrimento do setor mais dinâmico da economia: o de manufaturados. Tudo devido à concentração na produção e na exportação de *commodities* e à baixa diversificação da pauta exportadora de média e alta tecnologia.

Em outros termos significa que os chineses concentram suas importações do Brasil em um leque de produtos que exigem um grau de transformação mais baixo e exportam para o Brasil uma grande variedade de produtos que exigem graus de transformação mais altos, ou seja, as exportações chinesas para o Brasil são mais diversificadas que as exportações do Brasil para a China.

Uma exceção a essa regra é o caso das exportações de produtos de alta tecnologia feitos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) para a China.

Através de alguns exemplos, ver-se-á como o Brasil chegou, nos dias atuais, a ser um grande exportador de *commodities*.

---

<sup>8</sup> Termo de troca: relação entre os preços das exportações e das importações de uma economia. É um índice de preços que reflete o poder aquisitivo (poder de compra) das exportações de um país. Se o termo de troca se eleva significa que o preço de uma unidade de produto exportado pode comprar mais de uma unidade de produto importado. Se o termo de troca se deteriora significa que é necessária mais de uma unidade de produto exportado para comprar uma unidade de produto importado. O cálculo dos termos de troca será detalhado no intertítulo 2.2.4. do presente estudo.

O incremento na produção agropecuária é o resultado de mais de 40 anos de pesquisa liderados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) criada em 26 de abril de 1973, vinculada ao então Ministério da Agricultura, durante o governo Médici. Atualmente a missão da EMBRAPA é: “[...] *viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira*” e a visão de futuro da empresa é “[...] *ser um dos líderes mundiais na geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção sustentável de alimentos, fibras e agroenergia*”.

O aumento das exportações de petróleo cru está relacionado aos aumentos da produção da Petrobras em decorrência, dentre outros fatores, da “descoberta” de novos campos de petróleo na plataforma continental brasileira. O termo *descoberta* está destacado porque, na verdade já se conhecia o potencial desses campos através de pesquisas conjuntas mantidas entre a Petrobras, a comunidade científica e a Marinha do Brasil as quais vinham mapeando o litoral brasileiro no período 1988-1996. Aguardava-se apenas o momento em que a Comissão de Limites das Plataformas Continentais (CLPC/ONU) endossasse a solicitação brasileira de extensão da plataforma continental marítima para além do limite das 200 milhas náuticas. A solicitação do Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU) ocorreu em setembro de 2004 (aumento da plataforma em duas regiões situadas nos litorais sul e norte do país) e em abril de 2007, a ONU ratificou a soberania brasileira sobre a parte da área reivindicada situada no litoral sul do país. Não por acaso e logo após depois da ratificação da ONU, no mesmo mês de abril de 2007, a Petrobras anunciou a “descoberta” do megacampo Petrolífero de Tupi. Detalhes sobre essa “saga” se encontram disponíveis no *site* da internet da Marinha do Brasil.

Surge, então, uma pergunta: o que determinou esse comércio crescente entre ambos os países?

Para explicá-la pode-se recorrer a alguns modelos de teorias relativas ao comércio internacional. Há que se fazer a ressalva de que os modelos econômicos são uma simplificação da realidade. Nesses modelos, para se estudar alguma variável, faz-se necessário colocar outras variáveis na condição *coeteris paribus*.

De acordo com Soares (2004)

*Staffan Burestan Linder, em artigo publicado em 1961 sob o título 'Ensaio sobre comércio e transformação', procurou inferir quais seriam as forças que determinariam o potencial de comércio de produtos manufaturados entre os países. Para Linder, a complexidade, o tipo e a diversidade da demanda de determinado aumentariam com o crescimento de sua renda per capita e os países com renda per capita similar tenderiam a aumentar o potencial de seu comércio mútuo. (grifo nosso). (SOARES, 2004, p. 46-48).*

Isso quer dizer que a intensidade com que se processaria o comércio entre dois países seria maior ou menor em função das suas estruturas de demanda interna ou das suas estruturas de mercado interno e que essas estruturas dependiam dos respectivos níveis de renda *per capita*. Em outros termos, quanto mais semelhantes fossem os níveis de renda *per capita* dos países em estudo, maior seria a intensidade do comércio entre eles. Por outro lado, significaria, também, que desníveis de renda limitariam o comércio mútuo e conduziriam ao comércio de produtos manufaturados apenas para atender às necessidades das faixas das suas respectivas populações com níveis de renda semelhantes. Entretanto, o argumento de Linder refere-se ao comércio potencial e não ao comércio real.

O autor Marcelo Neri, em publicação recente (2011) intitulada “Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira”, compara o Brasil com os demais BRICS (incluindo a África do Sul) tomando por base a PNAD, o PIB e o Índice de Gini. O Índice de Gini é uma das medidas mais usadas de concentração de renda e varia de 0 a 1, onde 0 (zero) significa que as rendas de todos os integrantes da população são iguais e 1 (um) significa que a renda de todos se concentra numa única pessoa. Dados mais recentes apresentados por Simielli (2013) permitem verificar que o Brasil apresenta um índice na faixa de 0,52 a 0,75 enquanto que a China enquadra-se na faixa de 0,40 a 0,45. Examinando este índice, o qual permite associar a renda e o consumo dos domicílios dos dois países para aferir seus padrões materiais de vida médios, percebe-se uma desigualdade de renda entre o Brasil e China. Neste caso, o argumento de Linder seria falho, em parte, para explicar a crescente intensidade de comércio real entre os dois países. O comércio real acontece em função de outros parâmetros que não apenas o nível de renda.

Analisar-se-á, então, a aplicabilidade de outros modelos ao comércio Brasil-China.

Tome-se outro modelo simplificado da realidade: o modelo das vantagens comparativas relativas de David Ricardo, mas ele explica apenas parte da questão (SOARES, 2004). De acordo com Ricardo, mesmo que um país seja mais eficiente na produção de diversos bens comparativamente ao outro país, ainda assim o comércio internacional traria benefício para os dois países se cada país se especializasse na produção de parte dos bens em que fosse mais eficiente em relação ao outro país, pois isso traria maior disponibilidade de bens a preços mais acessíveis às respectivas populações e, portanto, maior bem-estar.

O modelo de David Ricardo coloca como premissas:

- a existência de apenas dois países, fabricando dois produtos homogêneos ou idênticos de forma que o seu comércio não seja influenciado pelas preferências dos consumidores;
- que não haja custos de transporte;
- que os mercados sejam perfeitamente competitivos;
- que não existam entre eles barreiras tarifárias ou não tarifárias; e
- que as mercadorias sejam fabricadas utilizando apenas o fator trabalho.

Esse modelo é bastante útil para explicar a realidade e continua sendo a base a partir da qual se desenvolveram outros modelos mais modernos para explicar o comércio entre países.

Considerando apenas o fator trabalho e admitindo, como Ricardo, que a produtividade do trabalho varia entre os dois países, no caso de Brasil-China o modelo é válido. Pode-se dar um exemplo com os minérios em bruto (ou com algum grau de transformação) que são exportados do Brasil para a China onde eles passam por outras transformações e depois retornam ao Brasil como produtos manufaturados acabados. De fato, este exemplo pode ser estendido ao comércio de *commodities* entre os dois países. Se no Brasil a produtividade do fator trabalho é alta na produção de *commodities*, na China a produtividade desse fator é alta no caso de manufaturados.

Por outro lado, a teoria das vantagens comparativas de Ricardo traz implícita uma questão: pode acentuar a divisão internacional do trabalho entre aqueles países que dispõem de maior capacidade de fatores produtivos para gerar inovações tecnológicas e produtos com maior valor agregado e, portanto, tendem a se tornar mais competitivos ao longo do tempo e os demais países que não dispõem desses recursos e, portanto, podem permanecer à margem da competitividade internacional; podem depender dos países mais desenvolvidos para satisfazer sua demanda interna e, ao final, podem tornar-se mais vulneráveis às oscilações do mercado internacional seja materialmente, seja financeiramente.

Porém, há ressalvas na teoria de Ricardo a serem explicadas por outras teorias. Dentre elas pode-se utilizar o modelo de Hecksher-Ohlin conhecido como “Modelo de proporção dos fatores” ou “Teorema da equalização dos preços dos fatores de produção” (SOARES, 2004).

Este modelo, de forma resumida, toma como base a teoria de Ricardo, mas admite dois fatores de produção - trabalho e capital -partindo da premissa de que cada mercadoria possui sua própria relação capital/trabalho. Além de acrescentar mais um fator, Hecksher-Ohlin não se restringe a apenas dois produtos e nem que eles devam ser homogêneos, mas trata da “produtividade” da relação capital/trabalho. Neste modelo o comércio acontece devido às diferentes dotações dos fatores de produção existentes entre os países e essas diferentes dotações são as responsáveis pelas vantagens relativas na produção dos bens, pois a maior dotação em capital permite adquirir ou desenvolver novas tecnologias e investir em inovação de produtos e de processos, os quais são os responsáveis diretos pelas vantagens produtivas e competitivas. Assim, um país abundante em capital vai exportar bens intensivos em capital (manufaturados) e outro abundante em trabalho vai exportar bens intensivos em trabalho.

Segundo esse modelo, os países desenvolvem o comércio internacional entre si trocando mercadorias porque não podem comercializar os fatores de produção. Com o desenvolvimento da intensidade deste comércio, baseado nas diferentes disponibilidades e diferentes produtividades da relação dos fatores capital/trabalho, duas tendências são verificadas: o aumento do bem-estar e a queda dos preços em ambos os países.

Os preços dos fatores de produção são diferentes entre os países no início das relações comerciais, porque são diferentes as respectivas dotações de fatores de produção. Assim, os fatores que são escassos, tendem a ter um preço mais alto do que os fatores que são abundantes. Caso houvesse mobilidade plena de mão-de-obra (trabalho) e de capital entre ambos os países, os fatores de produção migrariam do país onde são abundantes para o país onde eles são escassos, porque neste país (destino da migração) eles teriam melhor remuneração. O teorema de Hecksher-Ohlin defende que, com o desenvolvimento e com o aumento da intensidade de comércio entre os países considerados, a tendência é de que haja tanto a queda quanto a equalização dos preços dos fatores de produção.

Caso o modelo de Hecksher-Ohlin seja aplicado à situação Brasil-China, ver-se-á que a China leva ampla vantagem na dotação de ambos os fatores e a migração de fatores ocorreria, portanto, na direção da China para o Brasil.

O Brasil exporta *commodities* porque apresenta uma vantagem relativa na dotação de outro fator: recursos naturais, nos quais a China é carente, apesar de ter uma área geográfica superior à do Brasil. Do lado chinês, suas necessidades em recursos são extraordinariamente imensas, dado o seu acelerado ritmo de crescimento e dado o gigantismo de sua população de 1.339.724.852 habitantes.

Mesclando os argumentos das teorias acima, pode-se inferir que o crescimento da intensidade de comércio Brasil-China deve-se tanto às diferenças de dotações nos fatores de produção, quanto nas vantagens relativas de cada país que os levam a se especializar na produção de determinados bens. Há outros fatores que contribuem para explicar essa intensidade de comércio:

- as políticas econômicas chinesas de longo prazo com o objetivo maior de tornar a China uma superpotência em meados do século XXI – políticas essas arquitetadas nos idos de 1978, quando Deng Xiaoping assumiu o governo chinês sucedendo a Mao Tsé-tung (SHIN, 2008);
- os planos de metas chineses – planos quinquenais formulados para orientar o desenvolvimento chinês (no qual se inclui o crescimento econômico), e adequá-lo e realinhá-lo ao objetivo maior planejado

por Deng Xiaoping de modo a atender às mudanças na conjuntura internacional ao longo do tempo (SHIN, 2008);

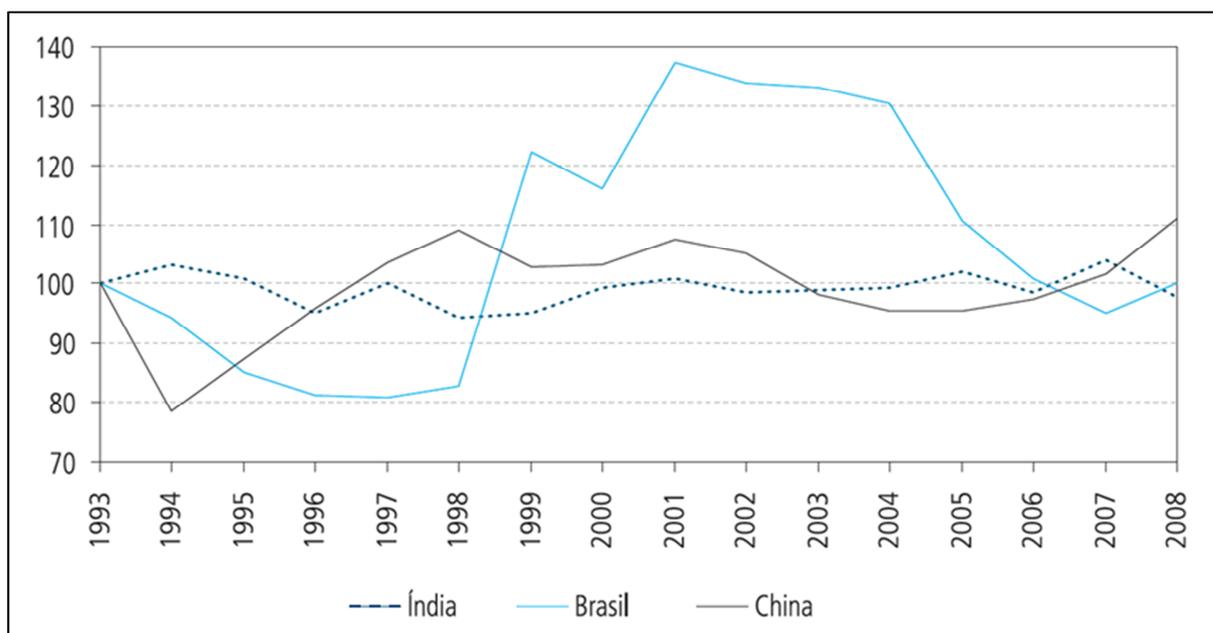
- as crescentes necessidades chinesas por insumos produtivos à medida que se processava o seu crescimento econômico ou nas palavras de Fishman (2006, p. 86): “[...] *pobreza rural, imensa migração interna, liberalização do financiamento, frenesi competitivo autofágico e intensificação da urbanização – aceleram o elevado metabolismo do capitalismo chinês*”. Neste particular, o Brasil foi e continua a ser apenas um dos fornecedores e não um fornecedor preferencial;
- a criação do acrônimo BRIC em 2001, mais tarde BRICS com a inclusão da África do Sul, que vem servindo aos seus integrantes como um efeito de marketing no âmbito internacional. Como seus componentes vêm dando alguns passos no sentido da institucionalização do acrônimo através de reuniões conjuntas periódicas onde são assinados protocolos de intenções de intercâmbio em várias áreas, esse intercâmbio tem se estendido às relações comerciais bilaterais e isso contribui para intensificar o comércio entre eles (O’NEILL, 2012); e
- a crise de 2008 em que os principais mercados tanto do Brasil quanto da China entraram em fase de recessão o que fez com que ambos buscassem alternativas para exportação de seus produtos e, dentre elas, o comércio bilateral foi fortalecido e ampliado.

É lícito inferir dessa análise que a China aumentou bastante seu grau de importância como parceiro comercial do Brasil e pode-se especular que a trajetória de dependência da economia brasileira em relação à chinesa aumentou e, portanto, aumentou também o grau de vulnerabilidade externa brasileira. Tratar-se-á desta questão mais adiante quando se fizer referência ao planejamento de longo prazo chinês e à apresentação das relações entre ambos os países.

### 1.3.3 Influência do câmbio real sobre a pauta comercial

Estudar-se-á a influência do câmbio sobre a pauta de comércio bilateral nesse período, isto é, seu impacto tanto na intensidade quanto no grau de concentração do comércio.

**Figura 7** – Gráfico da taxa de câmbio efetiva real: base 1993 = 100



Fonte: ARAÚJO JR.; COSTA, 2010, p. 64.

A figura acima representa os preços deflacionados das moedas, em relação ao ano-base de 1993. Nele pode-se verificar como o YUAN chinês manteve-se mais estável ao longo do tempo, pela pequena oscilação em relação à base 100 (cem), como resultado das políticas monetárias chinesas de atrelar sua moeda ao dólar norte-americano, a partir de 1997, permitindo que o Yuan variasse em relação ao dólar dentro de uma banda estreita, o que gerou, em várias ocasiões, reclamações e protestos por parte de Washington e de outros países que se sentiam prejudicados com a política chinesa.

Destaque-se que a definição de taxa de câmbio é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira e que a moeda chinesa é o Yuan (¥) ou Renminbi (CNY).

Desse modo, se em 14 de janeiro de 2015, o câmbio estava em ¥ 1 = R\$ 0,42<sup>9</sup> isso significa que o câmbio estava desvalorizado, ou seja, 1 unidade de

<sup>9</sup>Ver informação em UOL cotações.

Yuan (preço da moeda estrangeira) valia apenas 0,42 centavos do Real (moeda nacional). Em outros termos, precisava-se de apenas R\$ 0,42 para comprar ¥ 1. Então, se o câmbio está valorizado, significa que uma unidade de moeda estrangeira está valorizada (vale mais que uma unidade de moeda nacional) e a moeda nacional está desvalorizada.

O câmbio atua no sentido de favorecer ou de desfavorecer as exportações e as importações.

Quando a *moeda brasileira está desvalorizada* em relação à moeda estrangeira isto *favorece as exportações brasileiras*, pois quer dizer que uma quantidade maior de produtos brasileiros pode ser comprada por uma unidade de moeda estrangeira e, nesta situação, os produtos nacionais se tornam mais competitivos devido ao seu preço mais baixo no mercado internacional. Já as importações, por brasileiros, de produtos estrangeiros sofrem efeito contrário, pois os produtos estrangeiros se tornam mais caros no mercado internacional ao ser adquiridos pelos brasileiros, pois o poder aquisitivo da moeda brasileira diminui e uma quantidade menor desses produtos pode ser adquirida com uma unidade desta moeda.

Quando a *moeda brasileira está valorizada* o raciocínio é o oposto do realizado acima. Isso *favorece as importações e desfavorece as exportações do Brasil*.

O exame das figuras 6 e 7 combinado com o exame das Tabelas 15 a 17 B sugere que o câmbio entre o Real do Brasil e o Yuan chinês contribuiu para as oscilações nos resultados do comércio bilateral, mas não foi o fator preponderante a determinar as respectivas trajetórias. Isso se justifica pelos motivos a seguir:

- entre 1993 e 1995, quando o real se manteve desvalorizado frente ao Yuan, os superávits brasileiros se mantiveram aproximadamente constantes com ligeiro aumento e as exportações brasileiras permaneceram concentradas em produtos básicos e as importações chinesas pelo Brasil quase quadruplicaram no período;
- entre 1996 até meados de 1998 quando o real se manteve valorizado frente ao Yuan houve inflexão no saldo comercial que

passou a ser de déficit para o Brasil concentrando as suas exportações em produtos básicos e a importação de produtos chineses em semimanufaturados e manufaturados;

- de meados de 1998 e, principalmente, a partir do início de 1999 (ano da adoção do câmbio flutuante pelo Brasil) até o início de 2007 o Real se desvalorizou frente ao Yuan; as exportações brasileiras para a China iniciaram um processo de recuperação e, a partir de 2001 – ano da criação do acrônimo BRIC – superaram as importações da China; e
- aos primeiros sinais da crise nos Estados Unidos da América, ainda durante o ano de 2007, o dólar norte-americano começou a se desvalorizar fazendo com que o Yuan também se desvalorizasse e o real se valorizasse; o saldo comercial, então, sofreu uma inflexão em 2007 e 2008 a favor da China com as importações brasileiras de produtos chineses superando as exportações brasileiras para a China. Porém, o padrão comercial brasileiro de exportar produtos com baixo valor agregado e de importar de produtos de maior valor agregado permaneceu. Esses resultados podem ser imputados à valorização do real e à pressão de demanda interna brasileira por produtos manufaturados chineses (mais baratos, à ocasião). Esta conjugação de fatores ajudou a “segurar” os preços internos e a “inflação” no Brasil.

A análise acima teve dois efeitos visíveis na paisagem comercial brasileira: um, nacional, que foi a proliferação dos estabelecimentos comerciais chamados de “R\$ 1,99” e o outro, local para a região de Franca (SP), que foi o desmantelamento das grandes empresas calçadistas com a consequente queda da média salarial no setor. Ambos em função, dentre outros fatores, da concorrência dos manufaturados mais baratos chineses que abarrotaram as prateleiras nos estabelecimentos comerciais de diversas áreas de atuação.

Assim, as conclusões às quais se chega após as análises das figuras e tabelas anteriores podem ser relacionadas, também, a fatores resultantes da

evolução histórica recente dos dois países e nesta evolução devem ser consideradas as decisões de políticas econômicas dos respectivos governos.

É lícito, no caso do Brasil, atribuir a concentração das exportações em produtos primários aos seguintes fatores, dentre outros: aumento da produtividade em *commodities* devido ao longo desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA, pela Companhia de Minérios Vale do Rio Doce (VALE) e por outros órgãos governamentais de modo a explorar a diversidade e a amplitude de recursos naturais de que o país é dotado; às políticas econômicas que vêm priorizando o setor primário e relegando a um plano secundário o setor manufatureiro, as quais contribuíram para que a importação dos produtos chineses se diversificasse para atender à pressão de demanda brasileira por manufaturados.

Do lado chinês, o planejamento de longo prazo buscando o objetivo maior de grande potência mundial, dividido em etapas dinâmicas bem delineadas nos planos quinquenais de desenvolvimento e que aliados à disciplina de trabalho imposta pelo Partido Comunista aos seus cidadãos fizeram com que os chineses explorassem as mudanças de conjunturas internacionais ao seu favor. Daí que para sustentar os altos índices de crescimento econômico em torno dos 10% anuais; a explosiva demanda de uma crescente população que migrou das regiões interioranas para as litorâneas e exigiu a realização de grandes obras de infraestrutura em todos os setores de atividades; os chineses acabaram por fazer com que a demanda mundial e os preços das *commodities* aumentassem beneficiando a economia brasileira no setor primário, devido à produtividade e à especialização do Brasil nesses itens do comércio mundial.

Considerando que:

*[...] Em economias exportadoras de manufaturas, um dos obstáculos para avaliar a paridade do poder de compra da moeda nacional é o de medir as mudanças advindas do progresso técnico e da evolução da produtividade da indústria doméstica [...] se os índices de crescimento da produtividade da indústria local forem superiores à média internacional, a apreciação da taxa de câmbio não afetará o desempenho exportador do país, além de gerar benefícios colaterais, como os de elevar os termos de troca da economia e reduzir eventuais pressões inflacionárias utilizando-se do barateamento das importações (ARAÚJO JÚNIOR e COSTA, 2010, p 64-65).*

Verifica-se que isso se aplica às relações comerciais entre o Brasil e a China no período em análise. O Brasil tem buscado suprir as necessidades chinesas de *commodities* (a China tem buscado, também, outros fornecedores além do Brasil)

e a China tem suprido as necessidades brasileiras em manufaturados, contribuindo para o barateamento dos preços internos e para o controle da inflação no Brasil: são os benefícios colaterais imediatos para o Brasil.

Entretanto, no médio e longo prazo a situação acima apresenta um grande potencial para aumentar a vulnerabilidade externa brasileira. Gonçalves (2005, p. 141) alerta para o risco de desindustrialização e “reprimarização” da economia: “o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade econômica externa [...] essa vulnerabilidade é menos acentuada na esfera comercial, mas é elevada na esfera produtivo-tecnológica”. Na classificação de Gonçalves (2005, p.153 -158) o Brasil ocupava, em 2005, o 17º lugar em vulnerabilidade externa e a China ocupava o 107º lugar, num rol de 113 países estudados. Quanto mais próximo do 1º lugar, mais elevada é a vulnerabilidade do país.

Ainda, conforme Gonçalves (2013):

*[...]A desindustrialização brasileira é uma das características estruturais das fases de crise, instabilidade e transição (1980-1994) e MLP - Modelo Liberal Periférico-(1995-2010)’. [...] a evidência aponta para o retrocesso de três décadas da indústria de transformação brasileira [...]. A execução do MLP pelo Governo Lula reduziu a capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Isso ocorreu em todas as esferas: comercial (desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização e perda de competitividade internacional); tecnológica (maior dependência); produtiva (desnacionalização e concentração do capital); e financeira (passivo externo crescente e dominação financeira). No Governo Lula consolidou-se o MLP, que configura trajetória de longo prazo de instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica. Portanto, os governos FHC (Fernando Henrique Cardoso) e Lula são responsáveis não somente pelo fraco desempenho da economia brasileira, segundo os padrões históricos do país e os padrões internacionais atuais, como também por erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo. (GONÇALVES, 2013, p.169-170).*

Reinaldo Gonçalves, em seu livro editado em 2013 sob o título “Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento”, analisou a história econômica do Brasil dividindo-a em modelos de crescimento e de desenvolvimento desde o Sistema Colonial (1550-1822) até os dias atuais (GONÇALVES, 2013).

No capítulo 2 desse livro, o autor apresenta como uma tendência brasileira a de buscar o desenvolvimento através do crescimento do setor de manufaturados na Era Desenvolvimentista (1930-1979) - como ele designa este período e outros autores o designam de modelo de Industrialização por Substituição

de Importações (ISI). Segundo Gonçalves, essa tendência sofreu uma reversão ao aumentar, recentemente, a participação de produtos primários na pauta de exportações brasileiras em detrimento das exportações de manufaturas.

Esse processo reversivo passou por uma fase de Crise, Instabilidade e Transição (1980-1994), denominada, por Gonçalves, de Década Perdida – apesar de englobar mais de uma década – na qual a tendência predominante, em grande parte dos países, era a de liberalização dos mercados ao fluxo mundial de mercadorias, serviços e ativos financeiros. Essa liberalização, orientada pelas recomendações dos países desenvolvidos e denominada de “Consenso de Washington”, preconizava uma série de medidas ou receitas que teoricamente levariam os países a participar intensamente e colher os melhores benefícios do processo de globalização. Implicitamente, entretanto, a liberalização da economia no processo de globalização contribuía para aprofundar a divisão do trabalho internacional beneficiando os produtores de bens de maior valor agregado (países desenvolvidos) ao mesmo tempo em que, de modo indireto, trazia problemas para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, pois os conduzia a intensificar as suas participações nos mercados internacionais exportando bens predominantemente primários. Segundo Gonçalves, a tese do Consenso de Washington encontrou guarida no Brasil e o processo de internalizar essa tese sofreu desvios de adaptação, tanto às instituições formais e informais como à realidade interna brasileira e acabaram por gerar um modelo mambembe típico de países periféricos, a que o autor denominou de Modelo Liberal Periférico (MLP). Este modelo caracterizou o período econômico a partir de 1995 (GONÇALVES, 2013).

O MLP encaixa-se neste estudo como forte argumento na defesa da ideia da “reprimarização” da economia, ou seja, o Brasil partiu de um modelo agroexportador que vigorou até 1930 e desenvolveu um novo modelo de substituição de importações, o ISI, baseado na indústria (1930-1979). O modelo de ISI esgotou-se no final dos anos 80 do século passado por várias razões. O Brasil não foi capaz, no entanto, de acompanhar a evolução dos processos econômicos advindos da nova dinâmica mundial, a globalização, impulsionada pela tecnologia da informação, pela inovação e pelo conhecimento. O país optou, assim, por regressar

à terra: voltou a produzir e a exportar de forma crescente predominantemente *commodities*.

#### 1.3.4 Síntese do período (1990-2008)

A análise do período 1990 até 2008 (crise) permite apresentar algumas características nas relações comerciais Brasil-China:

- quanto à pauta de exportações, o Brasil concentrou suas exportações para a China nas *commodities* enquanto que a China concentrou suas exportações para o Brasil em produtos manufaturados;
- o câmbio entre o real do Brasil e o Yuan chinês contribuiu para as crescentes transações bilaterais, mas não foi o fator preponderante a determinar essas relações;
- os saldos comerciais foram em grande parte do período favoráveis ao Brasil (à exceção dos anos de 1996 a 2000 e de 2007 e 2008 – ver Tabela 15). Isso foi o resultado do aumento da produtividade brasileira em *commodities*; do aumento de seus preços no mercado internacional (fortemente influenciado pelas imensas necessidades chinesas que contribuíram para o aumento da demanda global) e do aumento do *quantum*<sup>10</sup> de importações de *commodities* brasileiras pela China, o que beneficiou o Brasil nas relações de troca. Conforme a AEB (2012,p. 5-13):

*[...] todos os produtos apresentaram aumentos de cotação, a maioria expressivos, sendo dignos de destaque os 563% de minério de ferro, os 321% de petróleo e os 227% de açúcar bruto, sem desmerecer diversos outros produtos com índices superiores a 100% [...] todas as commodities tiveram crescimento quantitativo no período 2011-2000, algumas em percentuais tão significativos que fogem aos parâmetros normalmente praticados e previsíveis [...] dentre os maiores índices de expansão do quantum exportado destacam-se petróleo com 3.142%, açúcar bruto 363%, carne bovina 333% e carne de frango 294% [...]. As exportações totais do Brasil tiveram forte crescimento nos últimos anos, ajudadas pelas*

---

<sup>10</sup> Para o detalhamento do quantum de produtos transacionados, ver os Anexos A e B deste trabalho.

*expressivas altasnas cotações das commodities e nas quantidades exportadas [...];*

- o aumento das exportações de produtos manufaturados chineses para o Brasil;
- quanto às vantagens comparativas, do lado do Brasil predominaram os produtos de mais baixo grau de transformação enquanto que do lado da China o destaque ficou por conta dos produtos de grau mais alto de transformação; e
- quanto aos ganhos de mercados, tanto em valores quanto em número de produtos, a China superou o Brasil de forma bastante expressiva, particularmente nos mercados da América Latina, da América do Sul e do Mercosul.

Da mesma análise do período, é lícito inferir que: o aumento das exportações brasileiras dependeu das exportações de *commodities*; as exportações brasileiras dependeram do ritmo de crescimento da economia chinesa; e o Brasil perdeu mercados internacionais para a China no setor de manufaturados, particularmente no Mercosul e na Argentina (maior comprador de manufaturados brasileiros).

Far-se-á, a seguir, uma breve análise do período entre 2009 a 2013, com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e análise de diversos órgãos e autores.

#### 1.4 COMPARAÇÕES BRASIL E CHINA (2009-2013)

A análise a partir de 2009, após a crise financeira de 2008, apresenta grande semelhança com a análise do período anterior na maioria dos aspectos.

Digno de nota, entretanto, é que o crescimento anual chinês apresentou leve desaceleração, em função de decisões daquele governo, o que repercutiu nas suas menores necessidades por *commodities* e, por conseguinte, nas suas importações de produtos brasileiros.

Iniciar-se-á essa breve análise com o exame dos saldos comerciais.

**Tabela 18** - Exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares (2009-2013)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO (X – M) (aproximado)
2013	46.026.153,0	37.302.150,0	8.724.003,0
2012	41.227.540,3	34.248.497,7	6.979.042,5
2011	44.314.595,3	32.788.424,5	11.526.170,8
2010	30.752.355,6	25.535.684,2	5.216.671,4
2009	20.190.831,4	15.911.144,5	4.279.686,9

**Fonte:** BRASIL, 2014b. Base de Dados – UN/COMTRADE.

**Elaboração:** o Autor.

Verifica-se que após os déficits de 2007 e 2008, os saldos voltam a ser favoráveis ao Brasil, atingindo seu ápice em 2011 para depois declinar. Para explicar esse fato, verificar-se-á a situação da exportação de *commodities* do Brasil para o resto do mundo utilizando-se, para isso, das Tabelas 19 e 20.

**Tabela 19** - Preços médios de exportação de *commodities*: em US\$/Ton.

PRODUTOS	2009	2010	2011	2012*
Café cru	2294	2893	4466	4600
Soja grão	400	380	495	430
Farelo Soja	375	345	397	310
Fumo folha	4521	5490	5395	5300
Açúcar bruto	333	444	573	530
Açúcar refinado	376	489	652	590
Suco laranja	783	897	1184	1250
Carne frango	1475	1673	1979	1950
Carne bovina	3264	4059	5083	5000
Carne suína	2102	2645	2949	2900
Celulose	385	540	561	510
Couros	3766	5074	5851	5800
Minério	50	93	126	105
Alumínio	1561	2113	2395	2000
Petróleo	342	495	691	690

**Fonte:** AEB (2012, p. 5). Dados: MDIC/SECEX. \*Previsão.

As variações da Tabela 19 ajudam a explicar o retorno brasileiro aos superávits comerciais com a China após o período de 2007/2008 e o ápice desse superávit em 2011, dado a trajetória dos preços médios das *commodities*.

Conforme a AEB (2012, p.25):

*[...] em 2011, os produtos básicos importados pela China do Brasil, no valor de US\$ 37,661 bilhões, foram maiores do que o somatório das importações efetuadas pelos sete maiores países importadores que vêm em seguida à China [...] as exportações de produtos básicos para a China corresponderam a 31% do total de produtos básicos exportados pelo Brasil em 2011 [...] avaliando-se as importações chinesas de produtos básicos brasileiros, constata-se que sua participação é contínua, crescente e acelerada, pois representava 2,57% em 2002 e em 2011 já atingiu 14,71%, cenário que caminha para configurar dependência comercial.*

**Tabela 20** - Quantidades exportadas por *commodities*: em 1.000 Ton

PRODUTOS	2009	2010	2011	2012*
Café cru	1639	1791	1791	1800
Soja grão	28563	29073	32985	32500
Farelo Soja	12253	13668	14355	15000
Fumo folha	662	493	533	500
Açúcar bruto	17925	20939	20153	20000
Açúcar refinado	6368	7061	5204	5000
Suco laranja	2069	1978	2007	1900
Carne frango	3266	3461	3570	3500
Carne bovina	926	951	820	800
Carne suína	529	464	436	480
Celulose	8586	8793	8880	8500
Couros	306	341	349	330
Minério **	266	311	331	320
Alumínio	649	525	487	500
Petróleo	26749	32602	31258	30000

**Fonte:** AEB (2012, p. 6). Dados: MDIC/SECEX. \*Previsão- milhões de Ton.

Analisando-se a Tabela 20 pode-se verificar que das 15 *commodities*, 4 atingiram o ápice de *quantum* de exportação em 2009; 4 em 2010; 6 em 2011 e havia a previsão de apenas 1 (farelo de soja) em 2012.

A queda da exportação em alumínio pode ser atribuída ao aumento da tarifa interna de energia elétrica (elevou o custo de produção) e da valorização do real (tornou cara a exportação).

As exportações de *commodities* alimentícias cresceram mais que as metálicas.

O alto crescimento da exportação de petróleo (2010) deveu-se ao início da sua exportação em escala comercial neste ano, reflexo do aumento da produtividade da Petrobras e das “descobertas” já relatadas anteriormente (ver tópico relativo à Amazônia Azul).

Conforme a AEB (2012, p. 6) “[...] *todas as commodities tiveram crescimento quantitativo no período 2011-2000 [...] destacam-se petróleo com 3.142%, açúcar bruto 363%, carne bovina 333% e carne de frango 294%.*”

Observe-se, também, a taxa cambial para o período de 2009-2012.

**Tabela 21** - Evolução das taxas de câmbio (R\$ / US\$): 2009-2012

Ano	31 Mar	30 Jun	30 Set	31 Dez
2009	2,3144	1,9508	1,7773	1,7404
2010	1,7802	1,8007	1,6934	1,6654
2011	1,6279	<b>1,5603</b>	1,8536	1,8751
2012*	-	-	-	1,8000

**Fonte:** AEB (2012, p. 34). Dados: BACEN. \*Previsão.

A análise da Tabela 20 e da Tabela 21 indica uma clara desvalorização do dólar, atingindo o menor valor em 30 jun 2011 (US\$ 1 = R\$ 1,5603). Indica, também, que a combinação entre real valorizado, o aumento do quantum exportado, o aumento do preço internacional e a crescente importação de *commodities* pela China contribuiu para explicar os crescentes saldos comerciais favoráveis ao Brasil no período de 2009 a 2011.

Mas, a partir de 2011, o saldo comercial iniciou uma tendência de queda, ainda que favorável ao Brasil. Como explicá-lo?

Há vários fatores que concorreram para esse “início de tendência”.

Por exemplo: a continuidade na valorização do real (iniciada entre junho e setembro de 2011) que havia influenciado no aumento do saldo comercial, continuou atuando; mas essa valorização combinada com novos fatores, passou a contribuir para a tendência de queda no saldo comercial como um todo.

Outro fator que contribuiu para a tendência de queda do saldo comercial foi o da desaceleração da economia chinesa que repercutiu na redução da importação de *commodities* brasileiras. Esta desaceleração foi motivada tanto pelos efeitos da crise iniciada em 2008, a qual diminuiu a demanda global pelos produtos chineses, quanto pela estratégia chinesa de incentivar o crescimento do seu mercado doméstico como uma das alternativas à retração no seu comércio externo.

Outros fatores, além das transações com *commodities*, devem ser levados em consideração para explicar a tendência de queda nos saldos comerciais com a China. Observem-se as influências de outros fatores de produção sobre as transações de manufaturados:

*- no período de 1999-2011 o reajuste acumulado do salário mínimo brasileiro atingiu o patamar de 378% e a inflação brasileira acumulada 133% pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPCA); 139% pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), 216% pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) e 219% pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M) (AEB, 2012, p. 34);*

a elevação dos salários industriais superou os níveis apurados de inflação pelo IPCA;

- o aumento dos preços das matérias-primas desde o ano de 2000 repercutiu no aumento dos custos de produção, os quais aliados à valorização do real contribuíram para reduzir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional (não estão sendo considerados, nesta análise os níveis de produtividade alcançados pelo setor industrial brasileiro) e, conseqüentemente, a exportação de manufaturados pelo Brasil para a China diminuiu; e
- em contrapartida, a importação de manufaturados pelo Brasil com relação à China aumentou.

#### 1.4.1 Síntese da análise comparativa (1990-2013)

Da análise estatística da evolução da balança comercial de ambos os países é lícito concluir que:

- as relações comerciais entre o Brasil e a China sinalizam a existência de um *claro sintoma* tanto da *desindustrialização* da estrutura produtiva brasileira quanto da “reprimarização das suas exportações”, o que contribui para o *aumento da vulnerabilidade* externa do Brasil e conforme destaca Gonçalves (2013, p. 92) “A *reprimarização foi determinada, em boa medida, pelo boom de preços das commodities na maior parte do período*”; e
- esse período se caracteriza pelos saldos comerciais favoráveis ao Brasil em decorrência deste país suprir as necessidades básicas chinesas, particularmente, de *commodities* agrícolas e minerais, para que a China possa prosseguir na direção de seu mais alto objetivo, traçado nos idos de 1978 por Deng Xiaoping: tornar-se, em meados do século XXI, uma grande potência mundial nos aspectos econômico, militar e científico-tecnológico.

Mas, que fatores históricos contribuíram para esse desempenho da balança comercial entre os dois países?

A seguir serão apresentadas, de forma sucinta, as histórias dos dois países desde o final do século XIX até os dias atuais, com a finalidade de buscar respostas a esta questão.

## 2. UMA SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

### 2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O final da década dos anos 80 e o início da década dos anos 90 são particularmente importantes para os dois países:

- a China inicia sua guinada rumo ao futuro, sob a batuta de Deng Xiaoping, para transformar-se numa economia de mercado com um regime político centralizado e controlado por partido único (Partido Comunista Chinês);
- o Brasil retoma o curso do sistema democrático para caminhar aos solavancos de avanços e retrocessos dolorosos na busca do controle do processo inflacionário e da estabilização da moeda; da abertura comercial que rompeu com o protecionismo interno e permitiu a modernização de parte do setor produtivo; da abertura das portas do país para a economia financeira internacional e das políticas distributivas de renda, as quais melhoraram a capacidade do poder de compra das classes mais baixas e assentaram as bases para os próximos governos de plantão transformarem a nação brasileira refém de um estrito corporativismo partidário.

Enquanto a China transformou sua estrutura produtiva, o Brasil apenas reagiu a situações conjunturais, mantendo basicamente a mesma estrutura agroexportadora com eventuais avanços em áreas de maior emprego de tecnologia no setor industrial e, graças às políticas distributivas, alavancou o setor de serviços.

Como foram atingidos os resultados da comparação anterior entre as balanças comerciais? Este autor crê que a balança comercial, item mais importante do balanço de pagamentos de um país por refletir avanços ou retrocessos estruturais, seja a ponta de um *iceberg* cujas bases são moldadas nas grandes decisões e ações de Estado e, por isso mesmo, apresente resultados de longo prazo. Com esta ideia em mente, apresentar-se-á uma síntese histórica para explicar

os resultados da balança comercial no período que se inicia em 1990 até chegar aos dias atuais. Valer-se-á da análise econômica tendo a História como guia, pois conforme Furtado (2007, p. 21), “[...] *sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos*”.

## 2.2 BRASIL

A seguir, ver-se-á uma síntese da história econômica brasileira a partir da proclamação da República.

### 2.2.1 Antecedentes: a República Velha (1889-1930)

No período da chamada República Velha (1889-1930), as políticas econômicas ditadas e institucionalizadas pela oligarquia cafeeira e em estrito atendimento aos interesses dessa classe dominante importaram e emularam, adaptando com desvios, o liberalismo econômico predominante nas relações econômicas internacionais de então.

O Brasil era um país agroexportador, cujo comércio internacional orbitava em torno das variações de preço da sua maior *commodity*: o café, cuja participação na pauta de exportações brasileiras ao final do século XIX chegava a aproximadamente 65% de todas as exportações, sendo o restante quase que exclusivamente composto por outros produtos primários. A superprodução de café no final do século XIX e início do século XX contribuíram para aumentar a vulnerabilidade externa do país e para as crises econômicas decorrentes.

A superprodução, a partir de 1890, fez com que os estoques se acumulassem ano a ano. Simultaneamente, a demanda internacional pelo produto praticamente se manteve com ligeiras oscilações, os preços declinaram e a renda dos cafeicultores diminuiu. A ideia de reduzir a oferta no mercado internacional e de frear a produção interna conduziu ao Convênio de Taubaté (1906) onde foram

definidas as bases de uma política de valorização do café, na qual, segundo Furtado (2007, p. 253):

- o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- o financiamento dessas compras se faria através de empréstimos internacionais;
- para cobrir o serviço da dívida contraída seria criado um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; e
- os governos dos estados produtores deveriam desestimular a expansão de novos cafezais.

Essa política de controle artificial dos preços, no médio e longo prazo, não atingiu os resultados almejados. Não desestimulou a redução da oferta, mas surtiu efeitos contrários: estimulou o aumento das inversões, a expansão dos cafezais e o aumento da oferta no mercado internacional, exatamente pelas perspectivas de lucro com a garantia de compra dos excedentes pelo governo. Transferiu para o futuro a solução de um grave problema.

Assim, chega-se à crise de superprodução de café em 1929 com a expansão da oferta de quase cem por cento entre 1925 e 1929. Com a crise resultante do *Crash* da Bolsa de Nova Iorque, a demanda internacional pelo café retraiu e apenas dois terços de sua produção eram exportados. Caracterizava-se, conforme Furtado (2007, p.257) um “[...] *desequilíbrio estrutural entre oferta e procura*”. A solução encontrada na compra de estoques pelo governo com financiamento interno (via expansão da dívida pública) para acumular e queimar os excedentes de café apresentou-se como aplicação de uma política anticíclica no período da Grande Depressão, iniciada em 1929.

Furtado (2007) explica a amplitude do efeito dessa solução sobre a economia como um todo:

*[...] a compra do café para acumular representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e inversionistas. Ao injetar-se na economia, em 1931, 1 bilhão de cruzeiros para aquisição de café e sua destruição, estava-se criando um poder de compra que em parte iria contrabalançar a redução dos gastos dos inversionistas [...]. Dessa forma, evitava-se uma queda mais profunda da procura naqueles setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações [...] a inversão líquida [...] criava capacidade produtiva e este é um aspecto secundário da questão em épocas de depressão, as quais se caracterizam pela subocupação da capacidade produtiva já existente. É por essa razão que nestas etapas é muito mais importante criar procura efetiva, a fim de induzir a utilização da capacidade produtiva ociosa, do que aumentar essa capacidade produtiva [...]. A política de defesa do*

*setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. (FURTADO, 2007, p. 273).*

Para gerar o excedente econômico cafeeiro que iria financiar, em boa parte, o início da nascente industrialização brasileira, concorreram grandes volumes de capitais estrangeiros. Estes capitais foram aplicados na implantação da infraestrutura de transportes, no financiamento das atividades comerciais de exportação e de importação, na expansão do mercado externo e na manipulação de seu preço no mercado internacional. Por outro lado essas divisas estrangeiras contribuíram para aumentar, ainda mais, a vulnerabilidade externa do país através dos desequilíbrios financeiros provocados pelo aumento da dívida externa. (FURTADO, 2007; GONÇALVES, 2013; PRADO JUNIOR, 1972). A expansão do mercado interno também participou do processo de geração do excedente econômico e da acumulação de capital necessário à implantação da infraestrutura econômica e da indústria. A ampliação deste mercado decorreu de vários fatores: aumento do trabalho assalariado; imigração; urbanização; substituição de importações de produtos agrícolas e de manufaturados e da diversificação da produção agrícola.

Os tributos decorrentes dessas atividades financiaram a ampliação da infraestrutura de serviços públicos. Houve modernização, expansão e diversificação da produção industrial. Isso ocorreu com maior ênfase na produção bens de consumo e, em menor grau, na produção de alguns setores de bens intermediários (aço, cimento) e de bens de capital (máquinas e equipamentos).

A concentração espacial da produção cafeeira de exportação e seus excedentes foram responsáveis por outro fator: a concentração regional da nascente produção industrial brasileira na região do atual Estado de São Paulo que, no início do século XX (1919), era responsável por 33% de toda a produção da indústria brasileira.

Segundo Gonçalves (2013, p 28), durante a República Velha “[...] houve significativa mudança estrutural na economia brasileira. Essa mudança derivou da queda da importância relativa da agropecuária e do aumento da participação relativa dos outros setores”. Neste período, o país começou de modo um pouco mais consistente seu processo de transição de uma economia fornecedora de produtos primários e de manufaturas simples, destinadas a atender

ao mercado interno e aos mercados locais para uma economia destinada ao provimento de manufaturas mais complexas que agregavam novas técnicas e processos. Para isto concorreu a mão-de-obra estrangeira trazida pelas imigrações oficiais ou não e que, portanto, permitiu ampliar a oferta de produtos para uma nova classe em consolidação: a dos assalariados. No PIB a importância relativa da agropecuária reduziu-se percentualmente de 44,6% em 1900 para 35,2% em 1930 e aumentou-se a participação relativa de outros setores atingindo: a indústria de transformação (11,6%), outras indústrias (3,6%) e os serviços (49,6%). Houve modernização com o avanço da urbanização e da industrialização. Todavia, a estrutura agrária altamente concentrada foi mantida e, portanto, essa modernização não afetou a extraordinária concentração da riqueza e da renda, permanecendo, como dantes, o domínio do latifúndio e da monocultura cafeeira. (GONÇALVES, 2013).

Vigorava o subdesenvolvimento econômico e a oligarquia cafeeira impunha a política do “café com leite”, caracterizada pelo rodízio de paulistas e mineiros na presidência da república. Esta política era mantida e controlada pelo “patrimonialismo” (como prática política e de dominação social que não distingue a diferença entre as esferas pública e privada) e pelas trocas de favores consubstanciadas nos ditados “é dando que se recebe” e “coronelismo, enxada e voto”, o que representava obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo moderno e à inserção internacional do Brasil nesse sistema. Daí a emulação distorcida do liberalismo econômico. (GONÇALVES, 2013).

A estrutura produtiva, nesse período, é apresentada em termos percentuais do PIB.

**Tabela 22** - Estrutura de produção: agricultura e indústria (%) (1907, 1919 e 1939)

<b>ESTRUTURA DE PRODUÇÃO: AGRICULTURA E INDÚSTRIA (%)</b>	<b>1907</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>
Produção industrial/produção agrícola	62,5	64,8	149,3
Produção agrícola exportada	67,9	36,1	36,7
Produção industrial exportada	9,0	17,2	7,6
Import. de prod. agrícolas em relação ao consumo aparente(*)	12,7	5,5	7,1
Import. de prod. manufaturados em relação ao consumo aparente (*)	47,0	32,0	21,5

(\*) Consumo aparente = produção + importação – exportação

Fonte: GONÇALVES, 2013, p.28.

Verifica-se que, no período entre as duas guerras mundiais:

- a produção industrial/agrícola mais que dobrou devido ao efeito da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Este conflito sinalizara aos demais países não diretamente nele envolvidos ser necessário desenvolver sua própria produção, pois, durante a guerra, os produtos normalmente exportados pelos países imersos no conflito haviam desaparecido do mercado internacional em função de seu esforço de bélico;
- a importação de manufaturados pelo Brasil diminuiu em função da redução da oferta pelos países industrializados, o que serviu de estímulo para aumentar a oferta interna através do desenvolvimento da própria produção;
- a produção agrícola exportada, manteve-se aproximadamente constante; e
- a produção industrial exportada diminuiu em função da queda na demanda internacional.

**Tabela 23** - Industrialização no Brasil: indicadores (1901-1930)

Ano Período	Participação da indústria de transformação no PIB (%)	Razão entre PIB da indústria de transformação e PIB da agropecuária	Indústria de transformação PIB per capita (índice 1949-1950 = 100)	Variação média anual do PIB per capita da indústria de transformação (%) (*)	Razão entre o PIB per capita da indústria de transformação do Brasil e o PIB per capita da indústria de transformação do resto do mundo (%)
1901	9,4	0,4	16		22,2
1909-1910	10,2	0,5	18	1,5	19,6
1919-1920	12,4	0,6	25	3,1	20,8
1929-1930	11,6	0,6	33	2,9	24,9

**Notas:** em valores constantes. (\*) Na década limitada superiormente pelos anos de referência.

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.34.

**Elaboração:** o Autor.

Observa-se uma crescente participação percentual da Indústria de transformação no PIB.

### 2.2.2 Era Desenvolvimentista (1930-1979)

A Revolução de 1930, ponto de inflexão política e econômica do Brasil, e a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas à presidência da república ao romperem o ciclo da política “café com leite” marcaram a transição da economia agroexportadora para a economia industrial do Brasil. O período entre 1930 e 1979, conhecido como Era Desenvolvimentista, foi caracterizado pelo modelo de substituição de importações e pela industrialização do país (GONÇALVES, 2013). Enfim, o país deixaria de apenas reagir aos altos e baixos do valor do café e à conjuntura internacional e ingressaria no rol das nações dotadas de pensamento e de planejamentos estruturantes de longo prazo, arquitetados e conduzidos pelas elites que mantinham a massa da população à margem desse processo. Afinal, a herança cultural dos períodos da colônia e do império, de mudanças impostas de cima para baixo na pirâmide social, de certa forma e em algum grau, incorporou-se ao estilo de vida do brasileiro e, portanto, passou a ser aceita quase que de forma natural pela população.

1930-1979 foi um período de rupturas: de uma estrutura agroexportadora para uma estrutura industrial; do liberalismo econômico imperfeito da República Velha para a intervenção estatal. A característica econômica predominante deste período foi adotar e aplicar a ideologia do Nacional-Desenvolvimentismo ou projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na soberania nacional, tendo como base de sustentação o trinômio “[...] *industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo*”. (GONÇALVES, 2013, p.33).

O que caracteriza o período 1930-1979 é uma estratégia de desenvolvimento econômico delineada por crescimento econômico, por industrialização e por mudança da estrutura produtiva. Nessa estratégia as decisões de política econômica foram marcadas por diversos fatores, dos quais se destacam: *planejamento econômico de médio e longo prazo*; política comercial protecionista;

política industrial proativa; subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento; política fiscal expansionista e expansão do crédito seletivo visando setores considerados essenciais ou de segurança nacional. Com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade externa estrutural, as decisões de política econômica tiveram por pilares a alteração do padrão de comércio exterior, o encurtamento do hiato tecnológico e o tratamento diferenciado para o capital estrangeiro. (GONÇALVES, 2013).

O exercício do protecionismo comercial exacerbado, com a finalidade de atender ao mercado interno e de proteger o crescente parque industrial, apresentou resultados positivos no médio prazo e contribuiu para consolidar o processo do modelo de industrialização por substituição de importações. Porém, no longo prazo, foi o responsável pelo descompasso entre o Brasil e os demais países desenvolvidos no que tange à inovação, principalmente na área de informática, com sérias repercussões até os dias atuais em que o diferencial positivo de resultados na balança comercial de um país reside, dentre outros motivos, na competitividade de produtos com alto valor agregado e, portanto, produtos intensivos em tecnologia e inovação. Desse modo, em algumas áreas, como a de informática, ao invés de encurtar o hiato tecnológico com outras nações, o modelo contribuiu para alargar esse hiato.

Um olhar panorâmico sobre esse período ressalta algumas de suas características que o distinguem na história econômica do país, incluindo a história dos dias atuais, pois foi um período em que houve “planejamento estatal de médio e longo prazo” e houve a “implantação de uma infraestrutura de transportes, de energia e de telecomunicações”, ainda que à custa de endividamento externo.

Neste período, além da atuação de Getúlio Vargas que promoveu a mudança estrutural da economia brasileira, foram lançados e implementados, no todo ou em parte, vários planos econômicos. Dentre eles se destacam: o Plano de Metas idealizado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960); a fracassada tentativa de estabilização econômica do Plano Trienal de Celso Furtado (1962-1964); o Plano da Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1967, e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e PND II) idealizados pelos governos vigentes no período denominado de regime militar. Todos esses planos, sob os

auspícios e sob a batuta do Estado, contribuíram para desenvolver o que Gonçalves (2013, p. 40) chama de “*capitalismo burocrático*” executado por um “*Estado cartorial*”, que apenas revitalizou e deu uma roupagem nova ao patrimonialismo persistente e antigo continuando, pois, como um “[...] *instrumento de apropriação de poder e riqueza pelos setores dominantes e grupos dirigentes*”.

As políticas econômicas intervencionistas do período demonstravam o rompimento do país com o modelo liberal e com a reação governamental apenas a fatores conjunturais. Nota-se que o processo de industrialização por substituição de importações foi além e promoveu uma ruptura nos padrões produtivos com mudanças no comércio exterior, conforme se verifica pelas análises das Tabelas 24 a 27.

**Tabela 24-** Estrutura de produção: distribuição percentual do valor da produção industrial segundo grupos de produtos (1939-1980)

Item	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Recursos Naturais	41,2	41,0	34,8	30,1	27,6	25,1
Mão-de-obra	33,1	30,7	21,3	18,6	15,7	15,7
Economia de escala	19,3	23,0	34,9	37,2	37,8	39,1
Tecnologia	5,3	3,7	7,3	12,1	15,7	16,1
Sem classificação	1,1	1,6	1,7	2,0	3,2	3,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.42.

**Notas:** os dados referem-se ao valor da produção industrial em valores correntes. Indústria inclui indústria de transformação e indústria extrativa mineral. Intensivos em recursos naturais: indústrias extrativas, produtos de minerais não-metálicos, madeira, papel e papelão, produtos alimentares, bebidas e fumo. Intensivos em mão-de-obra: mobiliário, couros e peles e produtos similares, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, e editorial e gráfica. Economia de escala: metalúrgica, material de transporte, borracha, química, produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas, e produtos de matérias plásticas. Intensivos em tecnologia: mecânica e material elétrico e de comunicações.

Observa-se coerência entre os grandes objetivos do Nacional-Desenvolvimentismo e a tabela acima:

- as indústrias de transformação intensivas em recursos minerais e em mão-de-obra descrevem trajetórias descendentes enquanto a intensiva em tecnologia tem uma trajetória ascendente em todo o período, concretizando o objetivo de reduzir esse hiato entre o

Brasil e os países industrializados. Ressalta-se que uma das mais graves falhas desse processo foi o protecionismo à indústria nacional da informática. O atraso ou lento avanço neste ramo, por permear todas as demais áreas e atividades econômicas, trouxe e ainda traz consequências negativas até os dias atuais;

- a economia de escala descreve uma trajetória ascendente como resultado da aplicação de tecnologia e dos investimentos estatais (em setores básicos para prover infraestrutura ao país) e privados (na própria indústria de transformação); e
- ressalta Gonçalves (2013, p. 46): “[...] as indústrias intensivas em tecnologia e que se beneficiam de economias de escala estavam entre as mais dinâmicas (geração de renda) no período desenvolvimentista”.

**Tabela 25** - Industrialização no Brasil: indicadores (1939-1980)

Período	Participação da indústria de transformação no PIB (%)	Razão entre PIB da indústria de transformação e PIB da agropecuária	Indústria de transformação PIB per capita (índice 1949-1950 = 100)	Variação média anual do PIB per capita da indústria de transformação (%) (*)	Razão entre o PIB per capita da indústria de transformação do Brasil e o PIB per capita da indústria de transformação do resto do mundo (%)
1939-1940	14,5	0,9	55	5,1	33,6
1949-1950	19,4	1,5	100	6,2	43,5
1959-1960	23,2	2,5	179	6,0	54,8
1969-1970	24,8	3,3	261	3,8	68,0
1979-1980	25,8	5,0	486	6,4	91,9

**Notas:** em valores constantes. (\*) Na década limitada superiormente pelos anos de referência.

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.35.

**Elaboração:** o Autor.

Observa-se a crescente participação da indústria de transformação no PIB do país e, a partir de 1949-1950, o aumento da relação indústria/produtos básicos.

**Tabela 26** - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1940-1979)

Período	Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados
1940 – 1949	77,8	12,5	9,7
1950 – 1959	90,5	8,4	1,1
1960 – 1969	81,9	10,6	7,2
1970 – 1979	59,8	9,9	28,0

**Nota:** o somatório não é igual a 100 devido às Operações Especiais.

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.44.

**Elaboração:** o Autor.

**Tabela 27** - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1950-1979)

Produto	1950- 1959	1960 – 1969	1970-1979
Café	60,7	47,7	20,0
Açúcar e álcool	1,7	4,5	7,5
Algodão	8,8	7,2	3,5
Produtos metalúrgicos	0,1	2,7	4,0
Químicos	0,3	0,9	1,9
Papel e celulose	0,0	0,1	0,9
Material de Transporte	0,1	0,5	3,3
Máquinas e equipamentos	0,1	1,2	5,6
Petróleo e combustíveis	0,5	0,4	1,5
Carnes	0,8	1,3	2,1
Minérios	3,0	7,4	8,9
Complexo de soja	0,2	0,9	11,3
Calçados e couros	1,1	1,0	2,9
<b>Total</b>	<b>77,2</b>	<b>76,0</b>	<b>73,5</b>

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.45.

**Elaboração:** o Autor.

Da análise das Tabelas 24 a 27, verifica-se que, a trajetória de participação dos produtos básicos no padrão de comércio exterior é descendente e no caso dos produtos semimanufaturados e dos manufaturados essa trajetória é ascendente, durante a Era Desenvolvimentista. Representa uma mudança na

estrutura produtiva e, portanto, coerente com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa estrutural da economia através da redução das exportações de *commodities* e do aumento das exportações dos produtos industrializados. Destacam-se nos produtos da indústria de transformação: produtos metalúrgicos, químicos, material de transporte e máquinas e equipamentos.

Furtado (2007) atribui parte dessa mudança estrutural nos dez anos pós-segunda guerra mundial a dois fatores. O primeiro deles foi a política cambial de desvalorização da moedanacional, a qual beneficiou as exportações de produtos básicos, principalmente café, e aumentou a entrada de divisas no país aumentando a renda nacional. O segundo foi o controle seletivo de importações: as importações de bens de consumo foram reduzidas e restringidas estimulando a demanda por produtos nacionais e, ao mesmo tempo, as importações de bens de capital e de matérias-primas com as divisas geradas na exportação de básicos, passaram a ser selecionadas, estimuladas e dirigidas para determinados setores industriais.

Com isso:

*A política cambial acompanhada de controle seletivo de importações resultou, destarte, não somente em concentração, na mão do empresário industrial, de parte substancial do aumento de renda de que se beneficiava a economia, mas também em ampliação das oportunidades de inversões que se apresentavam a esse empresário. (FURTADO,2007, p. 309).*

Deste modo, a utilização de mais tecnologia na produção, através dos bens de capital e de matérias-primas importados,resultou na agregação de valor aos produtos básicos; em economias de escala técnica e pecuniária; em diversificação produtiva e em aumento da produtividade da economia brasileira. Isso contribuiu para alterar o padrão de comércio exterior brasileiro durante os anos iniciais da Industrialização por Substituição de Importações.

Um balanço da Era desenvolvimentista apresenta pontos positivos e negativos para a economia como um todo. Por um lado o processo de modernização avançou de modo acelerado, formou-se uma economia industrial moderna para os padrões da época, o setor agroexportador deixou de ser o eixo estruturante da economia brasileira e expandiu-se o mercado interno em função da condução de planejamentos de governo. Por outro lado, esse avanço e mudança estrutural foram marcados pelo protecionismo, principalmente em setores considerados estratégicos, e por grandes financiamentos externos que, com as crises do petróleo e o aumento

dos juros internacionais no final da década dos anos 70 e início da década dos anos 80, levou o país ao desequilíbrio no balanço de pagamentos e à crise da dívida externa, cujos efeitos se prolongam até os dias atuais, ainda que tenham sido parcialmente amortecidos no início deste milênio à custa do aumento da dívida pública interna.

A Era desenvolvimentista também pode ser caracterizada pela ausência de reformas que diminuíssem a enorme concentração de riqueza e de renda e pelo aumento dos problemas e deficiências socioeconômicas resultantes de um acelerado processo de urbanização.

É lícito concluir que as transformações estruturais na economia brasileira, neste período, foram o resultado de múltiplos planejamentos na política econômica, alguns com visões de longo prazo. Isso quer dizer que diversos governos do passado delinearão planos, objetivos e estratégias de longo prazo para atender aos respectivos contextos históricos e acabaram por promover mudanças estruturais que, no seu conjunto, delinearão o período do Nacional-Desenvolvimentista. Dentre eles se destacam os governos: do presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e os governos do regime militar (1964-1985). Todos eles apresentaram acertos e equívocos, observados do ponto-de-vista atual. Porém, se considerarmos os respectivos contextos históricos internacionais em que suas decisões foram tomadas, a eles se devem atribuir as grandes mudanças estruturais na economia brasileira, devido às suas respectivas visões de futuro e aos seus respectivos planejamentos de longo prazo, com repercussões positivas sobre o comércio exterior e, por conseguinte, sobre os saldos da balança comercial brasileira com o resto do mundo até o início dos 90. Na opinião deste autor, todos eles realizaram verdadeiros planejamentos de Estado e, depois da atuação destes últimos (militares), no período chamado de redemocratização, o Brasil abandonou os planejamentos estratégicos para focar em planos de reação de curto prazo às cíclicas e frequentes mudanças nas conjunturas nacionais e internacionais. As ações econômicas, portanto, retrocederam de ações estruturais para conjunturais.

Passar-se-á a uma visão geral desses planejamentos.

O período “Getulista” se caracterizou por uma luta constante para realizar o ajuste das contas externas do país. Em 1931, o governo brasileiro decretou uma moratória da dívida externa e iniciou o seu respectivo processo de renegociação (1931-1945).

Conforme Lacerda et al.(2002), o setor de bens de produção e o de bens de consumo duráveis se tornaram relevantes na estrutura produtiva brasileira, com a participação prioritária de capitais nacionais. Estes capitais foram financiados pelas altas taxas de lucro da indústria. Estas taxas foram alavancadas tanto pela valorização cambial quanto pela transferência dos excedentes do setor agroexportador para o setor industrial. Getúlio Vargas restringiu a participação de capitais estrangeiros sob a forma de investimentos diretos e, para o financiamento interno, criou, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

*É desse ponto de vista que se entende o bloco de atividades produtivas, que se materializaram sob a forma de empreendimentos estatais, consubstanciados na criação da Petrobras, na entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional, na tentativa de pôr em funcionamento a Companhia Nacional de Álcalis, na já modesta performance da Companhia Vale do Rio Doce e no projeto da Eletrobrás, enviado ao Congresso Nacional e apenas aprovado dez anos após. Este conjunto de atividades produtivas, com exceção da Eletrobrás, na verdade foi formulado como projeto ainda nos anos da ditadura Vargas, com a ressalva de que o projeto da Petrobras finalmente aprovado no Congresso Nacional em 1953 diferia, em muitos aspectos, de suas anteriores formulações. (Grifo nosso).(OLIVEIRA, 1980 apud LACERDA, 2002, p. 82).*

Considerando o estabelecimento de infraestrutura, o governo priorizou as áreas de energia e de transportes e, nos transportes, priorizou a rede ferroviária.

No que se refere à grande camada da população, principalmente urbana, e fazendo parte de seu projeto de poder, Getúlio Vargas buscou maneiras de exercer o controle sobre a sociedade. Para isto, promoveu verdadeiras mudanças na legislação social destinada a proteger o trabalhador como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, ao mesmo tempo, criou mecanismos de controle dos sindicatos através de suas próprias lideranças. “Promulgou 160 leis entre 1931 e 1941” (RODRIGUES, 1965, p. 93 apud GONÇALVES, 2013, p. 47).

A atuação do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, popularmente chamado de JK, visou o desenvolvimento do país no longo prazo e não somente seu crescimento econômico no longo prazo. O Presidente e sua equipe utilizaram técnicas modernas de planejamento disponíveis à época, como a matriz

insumo-produto e conceberam o chamado Plano de Metas, trinta metas ao todo, cujo *slogan* “50 anos em 5”, buscava atingir um rápido crescimento econômico do país e manter o crescimento sustentável do PIB. Para isso, o plano visava eliminar pontos de estrangulamento da economia e impedir o surgimento de novos pontos de estrangulamento através da implantação de uma infraestrutura industrial integrada para atender à demanda reprimida por bens de consumo duráveis. Atender a esta demanda exigia que diversos setores produzissem, de modo integrado e interdependente, insumos, bens intermediários e bens finais. Assim, alguns setores produtivos geravam demandas para outros setores – os chamados pontos de germinação - incentivando novos investimentos que sustentariam o crescimento econômico. Como resultado, esperava-se que geraria emprego, renda, ampliação do mercado interno e bem estar para as famílias e contribuiria, também, para o desenvolvimento do país.(GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

Na infraestrutura se destacaram grandes obras destinadas a levar o Brasil ao nível dos países desenvolvidos. Interiorizou a capital com a construção de Brasília, sua meta-síntese e exemplo de ponto de germinação, buscando o objetivo de fazer com que o “país olhasse para o seu interior” e não apenas para o exterior; construiu uma larga rede de infraestrutura de transportes para levar o desenvolvimento a áreas até então esquecidas como o Centro-Oeste e o Norte através de construção de novas rodovias (20 mil km) e ferrovias (1.800 km); construiu tanto pequenas quanto grandes hidrelétricas (Três Marias, Furnas, Salto Grande, etc.); alavancou e deu prestígio à Petrobras o que resultou em descobertas e aumento de reservas petrolíferas, aumento da capacidade de refino e aumento de produção; construiu açudes e barragens no Nordeste aumentando a capacidade hídrica da região; incentivou a mecanização da agricultura; aumentou a capacidade de produção siderúrgica; elaborou e iniciou a execução de um plano para aumentar as exportações de minérios da antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale; aumentou a capacidade de produção de metais-não ferrosos imprescindíveis à indústria nacional; instituiu o Fundo de Marinha Mercante o qual possibilitou o reequipamento dos estaleiros em funcionamento e o aumento da construção de navios de grande capacidade necessários ao transporte de cargas e redução dos custos de fretes internacionais; na área de ciência e tecnologia instalou vários institutos de pesquisa e desenvolvimento em vários Estados do país com a

finalidade de intensificar a formação de profissionais e aumentou os recursos destinados à formação de pessoal qualificado na área de energia nuclear. O resultado de seu Plano de Metas, de acordo com o próprio Kubitschek (2000, p. 288-297), foi que “[...] o Brasil bateu alguns recordes mundiais em matéria de projetos de obras públicas”.

Todas essas obras contribuíram para surtir efeitos positivos sobre a estrutura produtiva, sobre o comércio exterior e sobre nossa balança comercial com o resto do mundo. De acordo com Gonçalves (2013, p. 41) “*Em 1959-1960, no final do Plano de Metas lançado em 1956, essas participações passaram a ser de 17% (agropecuária) e 23% (indústria). Isto é, o PIB da indústria de transformação superou o PIB da agropecuária.*”

Antes de prosseguir para um interregno político conturbado na história brasileira, cabe verificar as principais visões dos dois presidentes anteriores, os quais são considerados por este autor como verdadeiros estadistas.

Getúlio Vargas transformou a estrutura produtiva de agroexportadora para industrial, iniciando o processo da industrialização por substituição de importações; promoveu importantes reformas institucionais tanto formais como informais, que contribuíram para uma mudança na mentalidade social e no amadurecimento político da população; priorizou o crescimento através de financiamento interno e buscou implantar uma infraestrutura de transportes ferroviária que, se tivesse tido prosseguimento, traria repercussões altamente positivas na atualidade.

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o exemplo típico do espírito empreendedor e promoveu mudanças na estrutura econômica que deram prosseguimento e avançaram em outros setores da indústria, consolidando o processo de substituição de importações; visualizou o crescimento como uma etapa para se atingir o desenvolvimento; promoveu esse crescimento à base do financiamento externo, dado o contexto de insuficiência de capitais internos à época e, por isso, correu o risco inerente do endividamento externo para os próximos governos. Segundo Lacerda et. al. (2002, p. 31) o governo “[...] estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital privado estrangeiro e, como sócio menor, o capital privado nacional”, o que contribuiu para a oligopolização

da economia nacional, na qual o capital estrangeiro era dominante no setor industrial, setor este constituído por um pequeno grupo de empresas multinacionais; priorizou o binômio infraestrutura rodoviária (ponto de estrangulamento) -indústria automobilística (ponto de germinação) e esta opção iria produzir, mais tarde, externalidades negativas futuras no custo dos transportes, no congestionamento do tráfego nas cidades, na poluição e na redução da qualidade de vida urbana. Juscelino Kubitschek provavelmente tinha consciência disso mas, naquele contexto e considerando os grandes objetivos de seu Plano de Metas, havia alternativas?

O período 1962-1967, pós-Plano de Metas foi um período pleno de mudanças econômicas e institucionais para o Brasil.

Ao crescimento econômico verificado entre 1956 e 1962 sucedeu-se um período de recessão com queda do PIB, com déficit fiscal e com alta na inflação, próxima de 90% ao ano. A crise política após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, após pouco mais de oito meses de governo, agravou o quadro institucional. No plano econômico, seu sucessor João Goulart tentou estabilizar a economia através do Plano Trienal visualizado pelo economista Celso Furtado, então ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. Os objetivos deste plano para reduzir a inflação e conter os gastos públicos não foram atingidos. Provocaram, em consequência, o descontentamento dos assalariados e da população em geral, o que acabou por levar a conflitos políticos e sindicais e abriu espaço para que os militares assumissem o poder político.(LACERDA et al. 2002).

Na área econômica, os presidentes de origem militar adotaram uma “[...] *postura tecnocrático-modernizante com um discurso desenvolvimentista, comprometido com a retomada do crescimento econômico*” (LACERDA et al. 2002, p. 103). Criaram o Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, elaboraram o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e obtiveram sucesso na estabilização da economia, reduzindo a inflação de 90%, em 1964, para menos de 30 % em 1967.

Ainda, segundo Lacerda et al. (2002):

*[...] o aspecto mais importante do PAEG foi o conjunto de transformações institucionais [...] consubstanciadas nas reformas bancária e tributária [...] permitiu executar uma política econômica voltada a garantir os*

*investimentos, estimulando ainda mais o processo de oligopolização [...]. A reforma bancária de 1965 criou a estrutura básica do sistema financeiro nacional, instituindo o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional [...] com o objetivo de desenvolver um sistema financeiro forte e competitivo. [...]. A reforma tributária de 1967 criou o sistema tributário [...] aumentando a arrecadação e centralizando-a no governo federal. (LACERDA ET AL., 2002, p. 103).*

Seguiram-se ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II. Os resultados gerais do PAEG foram positivos e suas reformas institucionais permitiram o crescimento da economia no período que se convencionou chamar de Milagre Econômico no início da década dos 70, com crescimentos médios anuais do PIB, entre 1968 e 1973 em torno de 10%, destacando-se o crescimento do produto industrial e a relativa estabilidade de preços, com a inflação oscilando entre 15 e 20% anuais.

O I PND (1972-1974), sob o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974), se caracterizou pela ação do Estado como interventor e promotor do desenvolvimento. O Estado agiu através de planejamento econômico e através da forte presença das empresas públicas, estatais e sociedades de economia mista, principalmente nas obras de construção e de ampliação da infraestrutura econômica do país. Portanto, foi uma continuação dos planos de Juscelino Kubitschek, aos quais se acrescentou o “*aumento na abertura estrutural da economia para o exterior*” (LACERDA ET AL., 2002, p. 112). Desse modo o Estado praticamente se fez onipresente.

Neste período, o Ministro da Fazenda era Antonio Delfim Netto e o governo planejou, criou as condições institucionais e atingiu o crescimento da economia tendo como fontes: o investimento público em infraestrutura; o aumento do investimento das empresas estatais (foram criadas 231 empresas estatais no período); a demanda por bens duráveis (consequência da grande expansão do crédito); o crescimento do setor da construção civil, em torno de 15% ao ano (expansão da demanda por habitação como consequência da expansão do crédito através do Sistema Financeiro da Habitação - SFH) e o crescimento das exportações (devido ao crescimento do comércio mundial, à melhora nos termos de troca e aos incentivos fiscais promovidos pelo governo). A agricultura apresentou um desempenho mais modesto. A Formação Bruta de Capital Fixo superou 20% do PIB

entre 1971 e 1973. O setor de bens intermediários atingiu uma taxa de crescimento média de 18,1% ao ano. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

Emulando o sonho integracionista de Juscelino Kubitschek e por várias razões, dentre as quais, demonstração de poder no cenário internacional, o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici promoveu diversas iniciativas na área econômica e na área social:

*[...] o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Plano de Integração Social (PIS); o Programa de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que pretendia erradicar o analfabetismo em 10 anos; o Estatuto do Índio; a institucionalização do Projeto Rondon, que promovia o atendimento das populações carentes do interior por alunos de medicina e odontologia, entre outras especialidades; o Projeto Radam, de levantamento aerofotogramétrico da Amazônia (1970); o sistema Telebrás (1972); o acordo com a Bolívia para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de La Sierra e Paulínia (SP) e o acordo com o Paraguai para a construção da hidrelétrica de Itaipu (1973). Também são inauguradas importantes obras iniciadas em governos anteriores, como o sistema de transmissão de televisão em cores e a refinaria de petróleo de Paulínia (1972); a usina hidrelétrica de Ilha Solteira, o asfaltamento das rodovias Belém-Brasília e Belém-São Luís e a ponte Rio-Niterói (1974). (Grifo nosso). (CÂMARA,2015).*

Buscando repetir a transumância da época áurea da produção de borracha na Amazônia - quando milhares de nordestinos foram transferidos para aquela frente de trabalho – o governo iniciou a construção de 2.600 km de rodovias na região: a Transamazônica. Hoje esta rodovia apresenta sérios problemas de circulação (infraestrutura bastante deteriorada) e contribuiu para levar à região norte do país graves problemas ambientais, sociais e econômicos.

Na sequência, o II PND, sob o governo do Presidente Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979) buscou reagir à conjuntura política nacional e dar legitimidade ao governo militar, promovendo uma espécie de “distensão” interna, através da busca de uma abertura política “lenta, gradual e segura”. Para a continuação desse projeto elegeu seu sucessor, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, que promoveu a transição do regime militar para a devolução do poder político a um cidadão civil. Com isso, através de escolha em colégio eleitoral, Tancredo de Almeida Neves foi eleito como primeiro presidente civil pós-regime militar e, com sua morte sem exercer o mandato, José Sarney assumiu a Presidência da República.

No campo econômico e

*[...] com o intuito de diminuir a dependência em relação ao petróleo importado, do qual o Brasil era 80% dependente, e ao mesmo tempo realinhar a capacidade da infraestrutura ao patamar de desenvolvimento então alcançado pelo País, o II PND prioriza os investimentos no setor energético e em transportes, comunicações e indústrias de base. Nesse sentido, em 1975 é lançado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), assinado o acordo nuclear com a Alemanha e adotada a política de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo em território nacional. Outras importantes iniciativas são a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás e a construção das usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Sobradinho. (CÂMARA, 2015).*

No plano internacional, este governo visou atingir o objetivo geopolítico de tornar-se potência regional e uma das formas encontrada para isto foi o início da construção da Usina Nuclear de Angra dos Reis, em que o Brasil firmou um acordo de cooperação técnica e financeira com a Alemanha, num claro desafio ao poderio dos Estados Unidos da América. (LACERDA et al., 2002).

Sobre o II PND e consequências imediatas, discorre Gonçalves (2013):

*[...] durante a vigência do II PND (1975 – 1979), a estratégia de desenvolvimento baseou-se no upgrade da estrutura industrial, na substituição de importações, no forte crescimento da renda e na redução da vulnerabilidade externa estrutural do país [...]. A redução da vulnerabilidade externa na esfera produtiva ocorreu via estímulos aos investimentos na capacidade produtiva de bens intermediários e bens de capital. Na esfera tecnológica, houve incremento significativo dos investimentos em educação superior, inclusive formação de recursos humanos no exterior, expansão dos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas estatais, a formação de joint ventures entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras, fortalecimento do setor de engenharia consultiva e de construção e forte controle sobre contratos de transferência de tecnologia com orientação de reduzir custos e aumentar a capacidade de absorção tecnológica das empresas nacionais. O resultado foi o fortalecimento do sistema nacional de inovações. O II PND refletiu a compreensão apropriada à necessidade básica do processo de desenvolvimento econômico do país naquele momento, que consistia na redução da sua vulnerabilidade externa estrutural [...]. Entretanto, o governo cometeu um grave erro estratégico, na medida em que uma parte expressiva do ajuste estrutural brasileiro foi financiada com recursos externos [...] o endividamento tornou-se crítico e transformou-se na principal restrição ao desenvolvimento econômico do país, em função da elevação do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais em 1979; contração dos fluxos internacionais de capitais [...] e fraco desempenho da economia mundial no período 1980-1983. (GONÇALVES, 2013, p. 460).*

O ponto-de-vista do autor do presente trabalho sobre o período pós-plano de metas é o seguinte:

- do lado dos acertos, observa-se a continuidade na promoção da mudança estrutural da economia de modelo agroexportador para o

- modelo de industrialização por substituição de importações; a implantação de infraestrutura de energia, transportes (com ressalvas, ao optar pelo transporte de cargas por rodovias e descurar-se das ferrovias e transporte interior pela via fluvial) e de telecomunicações, bem como alguns avanços na área social;
- do lado dos equívocos, verifica-se o protecionismo no setor de informática (que causou e causa prejuízos em todas as áreas até os dias atuais); a fracassada tentativa de integrar a Região Norte ao restante do país com a construção da rodovia Transamazônica (com repercussões negativas na questão ambiental até os dias atuais e para o futuro) e a pesada dívida externa (em função de fatores exógenos provocados pelas crises do petróleo do final da década dos anos 70, o que contribuiu para aumentar a vulnerabilidade externa do país).

Em síntese, a Era Desenvolvimentista foi um período de processos de mudança de grande natureza e magnitude nas áreas política, econômica e institucional (formais e informais). Como reflexo dessas grandes mudanças estruturais, o Brasil se tornou um país urbano e ampliou seu mercado interno. A rápida urbanização trouxe, porém, consequências normalmente esperadas neste caso: graves problemas sociais decorrentes da incapacidade do Estado em atender às necessidades crescentes desse mesmo processo de urbanização.

### 2.2.3 As Décadas Perdidas (1980-1994)

O período abarca mais de uma década e, para o caso brasileiro, ele recebe essa denominação por alguns autores da literatura econômica por ter sido um período caracterizado pela forte desestabilização macroeconômica com resultados negativos: dívida externa insustentável, crise fiscal nas finanças públicas, regime de alta e descontrolada inflação e baixa geração de renda.

No campo político houve significativas mudanças como a eleição e posse de um presidente civil (1985); aprovação da Constituição Federal (1988); impedimento legal de exercer o mandato (*impeachment*) do Presidente Fernando

Collor de Melo (1992) e expansão do movimento sindical, dos partidos políticos e de organizações não governamentais (ONG).

No campo econômico, entretanto, a desestabilização macroeconômica, a ruptura com o modelo desenvolvimentista e a falta de planejamento de longo prazo foram marcas do período. Sofriam-se as consequências da conjuntura internacional desfavorável causada pelos aumentos dos preços do petróleo ou “choques do petróleo” (1973 e 1979) que conduziram a maioria dos países à inflação, à alta das taxas de juros, ao desemprego, ao desequilíbrio das balanças comerciais (os países que compunham a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) – com altos superávits e os demais países com altos déficits) e, por conseguinte, desequilíbrio nas contas externas.

Foi, ainda, no campo econômico um período permeado de tentativas de implementar vários planos conjunturais de ajuste na economia brasileira e de estabilização da moeda, todos malogrados: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Em 1992 a inflação pelo IGP-DI atingiu a marca de 1.157,9% e em 1993, 2.708,6%. No primeiro semestre de 1994, a inflação no Brasil situou-se próxima dos 40% ao mês e a taxa anualizada ao final deste semestre chegou a 5.153,5% (LOPES& ROSSETTI, 2011).

As medidas de liberalização da economia foram mais reações à conjuntura internacional do que propriamente planejamento de longo prazo. Sob pressões internacionais, vivendo instabilidade econômica crônica, submetido a pressões internas de grupos de interesse, o governo adotou diversas medidas, das quais as mais importantes e com efeitos de longo prazo foram as de abertura comercial da economia. Estas medidas possibilitaram que produtos estrangeiros tivessem acesso aos mercados internos via redução de barreiras tarifárias. O conjunto dessas medidas contribuiu para facilitar a entrada de investidores estrangeiros no país devido à redução das barreiras ao fluxo de capitais financeiros e, por isso, o período ficou também conhecido como a “*década da ciranda financeira*”, segundo Gonçalves (2013, p.51).

Outra ação importante do governo foi o início das privatizações através do Programa Nacional de Desestatização que atingiu os setores deficitários da

siderurgia e da petroquímica. A privatização, ainda hoje, é um tema que gera polêmicas, cuja raiz situa-se no atendimento ou não de interesses de grupos sociais.

A estabilização econômica só começaria a ser recuperada a partir da implantação do Plano Real, com medidas duras e não populares por parte do governo. Contribuíram para isso, o ambiente político e a atitude da sociedade. O governo ganhou credibilidade porque resistiu à pressão de grupos, particularmente financeiros, interessados na continuação do *status quo* que lhes proporcionava lucros altíssimos. A sociedade aderiu ao novo plano por estar cansada de sucessivas tentativas fracassadas e por não dispor de alternativas.

Em que pese a falta de planejamento e os desajustes macroeconômicos, no que se refere à estrutura de exportações este período beneficiou-se das mudanças ocorridas no processo de industrialização e de modernização da agricultura da década dos anos 70. Fruto e continuação do período anterior houve uma melhoria significativa no padrão de comércio exterior e a balança comercial brasileira apresentou saldos positivos em todosos anos, à exceção de 1980.

As Tabelas 28 a 30 apresentam o padrão de comércio exterior brasileiro no período.

**Tabela 28** - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1980-1999)

Produto	1980- 1989	1990 – 1999
Café	8,8	4,3
Açúcar e álcool	2,8	3,11
Algodão	1,5	0,2
Produtos metalúrgicos	12,6	14,7
Químicos	5,3	6,9
Papel e celulose	2,9	4,3
Material de Transporte	7,9	9,1
Máquinas e equipamentos	9,0	11,7
Petróleo e combustíveis	4,5	1,2
Carnes	2,0	2,4

**Tabela 28** - Padrão de comércio exterior: distribuição do valor exportado segundo principais produtos, média decenal (%) (1980-1999)

Cont.

Produto	1980- 1989	1990 – 1999
Minérios	7,6	6,7
Complexo de soja	10,6	8,5
Calçados e couros	4,7	4,9
<b>Total</b>	<b>80,0</b>	<b>78,0</b>

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.45.

**Elaboração:** o Autor.

**Tabela 29** - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1980-1999)

Período	Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados
1980 - 1989	34,5	11,2	53,2
1990 - 1999	25,6	16,3	56,6

**Nota:** o somatório não é igual a 100 devido às Operações Especiais.

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.44. Extrato da tabela original realizado pelo autor.

De acordo com Gonçalves (2013, p. 44 e p.52): “A participação de manufaturados aumentou de 28% em 1970-1979 para 53% em 1989-1990 e a participação dos produtos básicos caiu de 60% para 35% no período”. Segundo Baumann (2010, p. 14), os percentuais de participação por setor, no período de 1990-1994, foram os seguintes: “indústria (39,03%), agricultura (18,20%) e serviços (52,76%)”. Para Baumann, houve modificações na estrutura do valor adicionado por setor e, neste período, a indústria e agricultura perderam terreno para o setor de serviços.

**Tabela 30** - Padrão de comércio exterior: exportação brasileira por classificação de produtos, distribuição percentual (1989-2000)

Período	Participação da indústria de transformação no PIB (%)	Razão entre PIB da indústria de transformação e PIB da agropecuária	Indústria de transformação PIB per capita (índice 1949-1950 = 100)	Variação média anual do PIB per capita da indústria de transformação (%) (*)	Razão entre o PIB per capita da indústria de transformação do Brasil e o PIB per capita da indústria de transformação do resto do mundo (%)
1989-1990	22,2	4,0	428	- 1,3	72,9
1999-2000	20,2	3,2	407	- 0,5	61,0

**Notas:** em valores constantes. (\*) Na década limitada superiormente pelos anos de referência. O somatório não é igual a 100 devido às Operações Especiais.

**Fonte:** GONÇALVES, 2013, p.44.

**Elaboração:** o Autor.

Sintetizando esse período pode-se dizer que foi uma fase de crise e de instabilidade econômica, com melhoria no padrão do comércio exterior e com um bom desempenho da balança comercial brasileira. Com a China, entretanto, a balança comercial brasileira continuou praticamente inexpressiva.

Como aspectos significativos podem ser ressaltados:

- a abertura comercial no curto governo Collor provocou uma ruptura com o protecionismo do modelo desenvolvimentista anterior, o que obrigou as empresas nacionais a se modernizarem em busca da competitividade tanto interna quanto externamente e, por isso, a abertura comercial indicou ao país o caminho a ser trilhado para inserir-se na economia internacional;
- a privatização de empresas estatais através do Programa Nacional de Desestatização, iniciado nos anos de 1990 e que prosseguiu por todo o período analisado. Ainda que o programa tenha sido otimista no que se refere às receitas do governo com as privatizações e tenha tido, na prática, resultados menos expressivos do que os

esperados, as privatizações tiveram como efeito afastar, segundo Moraes Júnior (2014, p.1), “[...] o Estado das atividades próprias da iniciativa privada [...] alterando o papel do Estado na atividade produtiva, exatamente como se estabelecia nos artigos 173 e 174 da então nova Constituição”; e

- a estabilização da moeda iniciada no governo Itamar Franco através do Plano Real (idealizado pela equipe liderada por seu então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso). Plano este que permitiu a estabilidade da economia brasileira no longo prazo (1994 – 2010).

Pode-se dizer que, neste período, os saldos da balança comercial com a China eram de valores muito pequenos e eram francamente favoráveis ao Brasil, com déficits apenas nos anos de 1983 e 1987. Ver a Figura 6 – Balança comercial com a China e a Tabela 15 - Brasil e China – Exportações e Importações (FOB) (US\$ milhares).

A explicação que se apresenta para um volume baixo de transações comerciais entre os dois países está nas duas semelhanças que contribuíram para isso:

- eram economias com baixo grau de abertura comercial; e
- os regimes que políticos vigentes exerciam um alto grau de controle sobre as respectivas sociedades e sobre suas atividades econômicas. No caso do Brasil esse controle político encerrou-se no final de 1984 com a eleição de um presidente civil através de colégio eleitoral.

#### 2.2.4 De 1990 até os dias atuais

A partir de 1995, com o retorno da política econômica liberal, mais uma vez, o período se caracteriza por ausência de planejamento econômico e por reações de curto prazo às inflexões da conjuntura econômica internacional. O resultado disso é que se inicia, também, uma fase de déficits comerciais

persistentes, com uma política comercial focada nas importações, principalmente, de produtos chineses, com o que se atende ao consumismo estimulado por governos populistas.

Assim, com a situação interna de oferta insuficiente e de forte demanda sendo suprida por produtos chineses importados a preços mais baixos, torna-se possível não só satisfazer à pressão de demanda como manter a inflação sob o relativo controle. Isso se torna possível, também, graças à continuidade da liberalização financeira que, ao atrair abundante capital externo em busca de lucros oportunistas (volátil ou não) devido aos altos juros internos, provoca a apreciação cambial do Real e reduz os preços dos importados em moeda nacional. (GONÇALVES, 2013).

Sobre a adoção do câmbio flutuante, assim se expressa Barros & Giambiagi (2008):

*Depois das dificuldades com a sustentação de taxas de câmbio quase-fixas e com a crise da moeda em janeiro de 1999, o Banco Central introduziu o sistema de câmbio flutuante... a moeda se desvalorizou dificultando as importações que poderiam facilitar a modernização industrial, mas permitiu um que as exportações tivessem um impulso maior. (BARROS & GIAMBIAGI, 2008, p. 45).*

A partir da década de 1990 e até os dias atuais, em relação ao mundo, o setor agroexportador do Brasil, aumentou significativamente sua participação na pauta de exportações, beneficiado por fatores tais como incremento dos investimentos neste setor, o uso de novas tecnologias, a expansão da fronteira agrícola, a liberalização comercial (abertura comercial do governo Collor) e o desenvolvimento de pesquisas pela EMBRAPA.

Neste período, o país vivenciou a queda da participação de manufaturados nas suas exportações globais e pouco avançou na diversificação da estrutura de comércio exterior.

Como o período das chamadas Décadas Perdidas avançou até meados da década dos anos 90 e como já foram apresentados dados desta década, até 1999, passar-se-á a considerar dados que complementam o período de 1990 até os dias atuais.

Considerando que os dados da balança comercial entre Brasil e China até o ano de 2008 já foram mostrados, será apresentada a pauta comercial Brasil –

China no período de 2009-2013 utilizando as Tabelas 31 a 37 combinadas com as Figuras 8 e 9.

**Tabela 31** - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em Valores totais e em % (2009-2013)<sup>11</sup>

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões) e (%)
Básico	C	Algodão	1.701,33
	C	Fumo	2.026,57
	C	Minérios (1)	74.614,16
	C	Soja em grão	53.609,80
	C	<b>Terras raras</b> <sup>12</sup>	0,62
			<b>Total e (%)</b>
Semimanu- Faturado	C	Carnes e laticínios	1.765,56
	C	Couros e peles	2.148,09
	C	Pasta de madeira, papel e celulose	6.750,98
	C	Semimanufaturados de ferro de aço	2.934,19
	C	Óleo de soja	3.398,45
			<b>Total e (%)</b>

<sup>11</sup> Para o detalhamento da pauta de exportações do Brasil para a China, no período entre 2009 e 2013, ver o Anexo C ao presente estudo.

<sup>12</sup>As terras raras são 17 elementos químicos muito parecidos que estão agrupados em uma família na tabela periódica porque ocorrem juntos na natureza. São usadas em superimãs, telas de *tablets*, computadores e celulares, no processo de produção da gasolina, e em painéis solares. O mercado de terras raras é inteiramente dominado pela China, responsável por 95% da produção e dona de 36% das reservas conhecidas. A importação desses elementos químicos pela China sugere provável intenção deste país em dominar o seu mercado, dado sua aplicação em produtos de alta tecnologia. Para maiores informações sobre o assunto verificar, SIMÕES, 2011.

**Tabela 31 - Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em Valores totais e em % (2009-2013)**

Cont.

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões) e (%)
	C	Açucares	2.589,23
	NC	Aeronaves	1.191,00
	C	Café e derivados	8,90
	C	Madeiras e folhas de painel(2)	135,45
	NC	Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos (3)	462,38
	NC	Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos (3)	1.069,38
<b>Manufaturado</b>	NC	Partes e componentes par veículos e tratores (3)	858,82
	C	Petróleo e derivados	19.149,77
	NC	Plásticos (polímeros em forma primária)	1.075,44
	NC	Produtos orgânicos e inorgânicos (3)	1.023,87
		<b>Total e</b>	<b>24.975,01</b>
		<b>(%)</b>	<b>(14,12 %)</b>
	--	Outros (não especificados)	2.939,60
		<b>Total e</b>	<b>2.939,60</b>
		<b>(%)</b>	<b>(1,66 %)</b>
		<b>TOTAL e</b>	<b>75.049,37</b>
		<b>(%)</b>	<b>(100,00 %)</b>

**Notas:**

(1) Minérios: inclui minério de ferro, outros minérios (manganês, cobre, nióbio, etc.), granito cortado e bruto e outras pedras de construção.

(2) Exportado até o ano de 2010. De 2011 a 2013, não declarado na fonte de dados.

(3) Exportado até o ano de 2012. De 2011 a 2013, não declarado na fonte de dados.

**Fonte:** CBEC, 2009. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

**Tabela 32** - Padrão de exportações do Brasil para a China: *commodities* e não *commodities* - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação	Valor Total	Percentual (%)
<i>Commodities</i>	168.789,87	95,13
Não <i>commodities</i>	5.680,89	3,21
Outros	2.939,60	1,66
<b>Total</b>	<b>176.864,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CBEC, 2009. Dados: MDIC.

Elaboração: o Autor.

**Tabela 33** - Padrão de exportações do Brasil para a China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação de Produto	Valor Total	Percentual (%)
Básico	131.952,48	74,61
Semimanufaturado	16.997,27	9,61
Manufaturado	24.975,01	14,12
Outros	2.939,60	1,66
<b>Total</b>	<b>176.864,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CBEC, 2009. Dados: MDIC.

Elaboração: o Autor.

**Tabela 34** - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2009-2013)<sup>13</sup>

Classificação de Produto	Commodity (C)/ Não Commodity (NC)	Produto	Valores (US\$ milhões) e (%)
Básico	C	Coques de hulha (carvão)	446,17
		<b>Total e</b>	<b>446,17</b>
		<b>(%)</b>	<b>(0,32 %)</b>

<sup>13</sup> Para o detalhamento da pauta de importações do Brasil com relação à China, no período entre 2009 e 2013, ver o Anexo D ao presente estudo.

**Tabela 34 - Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2009-2013)<sup>14</sup>**

Cont.

<b>Classificação de Produto</b>	<b>Commodity (C)/ Não Commodity (NC)</b>	<b>Produto</b>	<b>Valores (US\$ milhões) e (%)</b>
	C	Produtos	
Semimanu- Faturado		semimanufaturados de ferro e aço	8.519,38
		<b>Total e (%)</b>	<b>8.519,38 (6,02 %)</b>
	NC	Brinquedos	1.927,34
	NC	Calçados	510,35
	NC	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, etc.	3.100,58
	NC	Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	43.739,72
Manufaturado	NC	Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	50.930,47
	NC	Partes e componentes para veículos e tratores	4.843,53
	NC	Plásticos	5.088,17
	NC	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	11.860,78
	NC	Têxteis e vestuários	10.624,62
		<b>Total e (%)</b>	<b>132.625,56 (93,66 %)</b>
		<b>TOTAL e (%)</b>	<b>141.591,11 (100,00 %)</b>

**Fonte:** CBEC, 2009. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

<sup>14</sup> Para o detalhamento da pauta de importações do Brasil com relação à China, no período entre 2009 e 2013, ver o Anexo D ao presente estudo.

**Tabela 35** - Padrão de importações do Brasil com relação à China: commodities e não commodities - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação	Valor Total	Percentual (%)
<i>Commodities</i>	8.965,55	6,34
Não <i>commodities</i>	132.625,56	93,66
<b>Total</b>	<b>141.591,11</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** CBEC, 2009. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

**Tabela 36** - Padrão de importações do Brasil com relação à China: classificação de produto - em valores totais e em % (2009-2013)

Classificação de Produto	Valor Total	Percentual (%)
Básico	446,17	0,32
Semimanufaturado	8.519,38	6,02
Manufaturado	132.625,56	93,66
<b>Total</b>	<b>141.591,11</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** CBEC, 2009. Dados: MDIC.

**Elaboração:** o Autor.

Da análise das Tabelas 31 a 36 e, particularmente das Tabelas 32 e 33, verifica-se, pois, atualmente, um padrão de comércio exterior denominado por alguns autores de processo de “reprimarização das exportações” ou de maior dependência da economia brasileira em relação às exportações de *commodities*.

Sobre a reprimarização das exportações, aponta Gonçalves (2013).

*A análise dos dados no período 2002-2010 mostra redução da participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (56,8% em 2002 e 45,6% em 2010), com aumento da participação dos produtos básicos (25,5%, em 2002 e 38,5% em 2010). (GONÇALVES, 2013, p.92- 93).*

Isso contribui para aumentar o grau de vulnerabilidade externa do Brasil nas esferas Produtivo-Tecnológica e Comercial.

Opondo-se a Gonçalves (2013) e outros autores, assim se manifestam Barros e Pereira (2008), os quais refutam a tese da desindustrialização e da reprimarização da economia:

*Para muitos autores, o Brasil é vítima de um processo de desindustrialização [...] caracterizado pela perda do dinamismo do setor secundário [...] o que ocorre é um processo de reestruturação, que tem*

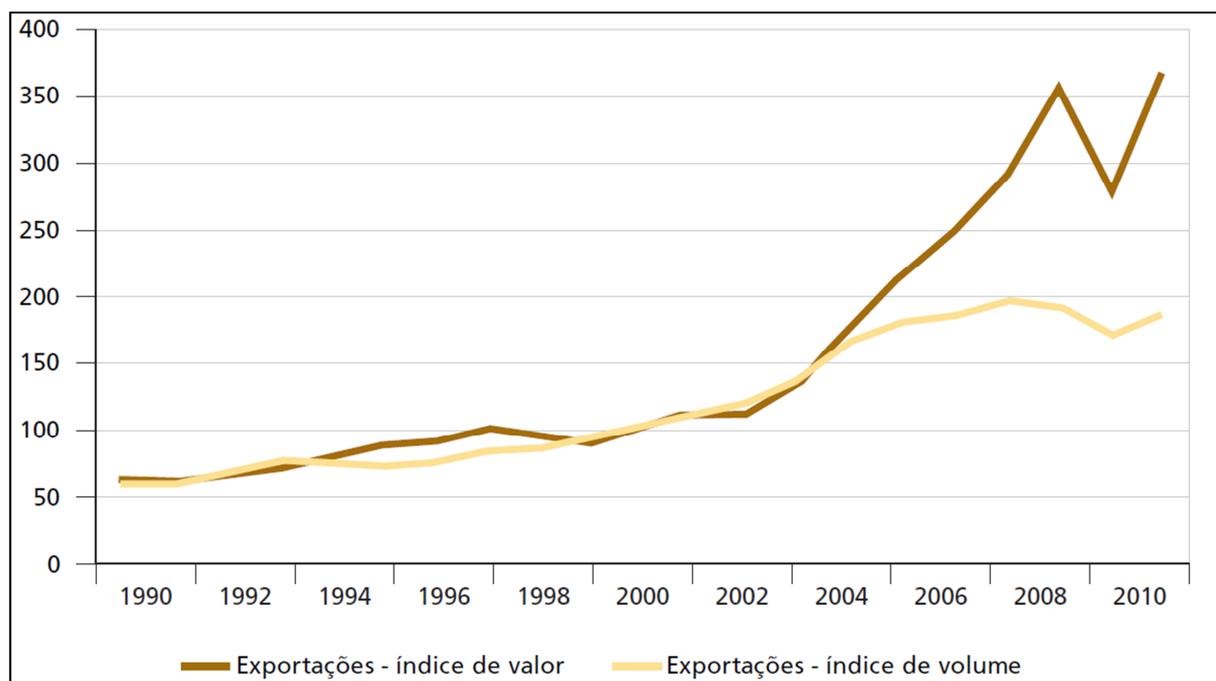
*gerado custos econômicos elevados resultando em apelo político de entidades de classe.*(BARROS; PEREIRA, 2008, p. 299-300).

Entre as duas opiniões acima, e para manter coerência com o que foi apresentado neste trabalho, este autor é favorável à argumentação de Gonçalves.

Em um estudo recente, Baumann e Oliveira (2014) apresentam e comentam as figuras a seguir.

*[...] boa parte do expressivo desempenho das exportações brasileiras durante a última década, especialmente a partir de 2004, pode ser creditado ao aumento dos preços dos bens exportados, em especial as commodities agrícolas e minerais, que permitiram que o valor exportado crescesse em ritmo bastante superior ao volume. Tal processo refletiu na melhora dos termos de troca, conforme o gráfico a seguir. (BAUMANN & OLIVEIRA, 2014, p. 17-18).*

**Figura 8** – Gráfico das exportações totais brasileiras(1990-2010)



Fonte: BAUMANN;OLIVEIRA, 2012, p. 17.

Conforme mencionado anteriormente (intertítulo 1.3.2.2), este termo é um índice de preços que reflete o poder aquisitivo (poder de compra) das exportações de um país. Conforme Soares (2004, p. 66-67),o cálculo do termo de troca através de suas relações matemáticas é o seguinte:

$$TT = I_{pX} / I_{pM};$$

$$P_{cX} = Q_x \cdot ( I_{pX} / I_{pM});e$$

$$P_{cX} = Q_x \cdot TT; \text{ onde:}$$

TT: termo de troca;

$I_{pX}$ : índice de preços das exportações (X);

$I_{pM}$ : índice de preços das importações (M);

$P_{cX}$ : poder de compra das exportações; e

$Q_x$ : quantum das exportações.

Sua interpretação é de que se os preços dos produtos da pauta de exportações do país em questão aumentam mais rápido do que aumentam os preços dos produtos de sua pauta de importações, há uma melhora nos seus termos de troca, ou seja, o país precisa exportar menos unidades de seus produtos para adquirir a mesma quantidade de produtos importados. Se os preços dos produtos importados pelo país sobem mais rápido do que aumentam os preços dos produtos de sua pauta de exportações, há uma deterioração nos seus termos de troca, ou seja, o país precisa exportar mais unidades de seus produtos para adquirir a mesma quantidade de produtos importados.

Vejam-se os Termos de Troca do Brasil com o resto do mundo no período 1990 a 2013.

**Tabela 37** - Índice de Preço e Quantum de Exportação e Importação (Base: média de 1996 = 100)

Ano	Exportação		Importação		Termos de Trocas
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	
1990	90,5	72,6	124,9	31,0	0,7250
1991	88,9	74,5	115,9	34,1	0,7670
1992	86,0	87,2	109,9	35,1	0,7820
1993	79,5	101,6	100,4	47,2	0,7910
1994	87,9	103,7	97,3	63,8	0,9040
1995	99,9	97,5	99,5	94,2	1,0040
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0000
1997	100,7	110,2	94,9	118,2	1,0610

**Tabela 37** - Índice de Preço e Quantum de Exportação e Importação (Base: média de 1996 = 100)

Cont.

Ano	Exportação		Importação		Termos de Trocas
1998	93,9	114,0	89,9	120,4	1,0450
1999	81,9	122,8	90,3	102,3	0,9070
2000	84,6	136,4	90,4	115,8	0,9360
2001	81,7	149,4	87,4	119,2	0,9340
2002	78,0	162,3	84,6	104,7	0,9220
2003	81,6	187,9	89,8	100,9	0,9090
2004	90,5	223,7	98,7	119,3	0,9170
2005	101,5	244,7	109,8	125,7	0,9240
2006	114,2	252,8	117,3	145,9	0,9730
2007	126,2	266,7	127,0	178,1	0,9930
2008	159,4	260,2	154,7	209,6	1,0300
2009	138,0	232,2	137,5	174,2	1,0040
2010	166,3	254,2	142,8	238,6	1,1650
2011	204,9	261,7	163,2	259,8	1,2550
2012	194,8	260,8	164,8	253,9	1,1820
2013	188,1	269,7	162,8	275,8	1,1550

**Fontes:** FUNCEX e IPEA. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

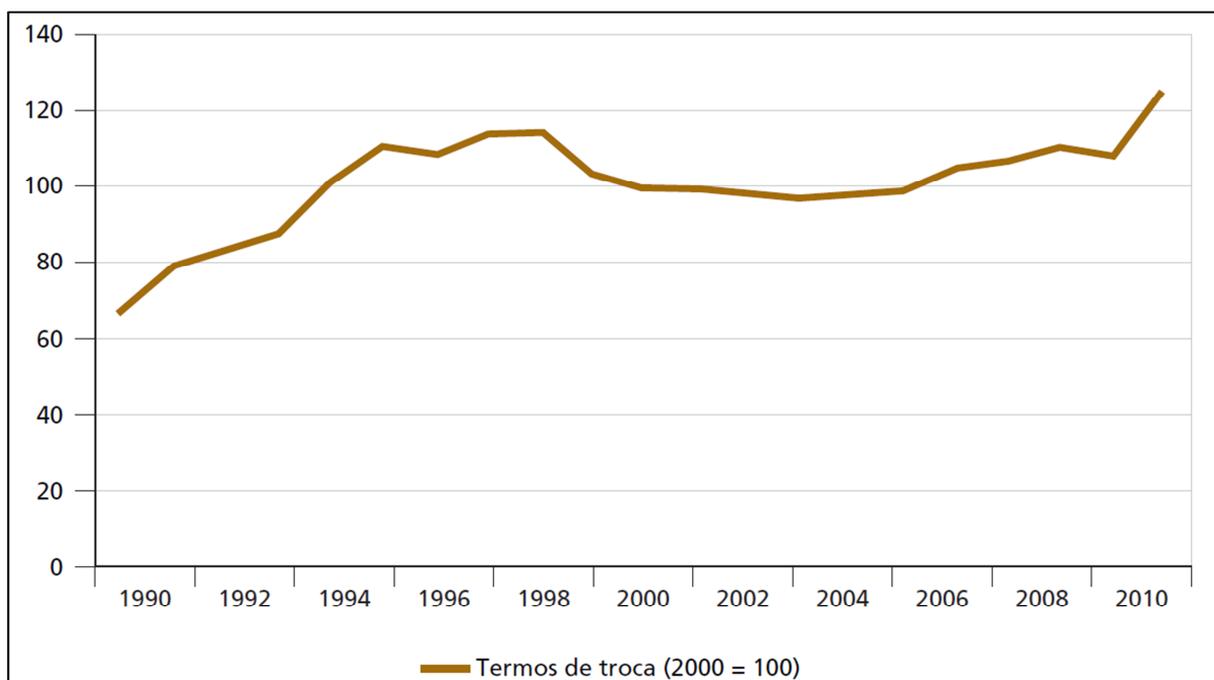
**Elaboração:** o Autor.

Analisando a Tabela 37 pode-se verificar que os termos de troca, a partir da crise de 2008 têm sido favoráveis ao Brasil. Uma das explicações disso está ligada aos efeitos da crise sobre os países mais ricos nos quais o nível da atividade econômica entrou em queda e à exportação de *commodities* do Brasil para os países emergentes e para os BRICs, particularmente para a China, já que, após a crise, a dinâmica da atividade econômica mundial foi conduzida por este grupo de países.

A análise da Tabelas 15 e da Tabela 37, em conjunto, sugere que as transações entre o Brasil e a China deram uma boa contribuição para a melhoria dos termos de troca do Brasil com o mundo, na maior parte do período observado.

Veja-se a figura abaixo publicada por Bauman e Oliveira (2012) sobre os termos de troca e suas observações sobre a crescente participação das *commodities* na pauta de exportações brasileiras.

**Figura 9** - Gráfico dos termos de troca brasileiros (1990-2010)



**Fonte:** BAUMANN; OLIVEIRA, 2012, p. 18.

*[...] também alavancada pelo aumento dos preços das commodities agrícolas e minerais, bem como dinamizada pela demanda derivada do forte crescimento chinês, a participação de produtos básicos na pauta exportadora brasileira vem aumentando sensivelmente no período recente (BAUMANN; OLIVEIRA, 2012, p. 18).*

Os argumentos anteriores reforçam a opinião deste autor sobre a “reprimarização” da economia brasileira.

### 2.2.5 Síntese da história econômica brasileira nos séculos XX e XXI

O melhor desempenho da história econômica brasileira foi 1930-1979, marcada por transformações estruturais. (GONÇALVES, 2013). Foi exatamente o período marcado por planejamentos de Estado (Plano de Metas 1956-1960; PND I e PND II).

O parceiro que assumiu maior importância no comércio exterior brasileiro, no século XXI, foi e continua sendo a China. O comércio exterior entre os

dois países demonstrou ser de intensidade crescente. A balança comercial tem sido francamente favorável ao Brasil, desde os anos 80. A concentração das exportações brasileiras para a China tem sido caracterizada por produtos básicos, enquanto que a concentração das importações brasileiras em relação à China tem sido marcada por produtos manufaturados de média e alta tecnologia. Este aspecto sinaliza para um sintoma de dependência da economia brasileira em relação à chinesa, o que se constitui num sério risco futuro, pois aumenta a vulnerabilidade externa do Brasil a crises econômicas exógenas.

Vejam-se algumas reportagens da mídia brasileira em momentos distintos.

Em reportagem intitulada “Brasil bate Reino Unido e se torna 6ª maior economia do mundo, diz jornal” publicada no periódico *Estadão*, no caderno de E&N (Economia e Negócios), na coluna de últimas notícias, às 08:39h de 26 de dezembro de 2011, encontra-se o texto “[...] *o Brasil superou o Reino Unido e ocupa agora o posto de sexta maior economia do mundo, reportou o jornal britânico The Guardian, [...]*”. (MANGABEIRA, 2011).

No dia seguinte, 27 de dezembro de 2011, às 13: 11h, na mesma coluna do mesmo periódico, o Ministro da Fazenda brasileiro Guido Mantega assim se manifestou inflacionando as previsões: “[...] *O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o Brasil será a quinta economia em 2015, mas acredito que isso ocorrerá antes [...]*”. (LEOPOLDO, 2011).

No dia 27 de janeiro de 2015, durante a primeira reunião ministerial do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, ela declarou “[...] *é importante lembrar alguns números, para que a gente tenha noção do tamanho do nosso país. “Somos hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior produtor e exportador de minérios [...]*”. (ROUSSEFF, 2015).

Para um país cujas previsões, em 2011, indicavam que seria a 6ª ou 5ª maior economia do mundo em 2015, a 7ª colocação no início deste ano (2015) e as próprias declarações estatísticas da presidente permitem pensar sobre um possível retrocesso e reforçam, na visão deste autor, astendências de “reprimarização, desindustrialização e vulnerabilidade da economia brasileira”.

## 2.3 CHINA

À semelhança do modo adotado anteriormente no estudo histórico brasileiro, o caso chinês será estudado por períodos.

### 2.3.1 Antecedentes da criação da República Popular da China até a assunção ao poder por Deng Xiaoping (1949-1978)

Estabelece-se como marco inicial o ano de 1949, data da criação da República Popular da China. É necessário, porém, voltar um pouco na história para se ter uma ideia panorâmica e compreensão dos fatos que influenciaram a história chinesa a partir daquele ano.

A estrutura econômica da China, até recentemente, era baseada numa produção agrícola e mineral (ferro, ouro prata, cobre, chumbo, estanho, mercúrio e carvão) voltada para as necessidades internas e na manufatura de alguns produtos de ampla aceitação no mercado internacional: seda, porcelanas, papel, chá, e tecidos de algodão (ATLAS, 2001).

Do século XVII ao início do século XIX, a China foi governada pela Dinastia Qing, do povo *Manchu*, originário do norte do império chinês. No início do século XVIII atingiu o apogeu de seu império chegando a considerar-se o centro do mundo, fato que contribuiu para sua recusa em estabelecer contatos diplomáticos com a Grã-Bretanha, então o maior império do planeta. Até o início do século XIX, a administração imperial controlava o comércio internacional, mas não conseguiu deter o tráfico de ópio, cujo uso fora introduzido no país pela Grã-Bretanha tendo como usuários preferenciais (inicialmente) os principais agentes da administração (próximo de 90% deles se drogavam). Entretanto, seu uso se generalizou e os chineses tentaram acabar com esse comércio ilícito pelas suas graves consequências sociais. Essa tentativa levou à Guerra do Ópio com os ingleses, na qual os chineses foram derrotados e, como consequência, de cederam Hong Kong para os ingleses, em 1842, além de abrir cinco portos para o comércio estrangeiro. A partir daí o afluxo de estrangeiros para a China tomou grandes proporções, as potências estrangeiras se estabeleceram na China e aumentaram sua influência

sobre o império. O povo chinês, sentindo-se humilhado, desenvolveu um sentimento de xenofobia pelos estrangeiros, a situação interna se agravou e aconteceram revoltas disseminadas por todo o império, na tentativa de depor a dinastia Qing e expulsar os estrangeiros. (ATLAS, 2001).

Na prática, a China passou boa parte do século XIX como semicolônia de potências estrangeiras (ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses) as quais tinham a conivência dos imperadores da dinastia *Qing* que recebiam apoio político, ajuda militar e auxílio técnico, principalmente franco-inglês, para conter e dominar a onda de insurreições camponesas contra a sua posição dinástica. Neste período, o “Império do Meio” – como a China ainda é conhecida – viveu de modo semelhante à Idade Média europeia: fragmentada em regiões geográficas distintas, praticamente feudais, controladas pelos seus respectivos “senhores da guerra”, os quais deviam obediência e favores aos imperadores dinásticos do momento (ATLAS, 2001).

No final do século XIX e início do século XX, grupos revolucionários liderados por Sun Yat-sen (médico chinês graduado nos Estados Unidos da América) se uniram num movimento que buscava a “União e Renascimento da China”. Este movimento se ampliou e se disseminou por todo o império, formando uma vasta e ampla liga de alianças regionais *antimanchus*. A partir daí, estabeleceram um programa nacionalista e modernista consubstanciado em um juramento solene contendo 6 objetivos e 4 *slogans* com a finalidade de derrubar os *Manchus* e estabelecer uma República. Observe-se juramento solene:

*Juro pelo Céu fazer o que possa para a derrubada da dinastia manchu, para o estabelecimento da República e solução do problema agrário, na base de uma redistribuição equânime da terra. Comprometo-me solenemente a ser fiel a esses princípios. Declaro-me disposto a submeter-me às sanções mais severas que se possa imaginar, se alguma vez trair a minha palavra (CHESNEAUX, 1976, p. 59).*

Os revolucionários conseguiram seu intento. Estabeleceram a República, por volta de 1911 (CHESNEAUX, 1976) ou 1912 (MAGNOLI, 2004), mas foi uma vitória precária. A república teve um impacto apenas psicológico e nominal, pois a ordem social estabelecida não foi abalada. Sun Yat-sen, vitorioso nas ideias, foi praticamente obrigado a ceder ao domínio de chefes militares e de forças civis tradicionais, os chamados “notáveis rurais”, todos cooptados pela força do capital estrangeiro que já havia se estabelecido e arraigado no país. Após a morte de Sun

Yat-sen, a vida política e econômica chinesa permaneceu como dantes, marcada pelo poder do regionalismo.

Porém o descontentamento geral da população não foi abalado. Em função da situação vigente, novas ideias continuaram alimentando o desejo dos chineses em livrar-se da submissão ao poder econômico e político determinado pelas potências do ocidente. O país ingressou, então, em um novo período de disputa interna pelo poder entre duas correntes ideológicas: o comunismo Partido Comunista Chinês (PCC) e o nacionalismo (partido político denominado Kuomintang - KMT). Mao Tsé-tung, líder comunista, sempre acreditou que a revolução socialista deveria começar pelos camponeses e não pelos operários urbanos, conforme a teoria Marxista. Chiang Kai-shek, nacionalista, apoiado pelas potências ocidentais mantinha o controle sobre a China, teoricamente unificada. Após mais de duas décadas de conflitos internos e depois do episódio que ficou conhecido como a “Longa Marcha” de 12 mil quilômetros pelo interior do país, sendo perseguidos pelas forças de Chiang Kai-shek e sofrendo todo tipo de privações, os camponeses de Mao Tsé-tung venceram.

Com a vitória do comunismo, Mao Tsé-tung estabeleceu-se no continente e fundou a República Popular da China (CHESNEAUX, 1976), apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de quem importou e adaptou o modelo econômico de Planejamento Central. O derrotado Chiang Kai-shek refugiou-se na Ilha de Formosa, dando origem ao país que hoje é conhecido como Taiwan ou China Nacionalista. Taiwan, desde então, vem recebendo o apoio das potências ocidentais e seguiu o modelo capitalista.

Desse modo, a China continental e sua parte insular, Taiwan, continuam mantendo, até os dias atuais, relações políticas tensas. Atravessaram, assim, os períodos conhecidos nas relações internacionais por Guerra Fria (1947-1955) – desconfiança mútua entre os blocos de países favoráveis ou aos EUA ou à URSS; Coexistência Pacífica (1955-1968) – convivência tolerável e período de relaxamento nas hostilidades americano-soviéticas; e *Détente* (1969-1979) – período de “parceria” nas relações EUA-URSS visando às negociações para limitar armas nucleares. (SARAIVA, 2007).

Durante a vigência dos períodos da Coexistência Pacífica e da *Détente*, ocorreu uma cisão gradual do bloco político sino-soviético, pondo fim ao monolitismo stalinista. Até então, China e URSS formavam um bloco praticamente monolítico na defesa, articulação e exportação do comunismo para todo o mundo. A derrocada deste bloco iniciou-se após a morte de Stálin. As raízes deste rompimento encontram-se nas ambições da China em tornar-se um bloco autônomo de poder nuclear e nos interesses personalistas de Mao Tsé-tung em converter-se no principal teórico comunista internacional. A explosão da primeira bomba atômica chinesa em 16 de outubro de 1964 rompeu o monopólio nuclear dos EUA e da URSS, consolidou a China como potência militar na Ásia em contraposição ao Japão e estabeleceu uma nova geopolítica na região (MAGNOLI, 2004).

Internamente o regime comunista conduziu suas reformas econômicas e sociais. A Lei de Reforma Agrária, de 1950, extinguiu o direito individual à propriedade de terras as quais passaram a ser de propriedade exclusiva do Estado. O indivíduo se tornou apenas usuário da terra na qual podia trabalhar com seus próprios meios. Essa lei, feita para destruir os grandes latifundiários considerados “inimigos do Estado” teve um resultado oposto do esperado. A maior parcela da população da China era rural e, dessa população, aproximadamente 60% era de famílias paupérrimas, donas de pequenas propriedades que supriam sua subsistência e as pequenas necessidades dos comércios locais. A lei não atendeu, também, aos interesses dos aproximadamente 90% dos 4,5 milhões de camponeses membros do Partido Comunista à época, os quais estavam na mesma situação socioeconômica do restante do povo. A reação à lei foi negativa e veio tanto de dentro quanto de fora do próprio partido comunista. Ainda assim, ela se tornou efetiva e permanece até os dias atuais (FISHMAN, 2006).

Por volta de 1956 a mudança tornou-se ainda mais radical. Do uso individual, a terra passou a ser trabalhada segundo o modelo stalinista de coletivização copiado da URSS e adaptado à realidade chinesa (FISHMAN, 2006).

Toda a terra, todos os bens, todos os meios de trabalhá-la foram coletivizados e foram transformados em comunas. As comunas eram compostas por centenas de famílias, que cultivavam a terra em comum, seguindo as diretrizes do partido comunista sobre o que produzir, em que quantidades e para quem produzir,

cabendo aos camponeses uma quota da produção com a qual deveriam sobreviver. O comércio do excedente da produção era rigorosamente proibido e fiscalizado. As metas do planejamento central da produção deveriam ser atingidas. Sob o ponto de vista do governo, unificar as porções menores de terras em comunas teria duas grandes vantagens: a coletivização iria tornar a produção mais eficiente e a mão-de-obra liberada das comunas poderia ser usada para a construção de barragens e de sistemas de irrigação expandindo, assim, a infraestrutura agrária.

A população rural, para o Estado, constituía, assim, um “exército de reserva” a ser ativado para a expansão da produção industrial e para a mobilização ideológica. Com isso, a população rural praticamente permaneceu confinada a terra na qual trabalhava e de onde só podia se deslocar com a permissão expressa de membros oficiais do Partido Comunista. Um decreto do governo, nessa época, proibiu que as minas, fábricas, as equipes de construção nas cidades e os meios de transportes (todos subordinados ao Estado) contratassem quaisquer indivíduos provenientes do campo.

Os comunistas eliminaram, também, as pequenas empresas familiares. No seu lugar, o próprio Estado se tornou um comerciante. Destituídos de suas microempresas, os pequenos comerciantes regressaram à vida rural, engrossando a massa campesina.

Teoricamente a migração rural em direção às cidades estava contida, os suprimentos para os centros industriais estavam garantidos, as misérias urbanas dos tempos da revolução industrial inglesa estavam afastadas. A coação era imensa. A revolta era latente.

A China explodiu sua primeira bomba atômica no ano de 1964.

Por volta de 1966, a China vivenciou a chamada “Revolução Cultural”: período de profunda instabilidade interna devido à radicalização política e à divisão da cúpula comunista na qual os dirigentes moderados do Partido Comunista Chinês (PCC) eram acusados de “direitistas” e “revisionistas” e, por isso, foram perseguidos, desmoralizados e expurgados do Partido. O Estado conduziu tentativas de lavagem cerebral ideológica forçada em massa para consolidar os valores do socialismo e livrar o povo dos vícios e dos valores burgueses. Para isso, utilizou todo o aparelhamento estatal disponível, no qual se incluía eliminar ou transformar em

camponeses os intelectuais, os cientistas e os professores, bem como todas aquelas pessoas que o Estado suspeitava que ou discordassem da sua doutrina socialista ou pudessem ser direitistas ou revisionistas. Como consequência, o Estado confinou-os em áreas rurais isoladas e submeteu-os a trabalhos forçados (MAGNOLI, 2004; FISHMAN, 2006).

A China aprofundou suas experiências coletivistas distanciando-se do modelo soviético, o que enfraqueceu, ainda mais, as relações entre ambos os países, pois em julho de 1960, Moscou havia rompido o acordo de cooperação militar bilateral com a China e havia suspenso sua ajuda financeira a este país.

Durante a Revolução Cultural a China acusava que Krushev (substituto de Stalin) manifestava-se favorável à concorrência econômica entre capitalismo e socialismo. Por seu turno Krushev acusava Mao Tsé-tung de buscar disfarçadamente reatar relações diplomáticas com os EUA, o que de fato ocorreu a partir do início dos anos 1970. Havia outro ponto de discórdia no aparente bloco monolítico comunista: Moscou pregava a expansão do comunismo através da tomada do poder nos países-alvos pela via eleitoral utilizando o Partido Comunista enquanto que, baseada na própria experiência interna, a China almejava a tomada do poder pela via da guerrilha conduzida a partir do campo para as cidades. No fundo, o temor de Moscou era com a modernização militar chinesa e com seu potencial demográfico que, em conjunto, desestabilizariam a geopolítica na Ásia.

Em 1969, surgiram conflitos entre os dois países ao longo do Rio Ussuri, na fronteira sino-soviética o que contribuiu para consolidar o rompimento entre os dois blocos comunistas (MAGNOLI, 2004).

As consequências das reformas econômicas do período maoísta, incluindo a Lei da Reforma Agrária e a naturalcoletivização dos meios de produção, provocaram os descontentamentos do povo em geral. A população, para sobreviver e melhorar seu padrão de vida encontrou uma alternativa: passou a burlar as leis através do suborno de membros oficiais do Partido Comunista ou mesmo com a conivência destes. O povo chinês iniciou, então, um gradual comércio ilegal e local, o qual evoluiu para o comércio regional e finalmente acabou por desaguar num movimento comercial nacional. Esse comércio, financiado pelo próprio povo sob a forma de cooperativa ou por agiotas, e sob “vistas grossas” do Partido, estimulou um

intenso movimento de migrações internas em busca de novas oportunidades de melhoria dos padrões de vida (FISHMAN, 2006).

Durante o Grande Salto Adiante – outra das reformas de Mao Tsé-tung, entre 1963 e 1965 - cujas metas de industrialização eram imensas, para não dizer extravagantes, permitiu-se ao “exército de reserva camponês” migrar para as cidades e aumentar a mão-de-obra necessária à indústria. Recrutaram aproximadamente 29 milhões de camponeses, mas apresentaram-se em torno de 50 milhões, inchando as cidades e trazendo a miséria e a fome. A reação do Partido foi deportar o excedente de volta ao campo, mas isso se revelou como praticamente impossível, pois os camponeses já haviam desenvolvido um *modus operandi* para burlar as autoridades (FISHMAN, 2006). Afinal, os camponeses produziam alimentos e os entregavam ao Partido, ficando com uma pequena quota que supria apenas as necessidades de sobrevivência: os que produziam, passavam fome. As cidades, por sua vez, representavam riqueza, escolas, cultura e possibilidades de mobilidade social. Essas migrações e o crescimento das atividades econômicas alavancadas pelo comércio interno acabaram pressionando o governo a legalizar a venda de excedentes através do chamado Sistema de Responsabilidade Familiar, implantado em 1980, quando o país já se encontrava sob a liderança de Deng Xiaoping (FISHMAN, 2006).

Na realidade foi uma ação capitalista, desenvolvida por um povo criativo que desafiou o sistema socialista da época e que, ao pressionar o governo, conduziu a China às reformas iniciadas por Deng Xiaoping, a partir de 1978. Aquelas iniciativas individuais na direção do capitalismo criaram as bases para o empreendedorismo popular e para a primeira onda da nova riqueza da China e, a partir daí, pavimentaram o caminho que levaria a China à potência econômica dos dias atuais. Segundo Fishman (2006, p. 51-62) “[...] foram os camponeses que obrigaram o Estado comunista a permitir que iniciassem seus próprios negócios e, ironicamente, as reformas de Mao Tsé-tung foram responsáveis pelo lançamento das bases do capitalismo chinês”.

Conforme Duara (apud FISHMAN, 2006, p. 61):

*Os comunistas criaram uma força de trabalho dócil e organizada, capaz de ser manipulada e continuamente mobilizada. As instituições sociais criadas pelos comunistas exauriram os recursos do Estado, mas o sistema de*

*moradia, de saúde e de educação proporcionado ao povo, mesmo em nível básico, poupou aos capitalistas emergentes chineses o custo pelo desenvolvimento dessa força de trabalho [...] naturalmente, também os empresários industriais do mundo capitalista consideram essa força de trabalho irresistível.*

Devido ao fracasso do Grande Salto Adiante, o Partido Comunista decidiu reorganizar o sistema de comunas para a produção de alimentos e resolveu dissociar o processo de industrialização da agenda ideológica (FISHMAN, 2005). Buscou-se aumentar a produtividade apoiando-se no que a China possuía em excesso: mão-de-obra a baixo custo. Para isso seriam necessárias outras reformas e elas vieram logo após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976.

Deng Xiaoping, que havia sido expurgado do Partido Comunista por Mao Tsé-tung, em 1965, pouco antes do início da Revolução Cultural, regressou ao poder após a morte daquele, em 1976. No XI Congresso, em 1978, Deng Xiaoping lançou as bases de suas reformas para reverter os resultados negativos nos campos político, econômico e social decorrentes da ação de Mao Tsé-tung. Deng Xiaoping reformou o Partido, o governo e o exército; abriu a China para o mundo exterior e iniciou uma campanha de modernização econômica (MARTI, 2007).

Suas reformas, tendo como principais assessores uma nova geração, que incluía intelectuais e economistas (dentre eles Hu Jintao) escolhidos “a dedo”, conduziram o país com um propósito mais amplo que, segundo Marti (2007, prólogo p. xiii), era o de “*criar um sistema econômico que permitisse à China tornar-se uma nação rica e poderosa pelos meados do século XXI*”. Isso caracterizou um verdadeiro planejamento de Estado.

Um dos objetivos desse planejamento era *eleva a renda per capita* chinesa de 250 dólares americanos em 1981 para 1.000 dólares no ano de 2.000 e quadruplicar este valor até por volta do ano de 2.050. Outro objetivo era transformar a China no centro de um bloco comercial do Leste Asiático à semelhança da União Europeia (à época, Comunidade Europeia) e do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Esse bloco do futuro, concebido por Deng Xiaoping, abrangeria aproximadamente 70% da população, produziria mais de 50% dos bens, consumiria algo em torno de 40% da produção e responderia por uns 70% do comércio, todas essas proporções consideradas em termos mundiais (MARTI, 2007).

As prioridades de Deng Xiaoping eram a “modernização econômica”, adotando práticas e teorias capitalistas sob a ativa intervenção do Partido e a manutenção do *status quo* político, o que significava liberalização econômica, mas não liberalização política. As quatro modernizações prioritárias eleitas por Deng Xiaoping foram: a agricultura, a indústria, a ciência e tecnologia e a defesa nacional. Um de seus primeiros passos na abertura econômica foi criar as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) (FISCHAMN, 2006; MARTI, 2007).

O começo de tudo foram as ZEE. Deng Xiaoping se espelhou no sucesso de Hong Kong, colônia britânica que obtivera sucesso na adaptação de métodos econômicos capitalistas dentro de um ambiente socialista. Xi Zhongxun e Yang Shangkun, chefes de províncias cujas áreas eram adjacentes a Hong Kong e que haviam se beneficiado dessa proximidade, conseguiram excelentes resultados econômicos e, por este motivo, inspiraram Deng Xiaoping a expandir a experiência administrativa adquirida por eles e a criar as ZEE. Elas eram zonas econômicas e não políticas, cuja função era implementar medidas econômicas eficazes. Conforme Marti (2007):

*Em teoria, as ZEE dependeriam de capital estrangeiro. Seus produtos deveriam ser manufaturados para exportação dentro de uma estrutura econômica socialista, isto é, embora a região estivesse sob o controle político de um governo marxista que empregava um sistema econômico marxista de controle central, haveria tolerância com a prática limitada local de métodos econômicos capitalistas. Essas iniciativas capitalistas locais de componentes econômicas diversificadas eram caracterizadas principalmente por empreendimentos conjuntos (joint ventures) e por firmas administradas por empresários estrangeiros como únicos proprietários [...] deveriam basear-se em condições de mercado, ao contrário do planejamento central, e empresários estrangeiros que investissem nas ZEE teriam tratamento diferenciado em relação a impostos e outras questões. (MARTI, 2007, p. 9).*

A finalidade inicial das ZEE era atrair investidores estrangeiros para utilizar uma imensa mão-de-obra barata. Em contrapartida aos empregos criados na China, os empresários receberiam condições fiscais vantajosas e os produtos chineses se tornariam bastante competitivos. Por outro lado, a China adquiriria *Know-how* através de tecnologias e métodos modernos de administração, desenvolveria uma infraestrutura moderna, modificaria e flexibilizaria sua legislação trabalhista e reduziria sua burocracia (MARTI, 2007). Tudo com o objetivo de melhorar a produtividade, a competitividade, obter sucesso nas ZEE e expandir este modelo por toda a zona do litoral do Oceano Pacífico, particularmente nas áreas que

foram selecionadas por se localizarem próximas das principais rotas de comércio marítimo mundial, o que faria com que os produtos chineses alcançassem as Américas, a Ásia e, através do Atlântico, a Europa. Do mesmo modo, a infraestrutura criada nas ZEE permitiria a importação de insumos necessários ao crescimento econômico do país. As primeiras áreas delimitadas, em julho de 1979, para tornarem-se ZEEs foram Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. (MARTI, 2007). Delas, a primeira ZEE, por decisão de Deng Xiaoping em 1980, foi implantada numa pequena cidade pesqueira localizada próxima a Hong Kong: Shenzhen, com uns 70 mil habitantes, rodeada por campos de arroz e que se tornou “[...] *um dos primeiros centros experimentais do capitalismo de mercado [...] primeira cidade capitalista nativa do comunismo chinês*”, segundo Fishman (2006, p. 97). Deng Xiaoping considerou que a proximidade de Hong Kong atrairia o interesse e o dinheiro dos investidores desta cidade.

### 2.3.2 Implantação das reformas econômicas, o risco de retrocesso e a aceleração da economia chinesa (a partir de 1978)

As reformas avançaram, mas no final da década dos anos 80, as medidas de descentralização adotadas por Deng Xiaoping, nas quais o Partido delegou o processo decisório das questões econômicas às Províncias, desandaram para a corrupção, a compra de favores e a inflação. Grandes despesas feitas pelas províncias, despesas estas que não estavam orçadas no planejamento central, obrigavam o governo a fazer emissões de moedas para cobrir os déficits resultantes o que resultou em processo inflacionário (MARTI, 2007).

As ZEE, pontas-de-lança da inserção internacional da China na economia global, criadas em 1979, também trouxeram outros desafios para o Partido Comunista além da natural atração migratória para as áreas litorâneas. O “relaxamento” do controle político nas ZEE, o sucesso inicial dessas áreas e a tentação criada com a exposição aos valores ocidentais formaram um ambiente propício para as atividades criminosas e ilegais. As ZEE começaram a perder credibilidade internacional e o Partido Comunista demorou quase uma década de

intervenções regulatórias e fiscalização severa para torná-las seguras e novamente atrativas aos capitais externos. (MARTI, 2007).

A deterioração da economia interna levou os chineses a reivindicações e protestos que desaguaram no massacre da Praça da Paz Celestial, em Tiananmen, em junho de 1989 (MARTI, 2007). Estudantes reunidos durante alguns dias nesse local acusavam que as políticas reformistas de Deng Xiaoping foram as principais responsáveis pela corrupção vigente. Após este catastrófico incidente Deng Xiaoping começou a perder a capacidade de controle sobre o dia-a-dia da política econômica e acabou se demitindo de sua última função oficial de chefe da Comissão Militar Central em novembro do mesmo ano. Segundo Marti (2007, p. 42) a filha de Deng Xiaoping declarou que ele deu-se “[...] demissão e aposentou-se para abolir o sistema feudal de cargos vitalícios vigente na China e promover gente mais jovem aos postos de liderança”. Os conservadores retornaram ao poder com os objetivos principais de manter o Partido Comunista, a estabilidade social e a sobrevivência econômica. Os conservadores relegaram as medidas econômicas reformistas de Deng Xiaoping a um plano secundário e a China, naquela época, corria o risco de tomar o caminho do retrocesso aos tempos de Mao Tsé-tung.

Conforme Marti (2007), em 1990, a discussão das metas previstas para o 8º Plano Quinquenal (1991-1995) expressavam um “freio” ao crescimento alcançado pela China na década dos anos 80. Declarações dos novos líderes conservadores fizeram com que Deng Xiaoping enxergasse que o país corria um risco de retrocesso econômico aos anos 1970. Eis uma síntese dessas declarações:

*A China deve basear o crescimento econômico em seus próprios esforços. A importância de capital e tecnologia estrangeiros deve acompanhar literalmente o esforço para desenvolver a economia da China e aumentar sua capacidade de autodependência. (MARTI, 2007, p. 44)*

Então ele reagiu. Conseguiu apoios nas prósperas províncias do sul, as quais deviam a ele a sua prosperidade na área econômica; através de seus seguidores em Shangai teve acesso e utilizou a mídia para mobilizar os estudantes contra as lideranças conservadoras do Partido; a duras penas conseguiu convencer o exército a apoiá-lo vinculando a modernização militar às reformas econômicas e, finalmente, retornou ao poder em 1992. Concebeu, então, uma nova estratégia, chamada de “Grande Compromisso” para corrigir o rumo do país, sem perder de vista seus objetivos maiores delineados no final da década de 70 (MARTI, 2007).

Esta estratégia uniu pela co-dependência econômica as principais lideranças chinesas: os chefes das províncias do sul que eram as mais fortes economicamente (uma das mais importantes fontes de recursos), o Partido (captador e também provedor de recursos) e o Exército de Libertação Popular (ELP) que receberia recursos para modernização em troca da despolitização e do apoio ao seu comandante. Com esse compromisso, Deng Xiaoping novamente se sobrepôs aos Conservadores “apresentando” (para não dizer impondo) ao povo chinês uma agenda não ideológica e mais pragmática, consubstanciada na modernização econômica através do emprego de métodos capitalistas, na manutenção da primazia do partido e na continuidade do Estado centralizado. Todos os itens dessa agenda seriam apoiados e sustentados pela força do ELP.

Sobre a famosa frase de Deng Xiaoping, “Não importa que o gato seja branco ou preto, desde que cace ratos”, comenta Fishman (2006, p. 74) que:

*[...] refere-se à falência da teoria econômica comunista, que não caçava ratos, e às novas políticas econômicas, com as quais o povo ganhou a liberdade de concentrar-se nos objetivos sem dar grande importância aos meios.*

Sobre a mesma frase Friedman (2009) assim se expressa:

*Quantas pessoas imaginamos que Deng Xiaoping tenha consultado antes de declarar que ficar rico é maravilhoso e abrir a economia chinesa, ou quando descartou as críticas à transição da China do comunismo para o mercado livre ao dizer que o importante eram os empregos e a renda, e não a ideologia? (grifo nosso).(FRIEDMAN, 2009, p. 280).*

A globalização dos processos produtivos, a intensificação do comércio global, o encarecimento da mão-de-obra nas potências ocidentais que aumentaram os custos e reduziram a competitividade e os estímulos fiscais do Partido Comunista tornaram as ZEE e a China como um todo, destinos certos para a migração de empresas multinacionais de todas as áreas de atividade econômica. A partir de então, os produtos baratos e competitivos chineses inundaram o mundo na esteira da globalização acelerada, a partir dos anos 90. Friedman (2009 p. 276) dá uma ideia desta “onda de produtos chineses”:

*A China é uma locomotiva tão importante na fabricação a baixo custo que [...] embora o México esteja ao lado dos EUA [...] a China o suplantou como segundo exportador para os EUA [...] a China está aparecendo e já deslocou o México em áreas como a dos componentes de computadores e de eletricidade, brinquedos, têxteis, equipamento esportivo e tênis. Mas o que é pior para o México é que firmas mexicanas estão sendo deslocadas no próprio México, onde roupas e brinquedos feitos na China começam a aparecer por toda parte nas prateleiras das lojas [...] um funcionário do*

*Banco Central Chinês [...] disse sobre o relacionamento da China com os EUA: primeiro tínhamos medo do lobo, depois começamos a dançar com o lobo, e agora queremos ser o lobo. (FRIEDMAN, 2009, p. 276).*

Em estudo sobre a ousada inserção no comércio internacional da China Oliveira, Leão & Chernavsky(2010) comentam:

*[...] a China, mediante a separação do comércio em dois regimes, sendo um deles realizado somente por empresas estatais e o outro por parcerias entre o capital estrangeiro e empresas nacionais, conseguiu dirigir suas atividades para o setor exportador de tecnologia de ponta. A entrada do capital estrangeiro para produção de bens para a exportação ficou condicionada à realização de parcerias com firmas nacionais e também à disseminação de tecnologia de ponta o que, em conjunto com o rápido desenvolvimento das grandes empresas estatais permitiu a ampliação da competitividade nesses setores mais intensivos em tecnologia. (OLIVEIRA, LEÃO & CHERNAVSKY, 2010, p. 102).*

Sobre a globalização cultural da China como resultado das interações com o Ocidente nesse longo processo de abertura, Berger e Huntington (2004) concluem que:

*(1) A globalização tem sido reinterpretada como parte do esforço de modernização, um componente importante dos objetivos do partido-estado; (2) a maioria dos membros da elite cultural defende a abertura para o processo de globalização e tem sido fundamental para a tradução cultural e a localização; (3) o partido-estado chinês tem desempenhado um papel de liderança ativa em quase todos os aspectos do processo, e agindo assim pretende garantir sua legitimidade e poder, e (4) a população também tem demonstrado um forte desejo de aceitar, localizar e mesmo se apropriar de elementos da cultura estrangeira importada. (BERGER & HUNTINGTON, 2004, p. 57).*

Huntington (1998) discorre sobre a história chinesa e afirma que a China concebeu a si mesma como uma civilização: a *Grande China*, abrangendo sua parte do Continente e sua Esfera de Co-prosperidade (adjacências terrestres e marítimas asiáticas, bem como os chineses no exterior). A influência econômica chinesa atual no mundo parece corroborar essa concepção. Na Ásia Oriental a economia já gravita em torno da China desde os anos 90 e a economia mundial, após a crise de 2008, caminha na mesma direção. Nas palavras de Huntington (1998, p.212) “[...] a Grande China não é apenas uma concepção abstrata. É uma realidade cultural e econômica que cresce rapidamente, e que está começando a se tornar uma realidade política.”

Uma das razões econômicas para isso é que “desde 1997, a China tem mantido o valor de sua moeda em cerca de 8,3 iuanes para um dólar, o que ainda era o caso no final de 2004” (FISHMAN, 2006, p. 283). Portanto, quando o dólar flutua, a moeda chinesa flutua junto com ele na mesma proporção. Em qualquer

conversão de Yuan em outra moeda, o Governo Chinês obriga que a conversão seja feita à taxa oficial e por meio de um banco controlado pelo Estado.

Praticamente todos os países intervêm e influem na taxa câmbio comprando ou vendendo moedas fortes, particularmente o dólar, para desvalorizar ou valorizar suas moedas domésticas conforme seus interesses conjunturais. A China, no entanto, mantém a taxa de câmbio fixa. O Banco Central Chinês faz isso porque detém praticamente todo o volume de dólares no seu território, adquiridos através de exportação ou quando os investidores estrangeiros entram no país para comprar empresas ou propriedades. Além disso, estimula o cidadão ou empresário chinês a entregar seus dólares ao Banco Central pagando por ele mais Yuanes do que a taxa de câmbio fixa. Assim acumula as extraordinárias reservas de dólares norte-americanos, as quais estavam “[...] estimadas até a metade do ano de 2004 em 460 bilhões de dólares, aproximadamente um terço de seu PIB e equivalente ao PIB do Brasil no mesmo ano.” FISHMAN (2006, p. 284).

Isso causa problemas no comércio internacional e vários países têm pressionado a China para valorizar sua moeda. Com o Yuan barato frente a outras divisas, torna-se difícil, se não quase impossível, competir com as exportações chinesas. Neste aspecto a China tem adotado o caminho expresso por outra frase famosa de Deng Xiaoping: *“atravessar o rio apalpando as pedras”* o que significa que os chineses seguem adiante com seus planos em busca de uma vida melhor de maneira cautelosa, gradual e de acordo com seus próprios interesses. Desse modo, os passos dados de acordo com o planejamento de Deng Xiaoping foram cautelosos, experimentados em pequena escala e quando bem-sucedidos foram implantados em âmbito nacional.

Com respeito à cautela e à prioridade para atender seus interesses, Fishman (2006, p. 286) relata sobre uma reunião do G-7, em outubro de 2004, à qual os representantes chineses compareceram como convidados. Afirma o autor que os chineses ouviram incessantemente as reclamações de altos funcionários financeiros estrangeiros *“com a política chinesa de atrelar sua moeda ao dólar”*. Ao final da reunião a representação da China concordou, então, em modificar sua política cambial e respondeu aos clamores com as seguintes palavras: “[...] no futuro, sem fazer promessas sobre como ou quando”. Entretanto, deixaram claro aos

presentes à reunião que “[...] decidiriam sobre o câmbio no curso que acreditassem ser de seu interesse, assim como os demais países faziam” e acrescentaram: “Se os senhores obrigarem a China a mudar, será pior para os Estados Unidos. Matarão a galinha que lhes dará ovos de ouro”. Hoje, 27 de janeiro de 2015, passados quase 11 anos após essa reunião, o Yuan chinês se valorizou 34,09% frente ao dólar: a cotação está em US\$ 1 = ¥ 6,19 ou em outra representação US\$ 1 = CNY 6,19. (INFOMONEY, 2015). As reservas internacionais chinesas acumuladas atingiram o seu maior valor em julho de 2014: aproximadamente US\$ 3.993.212,72 milhões - 3 trilhões, 993 bilhões, 212 milhões e 720 mil dólares norte-americanos. (TRADING, 2015). Portanto, verifica-se que são reservas internacionais suficientes para proporcionar segurança e blindagem a crises financeiras e apresenta-se como uma realidade que já permite à China admitir alguma flexibilidade do câmbio.

A China, com suas extraordinárias reservas internacionais, pode se constituir em uma preocupação futura para os EUA, pois poderá utilizá-las, dentre outras coisas, para comprar enormes quantidades de títulos do governo dos EUA e criar algum grau de vulnerabilidade financeira externa para este país. Em outros termos, a posse dessas enormes quantidades de títulos do governo dos EUA poderá significar que, indiretamente, a China estará financiando o consumismo norte-americano dos produtos exportados pela própria China para os EUA.

Empresários e cidadãos do mundo inteiro culpam a China pela perda de seus empregos e de suas indústrias que para lá migram em busca de baixos custos de produção e altos lucros. É conveniente para eles se esquecerem de dois aspectos: primeiro, as empresas migram e se estabelecem na China porque lá o custo de instalação de suas plantas industriais é mais barato devido à desvalorização do Yuan; e segundo, os produtos chineses mais baratos, importados pelos seus respectivos países contribuem para suprir a escassez de oferta doméstica e reprimir a inflação de preços nos seus próprios países.

A receita chinesa foi simples. Seu planejamento de longo prazo dedicou as décadas dos anos 80 e dos anos 90 ao crescimento econômico baseado nas exportações. Dentre os fatores que permitiram as exportações chinesas competitivas e em massa para todo o mundo podem ser citados: a enorme mão-de-obra; as características do povo chinês “[...] frugalidade, capacidade de trabalho

*árduo e aptidão para gerenciar mão-de-obra*”, segundo Fishman (2006, p. 79); a moeda desvalorizada e a continuidade dos planos executados pelos sucessivos governos. Planos estes orientados por um planejamento de Estado concebido pela equipe de Deng Xiaoping.

Um resumo desse processo:

*A transformação da China em uma potência manufatureira foi o modelo que tornou possível o espetacular crescimento do país, ao aproveitar massas de trabalhadores para as produções em grande escala. O ciclo baseado na manufatura abastecia as exportações, que geravam divisas necessárias para pagar pela importação de tecnologia, equipamentos e matérias-primas. Com as receitas das exportações investidas em novos equipamentos e insumos, novos produtos são fabricados e exportados, alimentando o círculo virtuoso. O crescimento das fábricas e produções permitiu retirar da pobreza milhões de chineses que viviam na área rural ou estavam subempregados nas cidades. Um dos segredos do setor manufatureiro chinês, de onde saem os produtos que abastecem os mercados de todo o mundo, é sua grande escala de produção, que resulta em custos muito baixos. Além de abundantes e baratos, os operários chineses são também tidos como disciplinados, fáceis de serem treinados e com disposição para trabalhar por longas horas, sem ter muitos dias de folga. SHIN (2008, p. 100).*

Apresentar-se-á o que permitiu a realização desse processo.

### 2.3.3 Planejamento de Estado e os planos quinquenais

O que os dois líderes chineses Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping tiveram como traço comum foram uma visão e um desejo de conduzir a China a ser uma grande potência mundial em todos os aspectos. Ambos propuseram e conduziram a seu modo verdadeiros planejamentos de Estado para atingir esse objetivo. Perseguindo esse objetivo, ambos buscaram alternativas às conjunturas políticas, econômicas e sociais, as quais foram enfrentadas através dos chamados “Planos Quinquenais” de governo, porém, sem perder de vista o objetivo maior que consubstanciava o planejamento de Estado. Alinharam, portanto, seus planos quinquenais a este planejamento de longo prazo. Deram continuidade à condução das políticas de Estado e, por conseguinte, à política econômica. Os planos quinquenais têm:

*[...] um papel importante no balizamento de ações de longo prazo, tanto por parte do setor público quanto do setor privado [...] e explicam parte do seu sucesso (da China): os sentidos de direção, disciplina e continuidade (SHIN, 2008, p. 97).*

Os planos quinquenais, ainda:

*[...] definem as metas e a direção do desenvolvimento econômico e social do país, ordenam os principais projetos e obras, gerenciam a distribuição das forças produtivas e a contribuição dos setores individuais para a economia nacional (SHIN, 2008, p. 97-98)*

A elaboração de um quinquênio-base inicia-se três anos antes, conta com um processo complexo que envolve coleta e análise de dados de todos os setores da economia, análise econômica e política da conjuntura internacional, definição da alocação de recursos produtivos e aprovação pelos diversos escalões de autoridades desde as locais até as mais altas na hierarquia do Estado Chinês, incluindo o Partido Comunista. Depois disso, entra em execução no quinquênio-base e é continuamente acompanhado e ajustado às flutuações da conjuntura econômica nacional e internacional. No entanto, os ajustes são realizados sem perder de vista o Planejamento de Estado de longo prazo.

Os chineses numeram os Planos Quinquenais desde que os iniciaram em 1953 (1º Plano). Somente foram interrompidos entre os anos de 1963 a 1965, quando Mao Tsé-tung tentou implantar o Grande Salto Adiante.

Abaixo, uma síntese dos Planos Quinquenais chineses.

**Tabela 38** - Planos Quinquenais da China (1953-2020)

Ordem do Plano	Período	Ordem do Plano	Período
1º	1953 - 1957	7º	1986 - 1990
2º	1958 - 1962	8º	1991 - 1995
Interrupção dos Planos	1963 - 1965	9º	1996 - 2000
3º	1966 - 1970	10º	2001 - 2005
4º	1971 - 1975	11º	2006 - 2010
5º	1976 - 1980	12º	2011 - 2015
6º	1981 - 1985	13º	2016 - 2020

**Fonte:** SHIN, 2008.

**Elaboração:** o Autor.

Um olhar panorâmico sobre a conjuntura internacional do período dos planos quinquenais revela a tônica de todos eles. Mao Tsé-tung implementou os planos durante a Guerra Fria, a Coexistência Pacífica e a *Détente* no plano das relações internacionais. Era o período da corrida armamentista liderada pelos EUA e pelo seu oponente, a URSS. Nesse contexto, a China buscava ser a líder alternativa

de um bloco comunista e divergia de Moscou quanto aos métodos de exportar o comunismo para o mundo. Daí o rompimento do bloco monolítico liderado por Moscou. Mao Tsé-tung acabou se reaproximando de Washington, a partir do início dos anos 1970. Ao enfrentar o Dilema do Armamento-Manteiga, no qual um país se encontra na dúvida entre a alocação de recursos entre o setor militar e o restante da economia, Mao Tsé-tung optou por um meio-termo e cometeu equívocos. O Grande Salto Adiante - fracasso de uma industrialização cujas metas se situavam acima das reais possibilidades do país - pode ter se revelado um erro, mas concorreu para o renascimento posterior da economia ao permitir uma grande migração do “exército de reserva” dos campos para a cidade, conforme analisou-se anteriormente. A Revolução Cultural privou a China de grandes cérebros discordantes do regime ao tentar reeducá-los na doutrina comunista enviando-os e confinando-os à área rural ou mesmo eliminando-os.

Deng Xiaoping começou a liderar a China quando já se apresentavam no horizonte os primeiros sinais do fenômeno da globalização e da implosão do bloco soviético. *Outros tempos, outras soluções, mas o mesmo objetivo de grandeza como farol das políticas chinesas.* A abertura da economia promovida por Deng Xiaoping era o objetivo intermediário mais importante no 6º Plano Quinquenal (1981-1985) e o governo, que até então era o principal agente na sua elaboração, começou a transferir parte dessa tarefa ao setor privado (a abertura da economia já permitia a exploração privada de bens, diferentemente da década dos anos 50).

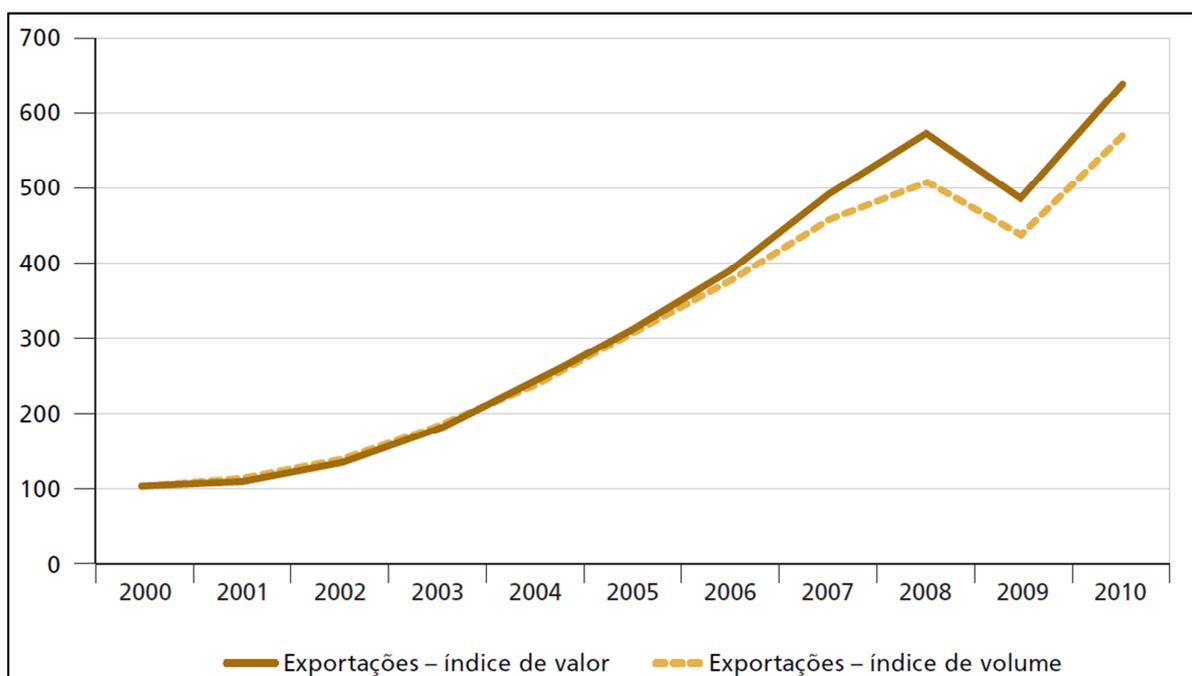
Segundo Shin (2008), o crescimento econômico que havia sido a prioridade nos planos anteriores, cedeu espaço à melhoria das condições sociais, a partir do “11º Plano Quinquenal (2006-2010)”. Nos dias atuais, a China não se descarta do crescimento econômico e prevê aumentos “mais modestos” que os anteriores.

A seguir, serão apresentados alguns dos principais objetivos do 11º Plano, de acordo com Shin (2008):

- PIB crescendo a 7,5% ao ano: de 18,2 trilhões de Yuan (2005) para 26,1 trilhões de Yuan em 2010 (esta meta foi atingida antes do prazo previsto);

- PIB per capita de 6,6% anuais: de 14.000 Yuanes, em 2005, para 19.300 Yuanes, em 2010;
- elevação da renda disponível per capita de 10.500 Yuanes (2005) para 13.400 Yuanes, em 2010;
- criação de 45 milhões de novos empregos para residentes urbanos em cinco anos;
- gastos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento): de 1,3% do PIB, em 2005, para 2% do PIB, em 2010;
- aumento da cobertura de pensão para beneficiar 223 milhões de pessoas;
- redução em 20% do consumo energético por unidade de PIB no período 2006-2010;
- redução de 30% do consumo de água por unidade industrial adicionada no período de vigência do plano; e
- desenvolvimento da infraestrutura de educação e saúde na área rural.

**Figura 10** - Gráfico das exportações totais chinesas (2000-2010)



Fonte: BAUMANN; OLIVEIRA, 2012, p. 259.

Na figura 10 pode-se observar que, a partir de 2005, o índice de valor passa a ser superior ao índice de volume das exportações. O gráfico espelha a coerência entre as ações chinesas e o 11º Plano Quinquenal - investimentos em P&D e em educação – com reflexos na melhoria da produtividade e na exportação de produtos com maior valor agregado.

Sobre o “12º Plano Quinquenal (2011-2015)”, aprovado em 14 de março de 2011, uma reportagem divulgada pela Revista Época sintetiza que o plano buscará

*[...] crescimento econômico médio de 7% até 2015 com ‘qualidade e eficácia’, baseado na reestruturação econômica e no desenvolvimento das pequenas e médias empresas de alta tecnologia para produzir com valor agregado. (Grifo nosso). (ÉPOCA, 2011).*

Na mesma reportagem acima, declarou o primeiro-ministro, Wen Jiabao, sobre os objetivos até 2015:

*[...] a prioridade do plano aprovado [...] é transformar em cinco anos o modelo de desenvolvimento econômico e obter avanços científicos e tecnológicos também com educação da mão-de-obra para conseguir qualidade e eficácia na economia [...] ajustar o crescimento e regular os fatores desequilibrados, descoordenados e insustentáveis que existiram na economia chinesa há muito tempo [...] o fundamental, insistiu ele, é o equilíbrio entre a rapidez do crescimento econômico, a criação de emprego e o controle da inflação [...]. Na reestruturação proposta [...]o governo irá priorizar a criação e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, principalmente as de alta tecnologia e do setor serviços, inclusive as especializadas em produção e tudo voltado à criação de emprego [...] será importante, segundo ele, a prática do chamado ‘mecanismo inovador’, ou seja, impulsionar a educação junto à ciência e tecnologia e incentivar talentos, para avançar no crescimento científico sustentado [...]. Acho que mais importante que o PIB é o que se atribui à pesquisa e investimento no processo produtivo, já que ambos determinam a capacidade de inovação de um país, a fonte mais confiável e duradoura do desenvolvimento sustentado [...]as bases da agricultura chinesa não são sólidas. (grifos nossos). (ÉPOCA, 2011).*

A China está iniciando o ano de 2015, último ano do 12º Plano. O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) chinês está em fase adiantada de finalização para sua aprovação pela Assembleia Nacional Popular (ANP).

Os dados combinados no período de 2001-2013, da Tabela 15 -Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares; da Tabela 31 – Pauta comercial: exportações do Brasil para a China em Valores totais e em % (2009-2013) e da Tabela 34 – Pauta comercial: importações do Brasil com relação à China em valores totais e em % (2009-2013) permitem verificar que a China reduziu as importações de *commodities* brasileiras (2011-2012) e, a seguir, as aumentou

(2012-2013), coerente com as suas oscilações de crescimento pretendidas para o período. Porém, os chineses aumentaram continuamente suas exportações de manufaturados para o Brasil (2011-2013).

Os dados agregados (*quantum* e preços) da Balança Comercial entre os dois países apresentaram a seguinte variação percentual:

- de 2011 para 2012 as exportações brasileiras tiveram queda de 7%, as importações aumentaram em 4,5% e o saldo comercial se reduziu em 39,45%;
- de 2012 para 2013, as exportações brasileiras aumentaram em 11,64%, as importações aumentaram em 8,92% e o saldo comercial aumentou em 25%;
- apesar dessa oscilação na balança comercial, a China, em geral, aumentou a importação de *commodities* agrícolas brasileiras demonstrando coerência com as declarações do Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, de que as bases da agricultura chinesa não são sólidas; e
- a China praticamente duplicou a variação percentual de suas exportações para o Brasil (de 4,5% para 8,92%).

A seguir será realizada uma análise da participação chinesa nas exportações e importações brasileiras no período que abrange o final do 7º plano (1986-1990) até meados do 12º plano (2011-2015). Esta análise basear-se-á no Indicador ou Índice de Participação Comercial retratado nas Tabelas 39 e 40.

O grau de importância relativa da China nas exportações e importações totais do Brasil é medido pelas transações bilaterais em relação ao volume das transações totais do Brasil com o resto do mundo. A Tabela 39 sintetiza este aspecto.

Os indicadores utilizados são os seguintes:

***IPC<sub>x</sub>: Indicador de Participação Comercial das Exportações***

$IPC_x = [(X_j / X)] \times 100$  cujo resultado é dado em (%), onde:

$X_j$  = exportações do Brasil para o país “J” (no caso, para a China)

X = exportações totais do Brasil para o resto do mundo

***IPC<sub>M</sub>: Indicador de Participação Comercial das Importações***

$IPC_M = [(X_j / X)] \times 100$  cujo resultado é, também, dado em (%), onde:

$X_j$  = importações da China pelo país “J” (no caso, pelo Brasil)

X = importações totais do resto do mundo pelo Brasil

Os cálculos foram realizados utilizando os valores da Tabela 15 -Brasil: exportações para a China e importações da China (FOB) em US\$ milhares com os dados de exportações e importações totais do Brasil com o resto do mundo coletados junto ao UN/COMTRADE.

**Tabela 39** - Índice de participação comercial da China em relação ao Brasil

Plano Chinês	Ano	Exportações	Importações	IPC <sub>x</sub>	Δ%	IPC <sub>M</sub>	Δ%
		Brasil – Resto do Mundo	Brasil – Resto do Mundo				
7º	1990	31.411.257,3	22.458.519,6	1,22	-----	0,91	-----
8º	1991	31.621.120,0	22.976.327,7	0,72	- 41,0	0,33	- 63,7
8º	1992	35.975.315,0	22.345.572,4	1,28	77,8	0,26	- 21,2
8º	1993	38.700.838,9	27.299.446,8	2,01	57,0	0,57	119,2
8º	1994	43.557.826,6	35.508.473,9	1,89	- 6,0	0,55	- 3,5
8º	1995	46.504.931,3	53.734.285,3	2,59	37,0	0,78	41,8
9º	1996	47.745.933,3	56.729.460,7	2,33	- 10,0	2,21	183,3
9º	1997	52.985.810,9	65.074.597,9	2,05	- 12,0	2,02	- 8,6
9º	1998	51.119.870,0	60.793.118,7	1,77	- 13,6	1,87	- 7,4
9º	1999	48.011.410,6	51.747.393,4	1,41	- 35,6	1,82	- 2,72
9º	2000	55.118.914,0	55.850.546,4	1,97	39,7	2,19	20,3
<b>10º</b>	<b>2001</b>	58.286.592,8	55.601.756,9	<b>3,26</b>	<b>65,5</b>	<b>2,39</b>	<b>9,1</b>
10º	2002	60.438.649,9	47.242.654,1	4,17	27,9	3,29	37,7
10º	2003	73.203.221,8	48.325.649,7	6,19	48,4	4,44	35,0
10º	2004	96.677.246,4	62.835.613,5	5,63	- 9,1	5,91	33,0
10º	2005	118.528.688,0	73.600.375,5	5,77	2,5	7,28	23,2

**Tabela 39** - Índice de participação comercial da China em relação ao Brasil

Cont.

Plano Chinês	Ano	Exportações	Importações	IPC <sub>x</sub>	Δ%	IPC <sub>M</sub>	Δ%
		Brasil – Resto do Mundo	Brasil – Resto do Mundo				
11º	2006	137.806.190,0	91.342.783,5	6,10	5,7	8,75	20,2
11º	2007	160.648.870,0	120.620.871,0	6,69	9,7	13,81	57,9
11º	2008	197.942.443,0	173.196.634,0	8,29	23,9	11,57	- 16,2
11º	2009	152.994.743,0	127.647.331,0	13,20	59,2	12,46	7,7
11º	2010	197.356.436,0	180.458.789,0	15,58	18,0	14,15	13,6
12º	2011	256.038.702,0	226.243.409,0	17,30	11,0	14,49	2,4
12º	2012	242.579.776,0	223.149.128,0	17,00	- 1,7	15,35	5,9
12º	2013	242.178.054,0	239.620.905,0	19,00	11,8	15,58	1,5

**Nota:** 2001 foi o ano da criação do acrônimo BRIC.**Fonte:** BRASIL, 2014b. Base de Dados – UN/COMTRADE.**Elaboração:** o Autor.

A Tabela 40 mostra os valores médios da participação chinesa no comércio externo brasileiro por períodos.

**Tabela 40-** Índice médio (%) de participação comercial da China em relação ao Brasil por períodos

EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
Período	IPC <sub>x</sub>	Δ%	Período	IPC <sub>M</sub>	Δ%
	Médio (%)			Médio (%)	
1990 – 1999 *	1,73	----	1990 – 1999 *	1,13	----
2000 – 2009 *	6,13	254,33	2000 – 2009 *	7,21	538,05
2010 – 2013 *	17,22	180,91	2010 – 2013 *	14,89	106,52
1990 – 2008 **	3,44	----	1990 – 2008 **	3,73	----
2009 – 2013 **	16,42	377,33	2009 – 2013 **	14,41	286,33

**Notas:**\*Décadas e \*\*Períodos**Fonte:** BRASIL, 2014b. Base de Dados – UN/COMTRADE.**Elaboração:** o Autor.

Conclui a AEB:

As exportações totais do Brasil tiveram forte crescimento nos últimos anos, ajudadas pelas expressivas altas nas cotações das *commodities* e nas quantidades exportadas. Este cenário tem produzido mudanças no desempenho dos países de destino das exportações, com a China assumindo em 2009 a posição de maior país importador de produtos brasileiros, os EUA perdendo sua liderança eterna até ser destronado pela China e a Argentina ficando bem perto de desalojar os EUA da segunda posição, entre outras alterações (AEB, 2012, p.13).

Da análise do que foi apresentado nas Tabelas 39 e 40, verifica-se que a participação chinesa em relação ao ano-base 1990:

- aumentou em 173 % até 1999; 613% até 2009 e 1.642% até o ano de 2013, nas exportações brasileiras;
- aumentou em 113 % até 1999; 721% até 2009 e 1.489% até o ano de 2013, nas importações brasileiras;
- nas exportações, em todo o período de 24 anos, diminuiu em 7 anos e aumentou em 16 anos. As quedas predominaram no período de 1990 a 2001 (5 anos de queda) e os aumentos predominaram no período 2001 a 2013 (12 anos de aumento);
- nas importações, à semelhança das exportações, em todo o período de 24 anos, diminuiu, também, em 7 anos e aumentou em 16 anos. As quedas predominaram no período de 1990 a 2001 (6 anos de queda) e os aumentos predominaram no período 2001 a 2013 (12 anos de aumento);
- a partir do ano de 2001 (ano de criação do acrônimo BRIC) houve uma aceleração da participação chinesa no comércio exterior do Brasil, tanto nas exportações quanto nas importações, com taxas de participação predominantemente crescentes, o que sugere que a criação do acrônimo BRICs pode ter sido um dos elementos catalisadores dessas relações.

O que se pretende, com a apresentação da conclusão da AEB e com a análise das Tabelas 39 e 40 combinadas com a Tabela 15 (Balança Comercial); com

as Tabelas 31 a 33 (análise da pauta e do padrão de exportações); com as Tabelas 34 a 36 (análise da pauta e do padrão de importações) e com a Tabela 37 (na qual se observa que os termos de troca têm sido favoráveis ao Brasil desde 2008), é verificar as **TENDÊNCIAS**:

- de aumento do grau de dependência do comércio exterior do Brasil em relação ao seu, cada vez mais crescente, parceiro chinês;
- do risco de aumento da vulnerabilidade externa brasileira em função tanto dessa dependência, quanto do padrão de relações comerciais bilaterais entre os dois países, nas quais o Brasil figura como fornecedor de *commodities* para a China (portanto, exportador de produtos com menor valor agregado) e como importador de bens manufaturados da China (produtos com maior valor agregado);
- de “reprimarização” das exportações brasileiras; e
- do risco que o Brasil corre de inverter os termos de troca no comércio exterior no longo prazo, tanto com o resto do mundo quanto com a China, em particular.

#### 2.3.4 Síntese da história econômica chinesa nos séculos XX e XXI

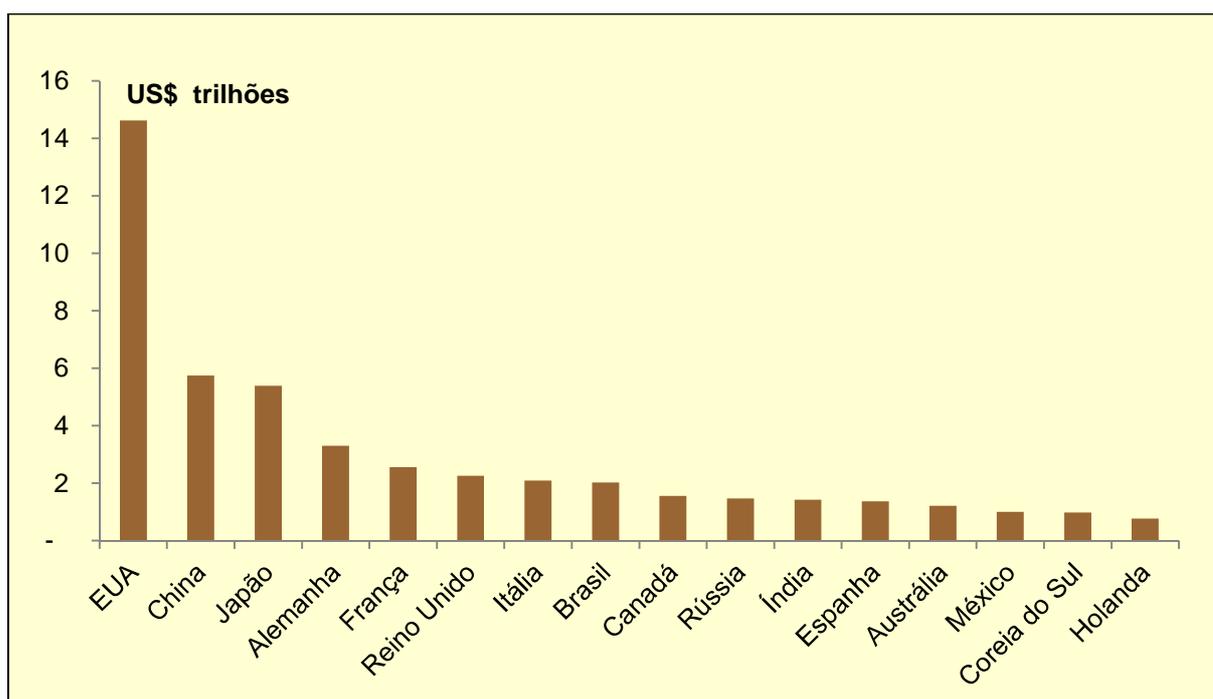
Do início do século XX até 1949 a China passou de um país praticamente feudal e rural sob o domínio de uma dinastia e controlado economicamente por potências ocidentais, para um país territorial e politicamente unificado sob a tutela de Mao Tsé-tung, com um regime político centralizado no Partido Comunista Chinês e um sistema econômico socialista.

Entre 1949 e 1978 as tentativas de mudanças estruturais na China fracassaram e ocorreram em função do período tenso da divisão bipolar do mundo entre os EUA (democrático e capitalista) e Moscou-Pequim (comunistas e socialistas). Neste período a China buscou resolver o Dilema Armamento-Manteiga atendendo a ambos, mas atribuiu prioridade à industrialização voltada para o armamento. As reformas tentadas: Leis Agrárias, Grande Salto Adiante e Revolução Cultural deixaram a China economicamente atrasada em relação às potências ocidentais e mantiveram o país predominantemente rural. Neste período se

estabeleceu o planejamento de longo prazo centralizado pelo governo, visando tornar o país uma grande potência e este objetivo maior foi buscado através dos Planos Quinquenais, a partir de 1953, com uma interrupção entre 1963 e 1965.

A partir de 1978, Deng Xiaoping liderou o país e promoveu a maior mudança estrutural da história chinesa. Sem abrir mão do regime político e da centralização de decisões no Partido Comunista, sem perder de vista o objetivo maior no futuro, Deng Xiaoping manteve a cultura de planejamento de longo prazo e a continuidade nos planos quinquenais, promoveu a abertura econômica chinesa para o mercado internacional, acelerou a industrialização e lançou as bases para que seus sucessores conduzissem a China a tornar-se em 2010, a segunda maior economia do mundo, conforme se pode verificar na Figura 11.

**Figura 11** – Gráfico do PIB das 10 maiores economias do mundo em 2010



Fonte: O'NEILL, 2012, p.51.

## 2.4 HISTÓRIA E PLANEJAMENTO

Numa síntese da história recente dos dois países, cabe destacar as mudanças estruturais ocorridas na economia em função de planejamento de longo prazo.

O Brasil passou de país primário-exportador após sua independência, em 1822, para um país em modernização financiada pela exportação dos excedentes da cafeicultura até os anos 1930.

De 1930 a 1979, no período chamado de Era Nacional-Desenvolvimentista ou de Industrialização por Substituição de Importações, o país passou por grandes mudanças estruturais:

- de agroexportador para exportador de manufaturados e, no final do período, detentor de grandes saldos na balança comercial. Seu comércio com a China, porém, era praticamente insignificante se comparado ao seu comércio com os mercados dos EUA, da Argentina e da Europa;
- de país rural para um país urbano com grandes migrações do campo para as cidades;
- de um país dominado pelas elites agrárias para uma federação sob regimes políticos centralizados;
- de um país com crescimento econômico mínimo, sem planejamento de longo prazo e sem infraestrutura para uma nação em crescimento econômico acelerado, baseado em planejamentos esparsos que dotaram o país de infraestrutura de energia, transportes e comunicações. Estes planos foram balizados pela ideia de “Brasil Potência”, porém não tiveram continuidade após o final da Era Nacional-Desenvolvimentista. Logo, a visão de Estado foi suplantada, a partir dos anos 80, pelas sucessivas e alternantes visões e interesses imediatos de governos de plantão; e
- abalado pelas crises do petróleo da década dos anos 70, o país terminou o período com elevada dívida externa e com o esgotamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações.

De 1980 a 1994, período das décadas perdidas, o Brasil enfrentou um processo inflacionário sem precedentes, uma dívida externa crescente e passou por vários planos econômicos de duração curtíssima. Todos eles nada mais foram que tentativas desesperadas de estabilizar a moeda e a economia. Fracassaram, mas forneceram o suporte empírico para correções de rumo que auxiliariam a implantar o Plano Real. Como aspectos positivos do período podem ser citados: a promulgação da Nova Constituição de 1988 – a “Constituição Cidadã”, como é conhecida - e a chamada “redemocratização” política. A balança comercial com a China, neste período, continuou praticamente inexpressiva.

A partir de 1994, em termos de planos de governo com uma visão de prazo um pouco mais longo, pode-se destacar a estabilização da moeda e da economia iniciadas com o Plano Real (julho de 1994); a modificação na estrutura das classes econômicas sociais (redução das classes “E” e “D” e sua migração para a classe média “C” com ampliação das classes “B” e “A”) em função dos programas de redistribuição de renda e, por último o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A estabilização macroeconômica em conjunto com os altos saldos comerciais originários de *commodities*, particularmente na balança comercial com a China, permitiu ampliar o mercado interno e melhorar o padrão de vida das classes sociais mais baixas.

Sobre as mudanças estruturais e como aspecto negativo e preocupante cabe acentuar que há “indícios de retrocesso” a um país agroexportador com uma economia dependente das demandas chinesas por *commodities* agrícolas e minerais. Ressalta-se o esforço do setor industrial em continuar operando em busca de competitividade contra a lenta e gradual depreciação da infraestrutura implantada na Era do Nacional-Desenvolvimentismo.

No final da primeira década do atual século lançou-se o Programa de Aceleração do Crescimento para recuperar e ampliar a infraestrutura e permitir a retomada do crescimento econômico em termos internacionais mais competitivos, mas os seus resultados ainda não são visíveis. Em algumas obras do PAC, o que se constatados relatos em noticiários da mídia é temerário e desanimador devido aos

atrasos na execução das obras, à corrupção e à ineficiência tanto por parte do governo quanto de alguns setores da iniciativa privada.

No plano político vários setores da sociedade promovem manifestações diuturnas como as que aconteceram em junho de 2013, amplamente divulgadas pela mídia, acusando o atual partido governista de aparelhamento do Estado para perpetuar-se no poder, o que nos remete à reflexão sobre alguns países onde, em determinadas conjunturas, ficou caracterizado o “Estado-partido”: antiga URSS e, no presente, a própria China.

Na China, ao contrário, o período de 1949 a 1978 foi uma fase de isolamento chinês em relação ao comércio mundial e de tentativas fracassadas de erguer a economia, ainda que houvesse planejamento de longo prazo.

A partir de 1978, a China passou por grandes mudanças estruturais na economia, abrindo o país ao capitalismo e ao mercado internacional sem abrir mão da centralização política no Partido Comunista. Até próximo do final da década dos anos 90, a China passou de país agrário a país exportador de produtos intensivos no fator trabalho, além de exportador de manufaturas de baixa e média tecnologia. Daí em diante, o país decolou e as mudanças estruturais se deram no sentido de implantar uma gigantesca infraestrutura de energia, transportes e comunicações como base para seus próximos saltos na exportação de produtos de alta tecnologia.

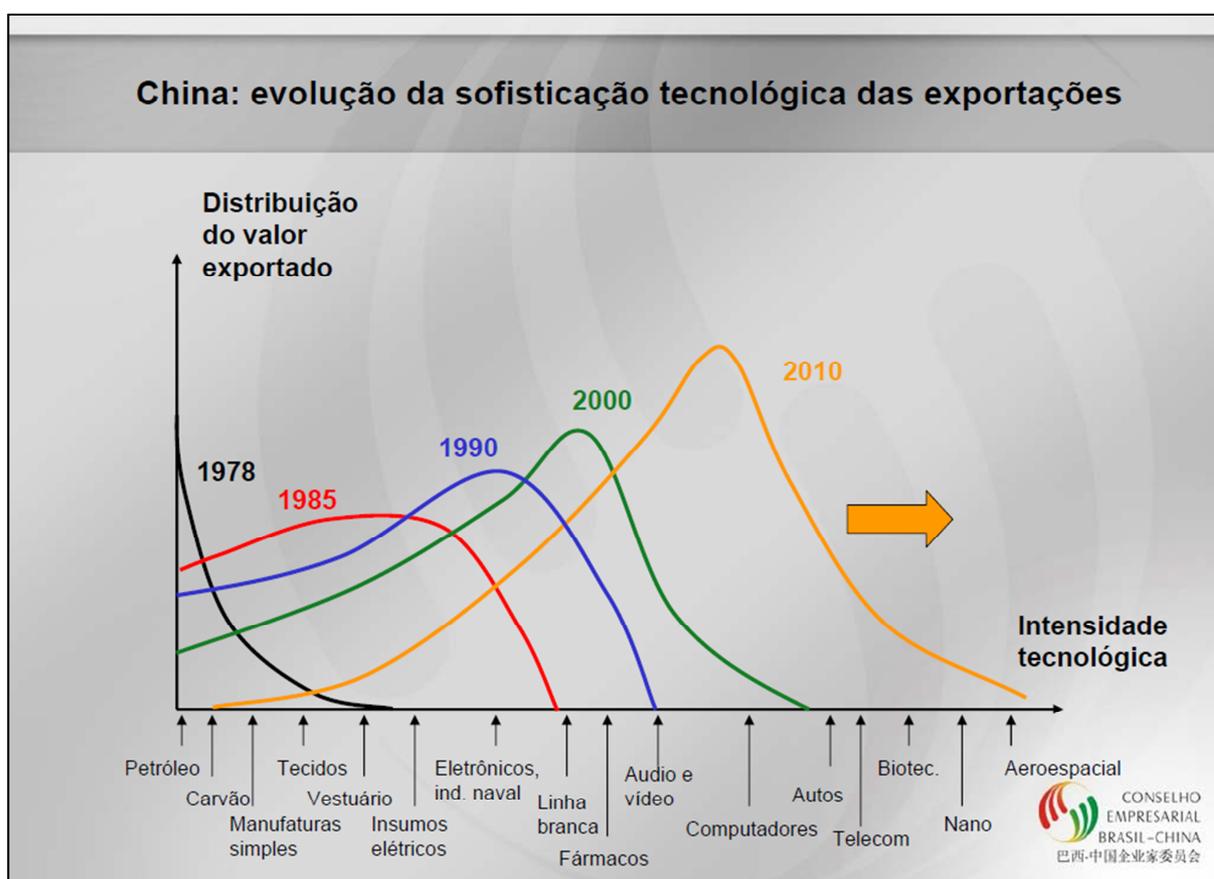
A chave desse sucesso aparenta estar nos traços culturais do povo chinês aliados ao planejamento de longo prazo, com um objetivo bem delineado e factível, à continuidade na condução dos planos quinquenais e às suas lideranças firmes.

Verifica-se que nos últimos planos quinquenais a China buscou promover uma reestruturação produtiva orientada para os setores com maior valor agregado (alta tecnologia), o que indica que a competitividade de manufaturados chineses no mercado internacional aumentará ainda mais e, em consequência, pode-se inferir que o Brasil continuará a perder mercados para a China nesses produtos. Ao declarar que as bases da agricultura chinesa não são sólidas o primeiro-ministro Wen Jiabao sinalizou que o país continuará a importar altos volumes de *commodities*, o que permite inferir, em tese e com base nos argumentos apresentados ao longo deste trabalho, que o Brasil continuará a ser um dos grandes

fornecedores desses produtos para aquele país, que as nossas exportações continuarão a depender das necessidades chinesas por *commodities* e que, provavelmente, a estrutura produtiva brasileira não sofrerá grandes alterações. Tudo isso, em conjunto, reforça a tese da “reprimarização” das exportações brasileiras.

A Figura 12, a seguir, mostra a evolução da estrutura produtiva chinesa e a evolução tecnológica de suas exportações. Já não se pode dizer que os produtos chineses são apenas cópias baratas e pouco duráveis dos produtos de outros países. Os chineses, novamente, podem sentir-se orgulhosos do seu “*Império do Meio*”.

**Figura 12 - Sofisticação tecnológica das exportações chinesas (1978-2010)**



Fonte: AMORIM, 2009 (apud HOLLAND; BARBI, 2010, p. 4).

## CONCLUSÃO

A análise do período, a partir de 1990, permite apresentar algumas conclusões.

A China apresentou resultados bem mais expressivos do que o Brasil nas relações dos dois países com o mundo, particularmente, nos aspectos de crescimento do PIB; participação percentual do PIB do país em relação ao PIB mundial; participação percentual do comércio externo do país em relação ao comércio mundial e grau de abertura da economia. Esses aspectos demonstram o crescimento da economia e a “agressividade” positiva chinesa como resultado das políticas econômicas adotadas e executadas a partir do 6º Plano Quinquenal (1981-1985). Demonstram, também, como os problemas enfrentados pelo Brasil nas “Décadas Perdidas” afetou seu crescimento e inserção internacionais.

A análise do potencial de longo prazo revela que a economia brasileira é bem mais vulnerável a crises do que a economia chinesa. A China apresentou uma evolução sólida de sua economia em todos os aspectos analisados, particularmente, na estrutura produtiva tendendo para a produção e exportação de manufaturas de média e alta tecnologia. O Brasil tende à estagnação industrial e ao retrocesso à condição de exportador de *commodities* com ênfase para as agrícolas e minerais. Na evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em termos percentuais do PIB, a chinesa foi o dobro da brasileira em praticamente todo o período e na disponibilidade de poupança interna, como percentual do PIB, a chinesa foi mais que o dobro da brasileira. No desempenho comercial entre os dois países o Brasil permaneceu à frente da China na balança comercial e nos saldos comerciais, os quais lhe foram favoráveis devido à “fome” chinesa por *commodities* agrícolas e minerais, nas quais o Brasil apresenta vantagem comparativa relativa bem superior à chinesa. A taxa de câmbio favoreceu a ambos os países, contribuindo para o aumento de suas reservas internacionais nas quais as reservas chinesas tiveram um crescimento aproximadamente 13 vezes superior às reservas brasileiras. A análise do potencial de longo prazo sinaliza uma crescente dependência da economia brasileira em função do desempenho da economia

chinesa e de sua necessidade pelas *commodities* brasileiras, o que demonstra um real grau de risco para o futuro da economia do Brasil.

O exame das relações comerciais bilaterais entre o Brasil e a China demonstra que essas relações foram crescentes; o Brasil concentrou sua pauta de exportações para a China nas *commodities* agrícolas e minerais, portanto em produtos de baixo grau de transformação e nos quais o Brasil detém vantagem comparativa relativa, enquanto que a China concentrou suas exportações para o Brasil em produtos manufaturados com crescente tecnologia agregada; os saldos comerciais foram favoráveis ao Brasil, exceto nos anos de 1996 a 2000 e de 2007 e 2008, mas com tendência de queda no final do período. Comparando ganhos e perdas de mercados entre os dois países, verificou-se que o Brasil vem perdendo mercados internacionais para a China, tanto em valor monetário quanto em número de produtos, particularmente em relação ao Mercosul e, no interior deste bloco, na Argentina, maior comprador de nossos produtos manufaturados até recentemente. As análises realizadas sugerem que a tendência de longo prazo chinesa é uma aceleração na direção da maior competitividade de seus produtos dotados de média e de alta tecnologia agregada e a tendência do Brasil é na direção da continuidade agroexportadora. Isso sugere, também, que as teses de “reprimarização e desindustrialização da economia, com o aumento da vulnerabilidade externa do Brasil” aproximam-se da realidade no momento presente.

Buscando explicar o desempenho da balança comercial do Brasil e da China como resultado de decisões e ações de políticas econômicas adotadas no passado, realizou-se um exame da história de ambos. A síntese desse exame foi apresentada através de um paralelo entre períodos históricos e os respectivos rumos tomados por suas economias em função de mudanças estruturais, mudanças estas promovidas como resultado de decisões tanto de Estado quanto de governos.

Nota-se que do início do século XX até o final da década dos 40, ambos os países eram predominantemente rurais. O Brasil era dominado por elites políticas ligadas ao agronegócio e, portanto, agroexportador. A partir de 1930 ocorreu uma mudança estrutural na economia: o país iniciou sua industrialização financiada em boa parte pela exportação cafeeira. A China era um país unificado, economicamente dominado por interesses das potências econômicas ocidentais e

viveu internamente uma guerra civil que terminou com a vitória e a implantação do regime comunista e com o estabelecimento da República Popular da China.

A partir do início da década dos 50, o Brasil prosseguiu com sua mudança estrutural rumo à industrialização. Adotou para isso, o modelo econômico de Industrialização por Substituição de Importações (ou Nacional – Desenvolvimentismo), protegeu a indústria nacional e implantou uma ampla infraestrutura de transportes, comunicações e energia baseada em planos de governo que, visando o longo prazo, não tiveram continuidade no tempo, esgotando-se no início dos anos 1980. A China, por outro lado, se tornou um país comercialmente fechado, adotou os planos quinquenais a partir de 1953 e realizou várias tentativas de modernizar suas atividades econômicas, tentativas estas que fracassaram em função da prioridade dada pelo Partido Comunista à ideologia. No entanto, os planos quinquenais permaneceram como instrumento de planejamento de longo prazo, como orientadores dos rumos da economia do país e mostraram três grandes características do sistema econômico da China: sentido de direção, continuidade e disciplina para atingir seu objetivo de grande potência.

O início dos anos 1980 marcou, para ambos os países, um ponto de inflexão nas respectivas trajetórias econômicas e nas relações comerciais entre eles.

O modelo de Industrialização por Substituição de Importações (Nacional-Desenvolvimentismo, de 1930-1979) que foi adotado pelo Brasil se esgotou e o país mergulhou numa crise econômica que durou até a concretização do Plano Real. Este plano estabilizou a moeda e a macroeconomia, o que permitiu realizar adiante outra mudança: a mobilidade das classes sociais econômicas na primeira década do século XXI através das políticas governamentais distributivas de renda, as quais resultaram no alargamento expressivo da classe média. Entretanto, o consumismo de manufaturados das novas classes emergentes foi suprido em grande parte pelos produtos chineses, dado que as relações comerciais com a China se aceleraram em função da abertura comercial chinesa, da visão de futuro daquele país e das suas imensas necessidades pelas *commodities* agrícolas e minerais, nas quais o Brasil possuía e ainda possui larga vantagem comparativa relativa.

Como contraponto a isso, há fortes indícios de que vem ocorrendo outra mudança estrutural em pleno curso, mudança esta que ainda levanta opiniões contraditórias: a “reprimarização e a desindustrialização” da economia brasileira. Em função deste “retrocesso estrutural”, o potencial de crescimento da economia brasileira no longo prazo corre o risco de ser comprometido.

No final do período em análise, o governo brasileiro lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com a finalidade de recuperar e ampliar a depreciada infraestrutura construída no período do Nacional-Desenvolvimentismo. Os resultados do PAC, entretanto, só poderão ser medidos no longo prazo, mas seus empreendimentos iniciais sinalizam grandes problemas na sua execução.

Verificou-se que, no caso do Brasil, não houve um planejamento do Estado brasileiro visando um objetivo definido no futuro, exceções feitas à atuação do Presidente Getúlio Vargas, à do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e à busca de continuidade nas mudanças estruturais da economia pelos governos do regime militar, abortadas pelas crises do petróleo nos anos 1970. Na opinião deste autor, após o regime militar o que houve foram planos de governo, alguns dos quais balizados por objetivos que só poderiam ser atingidos no longo prazo, mas que sofreram solução de continuidade devido aos distintos e alternantes interesses governamentais do momento ou a crises exógenas, como as crises financeiras a partir dos anos 1980. Isso leva a crer que tais planos tiveram como escopo apenas reagir às diferentes conjunturas internacionais e resolver os problemas imediatos, no curto prazo, ainda que possam ter contribuído de alguma forma para a realização de mudanças estruturais.

Por outro lado, os resultados das relações comerciais bilaterais do Brasil com a China, apesar de favoráveis ao Brasil até o momento em valores financeiros, apontam para desvantagens futuras e para uma provável e possível inversão nos termos de troca, em função das respectivas evoluções das estruturas produtivas. Esta situação parece se apresentar, também, como uma consequência da descontinuidade na execução dos planos dos distintos governos brasileiros, ao contrário da continuidade no planejamento de longo prazo e na execução dos planos governamentais demonstrados pela China.

Em contraste, a China promoveu a abertura comercial com o mundo, adotou o “capitalismo de estado”, manteve o Partido Comunista como centralizador, planejador e guardião da execução de suas políticas econômicas e se tornou, em pouco mais de três décadas, a segunda maior economia do mundo. O que possibilitou essa façanha? Cultura chinesa, objetivo de longo prazo bem definido, continuidade no planejamento de Estado conduzido por governos através dos planos quinquenais e lideranças firmes.

Concluindo, a análise do desempenho da balança comercial de entre Brasil e China (a partir de 1990 e até 2013) sugere que os resultados obtidos por ambos os países foram consequências das suas respectivas decisões e ações de políticas econômicas, tomadas e realizadas durante os respectivos processos históricos examinados.

## REFERÊNCIAS

AEB. Associação de Comércio Exterior do Brasil. *Radiografia do comércio exterior do Brasil: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

AGOSTINI, Renata. China aposta em peças para seduzir mercado vizinho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2014. Caderno Mercado, p. B3.

ALMEIDA, Clóvis Oliveira; BACHA, Carlos José Caetano. Determinantes da balança comercial de produtos agrícolas e agroindustriais do Brasil no período 1961/95. Brasília, DF: IPEA, *Pesq. Plan. Econ.*, v. 28, n. 1, abr. 1998. Disponível em :<<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/715/655>>. Acesso em 28 Abr 15, 11:50h.

ATLAS de história mundial. Tradução de Ana Valeria Martins Lessa et al. Rio de Janeiro: Reader'sDigest Brasil, 2001.

ARAÚJO Jr., José Tavares de; COSTA, Katarina, Pereira da. Abertura comercial e inserção internacional: os casos do Brasil, China e Índia. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2010.

BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). *Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BATISTA, J. C. *Índices de competição e a origem por países dos ganhos e perdas de competitividade em terceiros mercados*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia da UFRJ, 1999.

BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2010.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Org.). *Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais*. Brasília, DF: IPEA, 2014.

BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel Phillips (Org.). *Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BRASIL. *Balança comercial com a China: exportações e importações em milhares de dólares. 1983 a 2013. Histograma.* Disponível em: <<http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>>. Acesso em: 8 maio 2014a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.: exportações e importações em milhares de dólares. 1983 a 2013. Tabela. Disponível em: <<http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>>. Acesso em: 8 maio 2014b.

\_\_\_\_\_. Balança comercial com o resto do mundo: exportações e importações em milhares de dólares. 1983 a 2013. Tabela. <<http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRAZIL: trade balance with China, all years. Disponível em: <<http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CÂMARA dos Deputados. *Escrevendo a história: panorama das décadas.* Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy\\_of\\_decada-de-70](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70)>. Acesso em: 7 jun. 2015.

CEBC. Conselho Empresarial Brasil-China. *Comércio bilateral Brasil e China: pauta de exportações. 2000-2013.* Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-exportacoes?y=2000>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. *Pauta de importação do Brasil com relação à China. 2009.* Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-importacoes?y=2009>> Acesso em: 16 jan. 2014.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Comércio Bilateral Brasil e China: pauta de importações 2000 – 2013.* Disponível em: <<http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/comercio-bilateral/pauta-de-importacoes?y=2000>>. Acesso em 16 de janeiro de 2014, às 16:00h.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX.* Tradução de Antonio Rangel Bandeira. São Paulo: Pioneira, 1976. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. História. Série nova Clio).

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).

DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária*. Tradução de Alberto Pinheiro Júnior. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1993. 334 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Economia).

ÉPOCA. *O novo plano quinquenal do governo chinês*. Mar. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI217824-15259,00.html>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Contas Nacionais. Diversas publicações, período 1947 a 1989. *Formação bruta de capital fixo*.

FISHMAN, Ted C. *China S.A.: como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo*. Tradução de C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FOCHEZATTO, Adelar; KOSHIYAMA, Daniel; ALENCASTRO, Denilson. Testando relações de causalidade entre comércio externo e crescimento econômico em países da América Latina: evidências de dados em painel e séries temporais. *Revista Economia*, Brasília-DF, v. 11, n. 3, p. 597-629, set./dez. 2010. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n3p597\\_629.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n3p597_629.pdf) Acesso em: 15 jan. 2015.

FRIEDMAN, George. *Os próximos 100 anos: uma previsão para o século XXI*. Tradução de Gabriel Zide Neto. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Tradução de Cristiana Serra e S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASSET, José Ortega y. *A rebelião das massas*. Tradução de Marylene Pinto Michael. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção General Benício; v. 430).

GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto et al. *Economia aplicada*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (Gestão empresarial - FGV Management).

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). *Manual de economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_; VASCONCELLOS, A. S.; TONETO JR, R. *Economia brasileira contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLLAND, Márcio; BARBI, Fernando. *China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros*. Textos para discussão 247, mar. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4251/TD%20247%20-%20M%c3%a1rcio%20Holland%3b%20Fernando%20Barbi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8jun. 2015.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção General Benício; v. 334).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. Várias tabelas. *Formação bruta de capital fixo*. Disponível em <[http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&de=41&no=12](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=41&no=12)>. Acesso em 01 Ago 2015.

INFOMONEY. *Cotação de moedas: yuane por dólar*. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/cambio>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

JACKSON, R. H.; SØRENSEN. G. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

LACERDA, Antônio Correia de et al. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2002.

LEOPOLDO, Ricardo.. Brasil vai ser 5ª economia do mundo antes de 2015 diz Mantega. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 dez. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,brasil-vai-ser-5-economia-do-mundo-antes-de-2015-diz-mantega,97429e>. Acesso em: 2 fev. 2015.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. *Economia monetária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: introdução ao estudo*. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANGABEIRA, Clarissa. Brasil bate Reino Unido e se torna 6ª maior economia do mundo, diz jornal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 dez. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-bate-reino-unido-e-se-torna-6-maior-economia-do-mundo-diz-jornal,97257e>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

MARINHA DO BRASIL. *Amazônia Azul*. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/hotsites/amz\\_azul/index.html](https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/hotsites/amz_azul/index.html)>. Acesso em: 13 dez, 2014.

MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do século XXI*. Tradução de Antonio Sepúlveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas

MINISTÉRIO das Relações Exteriores: *Mecanismos inter-regionais: BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR)>. Acesso em: 13 dez, 2014.

MONTEIRO, Solange. Efeito limitado. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, 26-33, mar. 2014.

MORAES JÚNIOR, A. S. Análise da economia brasileira nas últimas décadas. Folha *A Notícia VIP*, Batatais, v. 1, n. 5, p.17, set. 2014.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. *Estatística básica: probabilidade e inferência*, volume único. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

NERI, Marcelo Cortes (Org.). *Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira (thebrightsideofthepoor)*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/brics/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

NOTAS metodológicas. *Tabelas e gráficos IBGE*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/anexos/externo.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

OLIVEIRA, I. T. M.; LEÃO, R. P. F.; CHERNASKY, E. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio e política comercial. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. *Estrutura e formação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT*. 4. ed. rev. e ampl. Franca: Uni-FACEF, 2013. 76 p. il.

O'NEILL, Jim. *O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICs e além deles*. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PEREIRA, Bresser. *Substituição de poupança interna pela externa: o caso do Brasil*. 2006. Disponível em: < [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/497-Substitui%C3%A7ao\\_da\\_poupan%C3%A7a.p.06.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/497-Substitui%C3%A7ao_da_poupan%C3%A7a.p.06.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PEREIRA, LiaValls. Déficits, uma questão estrutural. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 03, 47-49, mar. 2014.

PINHEIRO, Antônio Florencio de Lima. *Elementos de macroeconomia e contabilidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1945.

PORTAL BRASIL. *Cotação diária do dólar*. Disponível em: < [http://www.portalbrasil.net/indices\\_dolar02\\_10.htm](http://www.portalbrasil.net/indices_dolar02_10.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Braziliense, 1972.

ROUSSEF, Dilma. Íntegra do discurso da Presidente Dilma durante abertura da reunião ministerial. *O Globo*, 27 jan. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/leia-integra-do-discurso-da-presidente-dilma-durante-abertura-da-reuniao-ministerial-15167346>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Tradução de Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARFATI, Gilberto. *Manual de diplomacia corporativa: a construção das relações internacionais da empresa*. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHIN, Wong K. *A China explicada para brasileiros*. São Paulo: Atlas, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2013.

SIMÕES, Janaina. O Brasil tem uma das maiores reservas de terras raras do planeta. *Inovação Tecnológica*, 2011. Disponível em: <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=reservas-terras-raras-brasil#.VYrAJ0ZCDV5> Acesso em: 18 mar. 2015.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

SOARES, Claudio César. *Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOUSA, Mariana Orsini Machado de. *A crise norte-americana do subprime: medindo o contágio para os BRICs*. 2011. 119 f. (Dissertação em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.fea.usp.br/teses\\_dissertacoes\\_view.php?id=tde-19092011-144700&area=Economia](http://www.fea.usp.br/teses_dissertacoes_view.php?id=tde-19092011-144700&area=Economia). Acesso em: 13 abr. 2014.

TIMÓTEO, Thais. Ineficiência histórica. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 03, 20-23, mar. 2014.

TOREZANI, A. T.; PIPER, D. O comércio exterior dos países sul-americanos: uma investigação 20 anos após o Consenso de Washington. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 27, n. 1, p. 69-86, jul./dez. 2012. <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/22270/13101>. Acesso em: 9 dez 2014.

TRADING Economics. Reservas internacionais chinesas. Disponível em <http://pt.tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>. Acesso em: 29 jan. 2015.

TROSTER, R. L.; MORCILLO, F. M. *Introdução à economia*. Tradução e revisão técnica de: Roberto Luis Troster. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999.

UNITED Nations Statistics Division. *GDP/breakdown at constante 2005 prices in US Dollars: China, Total Value Added*. In: National Accounts Main Agregates Database. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/dnIList.asp>. Acesso em: 10 dez. 2014.

UNITED Nations Economic Commission For Latin America and the Caribbean. *Brazil: trade balance with China, all years*. Disponível em: <<http://www.eclac.org/comercio/ecdata2/index.html>>. Acesso em: 28 mar 2014.

UOL Economia. *Principais cotações*. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação na escala planetária*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990. (Série educando).

## ANEXOS

### ANEXO A - PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA (2000-2013)

**Tabela 41** - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2000 a 2004)

EXPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Algodão	0,01	0,17	2,73	20,00	20,05
Carnes e laticínios	14,71	11,02	9,07	13,38	43,51
Couros e peles	23,96	55,25	88,23	116,47	195,57
Fumo	50,27	56,12	69,45	55,67	101,86
Granito cortado e bruto	2,83	5,03	10,43	37,22	34,48
Madeiras e folhas de painel	33,74	46,23	78,25	122,15	137,05
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	16,66	139,48	96,29	82,80	89,91
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	31,46	89,22	118,39	210,36	195,10
Minério de ferro	271,19	482,63	597,23	764,86	1.114,96
Óleo de soja	21,27	4,92	124,83	268,10	493,38
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	2,61	8,37	11,65	8,80	54,02
Partes e componentes para veículos e tratores	47,97	117,88	60,07	170,41	128,86
Pastas de madeira, papel e celulose	61,95	139,29	141,38	313,29	289,52
Petróleo e derivados	36,15	39,87	0,02	23,81	219,22
Plásticos e suas obras	12,88	9,24	15,72	48,22	31,62
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	42,46	28,63	42,50	68,50	119,94
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	31,03	44,19	118,49	561,62	288,46
Soja em grão	337,35	537,66	825,47	1.313,07	1.621,74

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 42 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2005-2008)**

EXPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)			
	2005	2006	2007	2008
Algodão	93,09	26,39	35,09	32,47
Carnes e laticínios	91,38	22,44	17,53	9,99
Couros e peles	250,26	381,64	490,45	375,40
Fumo	248,82	77,61	271,34	367,32
Granito cortado e bruto	48,34	74,66	67,87	75,41
Madeiras e folhas de painel	148,01	167,90	133,76	93,46
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	77,68	112,74	73,72	90,93
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	262,07	279,03	238,88	297,10
Minério de ferro	1.784,63	2.629,46	3.710,29	5.005,73
Óleo de soja	169,19	113,56	318,34	829,88
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	107,15	57,04	97,62	284,74
Partes e componentes para veículos e tratores	65,73	62,26	105,12	276,31
Pastas de madeira, papel e celulose	289,48	403,46	446,32	743,43
Petróleo e derivados	558,07	835,95	840,18	1.702,80
Plásticos e suas obras	69,59	80,94	94,01	86,65
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	148,63	212,12	205,49	136,83
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	421,75	96,97	268,44	85,01
Soja em grão	1.716,92	2.431,57	2.831,86	5.324,05

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 43 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2009-2011)**

EXPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)		
	2009	2010	2011
Açúcares	-	-	1.157,23
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	-	-	-
Algodão	66,93	140,26	569,84
Café e derivados	-	-	-
Carne de aves	-	-	-
Carnes e laticínios	49,8	236,89	450,27
Celulose	-	-	-
Couros e peles	267,95	354,29	401,25
Ferro - ligas	-	-	-
Fumo	368,46	343,34	382,97
Granito e outras pedras de construção	73,85	115,57	139,13
Madeiras e folhas de painel	60,65	74,8	-
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	113,73	80,37	117,28
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	150,44	240,18	271,82
Minério de ferro	7.823,71	13.338,02	19.797,08
Óleo de soja	406,95	786,42	763,68
Outros			
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	202,46	287,88	373,56
Partes e componentes para veículos e tratores	373,6	409,25	31,07
Pasta química de madeira, para dissolução	-	-	-
Pastas de madeira, papel e celulose	1.138,70	1.214,10	1.457,38
Petróleo e derivados	1.342,16	4.053,88	4.883,93
Plásticos e suas obras	205,25	91,9	361,49
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	322,65	257,16	170,86
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	416,89	312,73	703,97
Soja em grão e triturada	6.342,96	7.133,44	10.957,10
Terras raras	-	-	0,62

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 44 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2012-2013)**

EXPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)	
	2012	2013
Açúcares	-	1.432,00
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	883,00	308,00
Algodão	735,30	189,00
Café e derivados	8,90	-
Carne de aves	-	441,00
Carnes e laticínios	587,60	-
Celulose	-	1.578,00
Couros e peles	486,60	638,00
Ferro - ligas	-	497,00
Fumo	477,80	454,00
Granito e outras pedras de construção	143,70	180,00
Madeiras e folhas de painel	-	-
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	151,00	-
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	317,20	-
Minério de ferro	14.922,10	15.933,00
Óleo de soja	924,40	517,00
Outros	1.453,60	1.486,00
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	293,10	991,00
Partes e componentes para veículos e tratores	44,90	-
Pasta química de madeira, para dissolução	-	-
Pastas de madeira, papel e celulose	1.362,80	-
Petróleo e derivados	4.834,80	4.035,00
Plásticos e suas obras	295,80	121,00
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	273,20	-
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	1.003,60	-
Soja em grão e triturada	12.028,30	17.148,00
Terras raras	-	-

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 45 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2000 a 2004)**

EXPORTAÇÃO	Toneladas (Mil)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Algodão	-	0,10	2,91	17,81	15,13
Carnes e laticínios	21,39	18,24	13,54	17,60	66,28
Couros e peles	6,46	12,11	23,24	32,77	60,85
Fumo	16,68	17,80	23,89	16,32	27,57
Granito cortado e bruto	21,66	38,14	79,64	284,99	248,56
Madeiras e folhas de painel	71,24	88,87	180,83	308,38	311,00
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	3,35	21,68	16,35	13,05	15,29
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	5,69	16,41	33,44	39,70	25,62
Minério de ferro	15.108,88	28.049,28	34.550,10	40.972,52	52.698,31
Óleo de soja	63,05	17,00	299,05	541,27	882,87
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	52,35	129,37	174,26	172,22	481,31
Partes e componentes para veículos e tratores	0,60	3,70	8,19	29,39	42,08
Pastas de madeira, papel e celulose	113,78	446,59	397,01	818,20	851,44
Petróleo e derivados	227,88	227,70	0,01	127,62	966,67
Plásticos e suas obras	20,76	19,67	19,94	62,89	29,29
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	48,34	65,74	64,82	124,32	269,23
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	92,50	111,26	366,35	1.555,30	646,65
Soja em grão	1.783,63	3.192,32	4.142,66	6.101,94	5.678,00

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 46 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2005-2008)**

EXPORTAÇÃO	Toneladas (Mil)			
	2005	2006	2007	2008
Algodão	78,54	21,73	28,00	23,74
Carnes e laticínios	123,36	29,60	13,61	2,33
Couros e peles	98,81	124,67	145,08	109,92
Fumo	62,85	16,96	55,57	54,33
Granito cortado e bruto	339,65	528,47	482,58	454,58
Madeiras e folhas de painel	272,20	278,98	218,21	127,39
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	10,56	15,27	7,52	5,18
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	36,01	35,99	30,89	31,84
Minério de ferro	59.061,71	81.311,34	105.025,71	98.621,41
Óleo de soja	365,53	234,62	433,75	703,03
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	760,71	358,05	353,89	714,38
Partes e componentes para veículos e tratores	10,38	11,35	4,75	2,92
Pastas de madeira, papel e celulose	727,17	982,07	918,09	1.284,80
Petróleo e derivados	1.893,92	2.333,45	2.185,23	2.900,44
Plásticos e suas obras	54,72	56,70	48,98	44,08
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	209,32	220,36	140,61	81,70
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	798,40	82,00	72,95	17,27
Soja em grão	7.157,55	10.769,17	10.071,88	11.823,57

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 47 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2009-2011)**

EXPORTAÇÃO	Toneladas (Mil)		
	2009	2010	2011
Açúcares	-	-	2.043,19
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	-	-	-
Algodão	49,08	84,59	189,98
Café e derivados	-	-	-
Carne de aves	-	-	-
Carnes e laticínios	26,25	124,70	163,59
Celulose	-	-	-
Couros e peles	135,87	130,87	113,20
Ferro - ligas	-	-	-
Fumo	57,58	44,04	52,90
Granito e outras pedras de construção	483,53	726,24	637,18
Madeiras e folhas de painel	90,11	118,80	-
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	6,16	3,29	3,20
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	17,67	30,43	24,99
Minério de ferro	166.088,04	152.563,21	164.500,34
Óleo de soja	529,10	935,96	466,96
Outros	-	-	-
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	1.223,82	1.313,37	961,32
Partes e componentes para veículos e tratores	1,79	2,26	2,25
Pasta química de madeira, para dissolução	-	-	-
Pastas de madeira, papel e celulose	2.850,43	2.058,58	1.943,41
Petróleo e derivados	3.869,62	8.295,15	5.761,49
Plásticos e suas obras	206,08	54,99	188,78
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	430,12	175,75	336,09
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	356,86	198,09	536,35
Soja em grão e triturada	15.939,97	19.064,46	22.104,72
Terras raras	-	-	1,50

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 48 - Pauta de Exportações do Brasil para a China (2012-2013)**

EXPORTAÇÃO	Toneladas (Mil)	
	2012	2013
Açúcares	-	
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	0,70	
Algodão	370,60	3.496,00
Café e derivados	2,20	-
Carne de aves	-	97,00
Carnes e laticínios	248,70	-
Celulose	-	190,00
Couros e peles	160,30	2.954,00
Ferro - ligas	-	-
Fumo	62,70	57,00
Granito e outras pedras de construção	778,00	56,00
Madeiras e folhas de painel	-	1.022,00
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	9,50	-
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	24,30	-
Minério de ferro	169.940,10	170.709,00
Óleo de soja	787,50	529,00
Outros	2.562,90	2.231,00
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	1.177,20	1.103,00
Partes e componentes para veículos e tratores	4,60	-
Pasta química de madeira, para dissolução	-	-
Pastas de madeira, papel e celulose	2.534,40	5.976,00
Petróleo e derivados	6.511,20	92,00
Plásticos e suas obras	210,10	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	378,30	32.252,00
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	419,60	-
Soja em grão e triturada	22.885,90	
Terras raras	-	

Fonte: CEBC, 2014.

## ANEXO B – PAUTA DE IMPORTAÇÕES DO BRASIL COM RELAÇÃO À CHINA (2000-2013)

**Tabela 49 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2000 a 2003)**

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)			
	2000	2001	2002	2003
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	360,15	379,73	454,98	708,05
• Aparelhos de radiodifusão	79,62	66,86	126,08	221,13
• Aparelhos de som	39,67	40,76	73,79	98,28
• Aparelhos elétricos para telefonia	17,61	21,78	17,47	25,60
• Circuitos impressos	9,49	6,83	15,01	20,86
• Circuitos integrados	22,25	24,32	38,18	80,18
• Condensadores elétricos e resistências	7,25	6,38	8,86	13,21
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	43,54	42,59	54,47	96,69
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	84,68	116,80	84,23	94,48
• Eletrodomésticos	8,97	6,79	4,38	4,01
• Fornos e aquecedores elétricos	9,28	13,43	10,02	15,39
• Outros equipamentos elétricos	22,28	21,05	19,81	31,86
• Componentes de automóveis	-	5,55	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	197,15	207,73	225,69	304,37
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	170,54	181,59	163,16	215,09
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	12,11	18,94	21,72	22,61
• Máquinas de processamento de dados	121,84	89,86	93,00	128,51
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	3,91	6,10	7,09	10,59
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	7,88	10,91	7,99	8,29
• Máquinas e equipamentos para construção civil	3,10	26,80	1,98	2,27
• Máquinas para uso agrícola	0,25	0,46	0,24	0,44
• Outras máquinas	0,81	1,34	2,02	2,87
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	88,06	73,30	101,15	139,48
Têxteis e vestuário	60,99	91,28	93,84	152,91
Coques de hulha	58,01	78,32	124,76	213,89
Brinquedos	56,99	46,91	35,27	31,86
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	26,70	26,40	27,90	35,89
Plásticos e borrachas e suas obras	24,94	22,19	22,42	31,99
Calçados	19,90	18,15	26,71	31,59
Partes e componentes para veículos e tratores	5,08	9,08	11,66	15,10
Automóveis	-	-	-	-
Caminhões	-	-	-	-
Chassis e carrocerias	-	-	0,02	0,05
Componentes de automóveis	0,64	1,21	-	1,16
Locomotivas e vagões	-	-	-	1,80
Motocicletas	0,08	-	0,02	0,26
Outros equipamentos elétricos	-	0,34	0,14	0,17

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 50 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2004 a 2006)**

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)		
	2004	2005	2006
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	1.386,67	2.137,34	3.154,61
• Aparelhos de radiodifusão	429,34	769,32	1.153,31
• Aparelhos de som	193,56	312,68	412,72
• Aparelhos elétricos para telefonia	71,58	211,12	156,33
• Circuitos impressos	40,68	47,79	103,01
• Circuitos integrados	154,71	69,59	305,34
• Condensadores elétricos e resistências	27,35	9,51	53,38
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	170,11	245,76	359,55
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	181,59	199,37	339,62
• Eletrodomésticos	5,83	760,51	20,77
• Fornos e aquecedores elétricos	29,12	32,43	112,26
• Outros equipamentos elétricos	72,42	71,40	108,59
• Componentes de automóveis	-	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	460,27	384,48	725,69
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	409,88	442,99	1.379,44
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	48,35	35,57	146,33
• Máquinas de processamento de dados	245,03	76,58	790,21
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	17,54	31,24	65,42
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	17,85	22,72	51,23
• Máquinas e equipamentos para construção civil	3,09	30,43	59,72
• Máquinas para uso agrícola	0,95	583,36	5,59
• Outras máquinas	7,15	5,29	33,89
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	243,28	360,00	468,12
Têxteis e vestuário	251,29	165,28	609,21
Coques de hulha	341,40	138,22	113,58
Brinquedos	67,02	81,53	151,25
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	76,18	135,91	267,65
Plásticos e borrachas e suas obras	63,73	96,24	258,33
Calçados	47,82	74,88	91,57
Partes e componentes para veículos e tratores	70,02	21,98	126,41
Automóveis	-	1,93	0,24
Caminhões	-	-	0,32
Chassis e carrocerias	0,06	-	0,12
Componentes de automóveis	12,76	3,07	33,91
Locomotivas e vagões	35,99	2,62	5,38
Motocicletas	0,41	1,01	5,01
Outros equipamentos elétricos	0,54	0,16	3,50

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 51 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2007 a 2009)**

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)		
	2007	2008	2009
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	4.314,96	6.299,20	5.269,21
• Aparelhos de radiodifusão	583,70	931,18	923,92
• Aparelhos de som	452,35	495,09	425,00
• Aparelhos elétricos para telefonia	1.283,14	1.983,99	1.228,00
• Circuitos impressos	139,96	194,67	159,57
• Circuitos integrados	334,87	507,24	645,18
• Condensadores elétricos e resistências	72,44	102,68	75,95
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	585,06	822,17	726,92
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	420,16	621,26	521,41
• Eletrodomésticos	42,96	84,84	88,66
• Fornos e aquecedores elétricos	178,86	193,68	188,67
• Outros equipamentos elétricos	154,61	252,93	203,37
• Componentes de automóveis	-	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	1.285,56	2.196,54	1.587,60
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	2.345,55	3.712,19	-
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	318,44	441,22	421,64
• Máquinas de processamento de dados	980,48	1.445,15	1.302,24
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	109,00	223,02	160,16
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	90,50	154,57	127,97
• Máquinas e equipamentos para construção civil	116,79	283,60	296,13
• Máquinas para uso agrícola	12,35	24,57	17,25
• Outras máquinas	77,18	141,55	111,96
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	715,29	1.131,97	743,06
Têxteis e vestuário	993,55	1.407,29	1.370,03
Coques de hulha	211,24	600,53	88,81
Brinquedos	257,01	327,32	295,42
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	671,38	1.174,07	715,59
Plásticos e borrachas e suas obras	404,94	635,77	475,36
Calçados	154,93	228,45	193,02
Partes e componentes para veículos e tratores	220,53	522,58	390,4
Automóveis	1,27	4,11	5,62
Caminhões	4,37	109,84	71,41
Chassis e carrocerias	0,97	4,00	6,86
Componentes de automóveis	53,26	93,16	103,39
Locomotivas e vagões	5,96	11,32	19,72
Motocicletas	24,12	33,44	20,84
Outros equipamentos elétricos	5,32	10,34	8,61

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 52 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011)**

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)	
	2010	2011
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	7.979,56	9.788,47
• Aparelhos de som	506,43	597,58
• Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.909,61	2.238,68
• Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	1.516,74	2.332,99
• Aparelhos para circuitos elétricos	-	-
• Aquecedores elétricos de água	-	-
• Circuito impresso	251,99	-
• Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	889,20	-
• Condensadores elétricos e resistências	128,39	184,93
• Eletrodomésticos	93,55	143,99
• Fornos e aquecedores elétricos	278,86	388,84
• Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga	910,37	1.214,07
• Motores e geradores	-	-
• Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	1.030,17	1.154,62
• Outros equipamentos elétricos	326,23	401,49
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	5.626,40	6.696,53
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	1.097,45	1.032,58
• Bombas e compressores de ar ou vácuo	-	-
• Cábreas; guindastes	-	-
• Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	-	-
• Fornos industriais ou de laboratório	-	-
• Máquinas automáticas para processamentos de dados	1.949,76	2.284,35
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	291,75	429,13
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	239,04	318,92
• Máquinas e aparelhos de ar condicionado	-	-
• Máquinas e aparelhos para impressão	-	-
• Máquinas e equipamentos para construção civil	502,77	823,68
• Máquinas para uso agrícola	30,95	32,42
• Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	-	-
• Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	-	-
• Torneiras e válvulas	-	-
• Outras máquinas	222,2	322,59
Produtos químicos orgânicos	2.032,24	3.030,64
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	630,27	1.556,66
• Automóveis de passageiros	69,83	484,20
• Bicicletas e outros ciclos	-	-
• Caminhões	94,52	150,47
• Carrinhos p/ crianças e suas partes	-	-
• Chassis e carrocerias	35,39	51,27
• Componentes de automóveis	173,26	282,82
• Locomotivas e vagões	1,92	-
• Motocicletas	33,52	80,78
• Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	-	-

**Tabela 52 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011)**

Cont.

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)	
	2010	2011
• Partes e acessórios para veículos automóveis	-	-
• Partes e acessórios para veículos de duas rodas	-	-
• Reboques e semi-reboques	-	-
• Tratores	-	84,92
• Veículos automóveis para transporte de mercadoria	-	-
• Veículos automóveis para usos especiais	-	-
Adbos ou fertilizantes	-	-
Brinquedos	419,87	590,85
Calçados	90,59	119,64
Coques de hulha	195,66	-
Couros e Peles	-	-
Ferro fundido, ferro e aço	-	1.818,64
Filamentos sintéticos ou artificiais	-	-
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirurgicos	934,01	682,51
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.884,05	-
Plásticos e suas obras	862,50	1.291,61
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.150,75	2.897,24

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 53 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013)**

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)	
	2012	2013
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	9.808,40	10.869,00
• Aparelhos de som	546,00	-
• Aparelhos e partes para rádio e televisão	2.441,90	1.907,00
• Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.008,50	2.519,00
• Aparelhos para circuitos elétricos	-	420,00
• Aquecedores elétricos de água	471,20	449,00
• Circuito impresso	-	300,00
• Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	849,10	1.024,00
• Condensadores elétricos e resistências	186,00	-
• Eletrodomésticos	169,30	338,00
• Fornos e aquecedores elétricos	-	-
• Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga	1.262,20	382,00
• Motores e geradores	-	286,00
• Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	1.235,40	537,00
• Outros equipamentos elétricos	505,40	-
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	7.925,70	8.131,00
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	881,70	-
• Bombas e compressores de ar ou vácuo	-	466,00
• Cábreas; guindastes	-	312,00
• Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	-	198,00
• Fornos industriais ou de laboratório	-	266,00
• Máquinas automáticas para processamentos de dados	2.697,60	834,00
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	422,10	-
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	227,10	-
• Máquinas e aparelhos de ar condicionado	-	477,00
• Máquinas e aparelhos para impressão	-	550,00
• Máquinas e equipamentos para construção civil	938,70	-
• Máquinas para uso agrícola	43,10	-
• Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	-	1.547,00
• Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	-	193,00
• Torneiras e válvulas	-	233,00
• Outras máquinas	249,60	-
Produtos químicos orgânicos	3.026,30	2.184,00
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	1.232,20	1.034,00
• Automóveis de passageiros	49,80	115,00
• Bicicletas e outros ciclos	-	17,00
• Caminhões	94,20	-
• Carrinhos p/ crianças e suas partes	-	20,00
• Chassis e carrocerias	28,80	-
• Componentes de automóveis	329,70	-
• Locomotivas e vagões	307,00	-
• Motocicletas	93,00	-
• Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	-	52,00

**Tabela 53 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013)**

Cont.

IMPORTAÇÃO	Período (Milhões de US\$)	
	2012	2013
• Partes e acessórios para veículos automóveis	-	421,00
• Partes e acessórios para veículos de duas rodas	-	236,00
• Reboques e semi-reboques	-	43,00
• Tratores	20,10	11,00
• Veículos automóveis para transporte de mercadoria	-	14,00
• Veículos automóveis para usos especiais	-	90,00
Adbos ou fertilizantes	-	-
Brinquedos	621,20	-
Calçados	107,10	-
Coques de hulha	161,70	-
Couros e Peles	431,30	-
Ferro fundido, ferro e aço	-	978,00
Filamentos sintéticos ou artificiais	-	-
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirurgicos	741,00	-
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.106,10	1.017,00
Plásticos e suas obras	1.453,70	1.005,00
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	3.322,60	884,00

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 54 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2000 a 2003)**

IMPORTAÇÃO	Tonelada (Mil)			
	2000	2001	2002	2003
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	49,38	57,72	9,92	72,28
• Aparelhos de radiodifusão	7,72	5,93	9,00	11,90
• Aparelhos de som	6,75	6,59	1,33	11,52
• Aparelhos elétricos para telefonia	1,26	1,62	0,64	1,63
• Circuitos impressos	0,41	0,23	0,09	1,24
• Circuitos integrados	0,08	0,06	0,86	0,09
• Condensadores elétricos e resistências	0,47	0,38	10,65	0,73
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	8,59	8,27	16,80	16,66
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	14,32	20,26	0,88	13,76
• Eletrodomésticos	1,63	1,57	2,50	0,92
• Fornos e aquecedores elétricos	2,20	3,90	5,18	5,16
• Outros equipamentos elétricos	5,00	6,91	0,11	7,17
• Componentes de automóveis	-	1,55	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	125,05	203,50	21,82	282,08
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	31,52	38,63	7,44	44,19
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	3,81	5,85	0,04	7,11
• Máquinas de processamento de dados	15,97	12,80	1,91	17,37
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	1,36	1,69	2,42	2,87
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	2,81	3,18	1,42	2,47
• Máquinas e equipamentos para construção civil	1,65	7,76	0,16	1,83
• Máquinas para uso agrícola	0,08	0,15	1,00	0,21
• Outras máquinas	0,24	0,51	3,47	1,16
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	7,77	8,36	58,53	10,93
Têxteis e vestuário	14,37	18,40	2.635,05	41,64
Coques de hulha	889,95	889,02	9,59	1.687,01
Brinquedos	17,76	15,08	2,31	13,67
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	27,73	19,86	25,26	25,54
Plásticos e borrachas e suas obras	22,63	18,83	181,25	2,84
Calçados	2,34	2,19	1.480,00	27,97
Partes e componentes para veículos e tratores	2,70	5,04	0,28	9,81
Automóveis	-	-	-	-
Caminhões	-	-	-	-
Chassis e carrocerias	-	-	0,16	0,07
Componentes de automóveis	0,15	0,32	-	0,41
Locomotivas e vagões	-	-	-	1,09
Motocicletas	0,02	-	0,03	0,08
Outros equipamentos elétricos	-	0,23	0,09	0,02

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 55 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2004 a 2006)**

IMPORTAÇÃO	Tonelada (Mil)		
	2004	2005	2006
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	131,00	175,93	274,32
• Aparelhos de radiodifusão	22,67	22,91	31,74
• Aparelhos de som	24,77	37,27	46,66
• Aparelhos elétricos para telefonia	3,42	0,28	5,47
• Circuitos impressos	1,91	16,42	3,96
• Circuitos integrados	0,15	2,34	0,77
• Condensadores elétricos e resistências	1,65	1,98	2,79
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	26,65	39,72	58,43
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	24,82	29,53	64,26
• Eletrodomésticos	1,33	123,86	3,82
• Fornos e aquecedores elétricos	10,21	1,81	33,70
• Outros equipamentos elétricos	10,95	13,53	15,50
• Componentes de automóveis	-	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	367,72	23,49	650,51
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	74,77	40,47	194,26
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	14,30	10,05	38,25
• Máquinas de processamento de dados	26,25	21,45	54,24
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	5,05	10,46	18,10
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	5,18	6,07	12,72
• Máquinas e equipamentos para construção civil	1,96	7,86	17,50
• Máquinas para uso agrícola	0,26	400,54	1,36
• Outras máquinas	2,74	0,98	8,07
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	16,12	110,71	29,06
Têxteis e vestuário	81,88	746,77	175,88
Coques de hulha	1.058,62	87,62	725,52
Brinquedos	23,15	7,82	34,68
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	48,21	80,30	210,62
Plásticos e borrachas e suas obras	52,91	26,39	151,55
Calçados	5,33	30,45	8,39
Partes e componentes para veículos e tratores	37,67	5,00	50,87
Automóveis	-	0,62	0,05
Caminhões	-	-	0,07
Chassis e carrocerias	0,02	-	0,09
Componentes de automóveis	3,36	1,72	9,36
Locomotivas e vagões	22,18	0,04	1,67
Motocicletas	0,14	0,22	1,57
Outros equipamentos elétricos	0,07	0,12	1,89

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 56 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2007 a 2009)**

IMPORTAÇÃO	Tonelada (Mil)		
	2007	2008	2009
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	339,25	406,24	353,41
• Aparelhos de radiodifusão	37,33	47,56	56,47
• Aparelhos de som	46,07	43,75	36,82
• Aparelhos elétricos para telefonia	12,89	19,64	14,17
• Circuitos impressos	5,14	5,85	4,73
• Circuitos integrados	1,17	0,77	0,74
• Condensadores elétricos e resistências	3,78	4,06	3,25
• Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	76,33	92,25	85,77
• Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos	59,98	77,63	47,67
• Eletrodomésticos	6,62	13,25	14,48
• Fornos e aquecedores elétricos	54,03	50,30	46,77
• Outros equipamentos elétricos	22,47	31,64	26,57
• Componentes de automóveis	-	-	-
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	1.667,20	1.621,62	1.112,22
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	330,04	461,02	-
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	72,04	91,23	88,38
• Máquinas de processamento de dados	52,09	54,76	48,37
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	32,01	52,37	31,59
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	15,68	25,26	19,14
• Máquinas e equipamentos para construção civil	38,82	75,28	76,47
• Máquinas para uso agrícola	2,85	4,38	2,57
• Outras máquinas	23,46	28,97	22,06
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	41,22	52,48	49,76
Têxteis e vestuário	253,96	313,61	289,35
Coques de hulha	1.033,53	1.106,55	122,69
Brinquedos	49,66	58,19	52,55
Produtos semimanufaturados de ferro e aço	617,58	906,48	544,78
Plásticos e borrachas e suas obras	206,68	244,48	183,32
Calçados	13,99	18,94	13,50
Partes e componentes para veículos e tratores	84,67	141,89	101,44
Automóveis	0,27	0,85	1,18
Caminhões	1,13	19,13	12,03
Chassis e carrocerias	0,26	1,29	1,86
Componentes de automóveis	18,70	31,95	30,81
Locomotivas e vagões	1,38	4,25	2,45
Motocicletas	6,76	8,45	5,32
Outros equipamentos elétricos	2,47	3,88	3,05

Fonte: CEBC, 2014.

**Tabela 57 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011)**

IMPORTAÇÃO	Tonelada (Mil)	
	2010	2011
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	553,10	641,68
• Aparelhos de som	44,14	53,85
• Aparelhos e partes para rádio e televisão	115,04	125,67
• Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	20,60	27,97
• Aparelhos para circuitos elétricos	-	-
• Aquecedores elétricos de água	-	-
• Circuito impresso	6,83	-
• Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1,03	-
• Condensadores elétricos e resistências	5,19	7,12
• Eletrodomésticos	14,67	22,77
• Fornos e aquecedores elétricos	70,10	85,95
• Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga	81,13	92,22
• Motores e geradores	-	-
• Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	128,17	131,44
• Outros equipamentos elétricos	41,86	43,37
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	754,88	808,77
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	267,58	205,33
• Bombas e compressores de ar ou vácuo	-	-
• Cábreas; guindastes	-	-
• Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	-	-
• Fornos industriais ou de laboratório	-	-
• Máquinas automáticas para processamentos de dados	60,81	63,61
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	51,61	72,42
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	37,76	42,41
• Máquinas e aparelhos de ar condicionado	-	-
• Máquinas e aparelhos para impressão	-	-
• Máquinas e equipamentos para construção civil	134,37	208,61
• Máquinas para uso agrícola	5,03	5,24
• Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	-	-
• Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	-	-
• Torneiras e válvulas	-	-
• Outras máquinas	41,24	54,65
Produtos químicos orgânicos	1.410,49	2.534,53
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	192,00	405,92
• Automóveis de passageiros	11,87	82,21
• Bicicletas e outros ciclos	-	-
• Caminhões	17,36	31,92
• Carrinhos p/ crianças e suas partes	-	-
• Chassis e carrocerias	8,99	11,11
• Componentes de automóveis	64,07	89,42
• Locomotivas e vagões	0,44	-
• Motocicletas	9,46	21,13
• Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	-	-

**Tabela 57 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2010 a 2011)**

Cont.

IMPORTAÇÃO	Tonelada (Mil)	
	2010	2011
• Partes e acessórios para veículos automóveis	-	-
• Partes e acessórios para veículos de duas rodas	-	-
• Reboques e semi-reboques	-	-
• Tratores	-	19,64
• Veículos automóveis para transporte de mercadoria	-	-
• Veículos automóveis para usos especiais	-	-
Adbos ou fertilizantes	-	-
Brinquedos	81,10	102,13
Calçados	7,12	9,75
Coques de hulha	362,46	-
Couros e Peles	-	-
Ferro fundido, ferro e aço	-	1.498,40
Filamentos sintéticos ou artificiais	-	-
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirurgicos	65,07	25,44
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.020,40	-
Plásticos e suas obras	326,34	421,02
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	437,09	494,62

**Fonte:** CEBC, 2014.

**Tabela 58 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013)**

IMPORTAÇÃO	Ano/Quantidade	
	2012 (Mil)	2013 (Quant. 10 Mil)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	656,40	4.961.103,00
• Aparelhos de som	48,80	-
• Aparelhos e partes para rádio e televisão	133,90	2.093,00
• Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	23,70	10.570,00
• Aparelhos para circuitos elétricos	-	280.101,00
• Aquecedores elétricos de água	100,10	6.479,00
• Circuito impresso	-	34.843,00
• Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1,40	93.224,00
• Condensadores elétricos e resistências	6,70	-
• Eletrodomésticos	25,90	-
• Fornos e aquecedores elétricos	-	-
• Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência ou de descarga	79,60	46.027,00
• Motores e geradores	-	10.798,00
• Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	149,40	195.263,00
• Outros equipamentos elétricos	62,00	-
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	864,40	87.552,00
• Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico	166,70	-
• Bombass e compressores de ar ou vácuo	-	4.115,00
• Câbreas; guindastes	-	0.31
• Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	-	664,00
• Fornos industriais ou de laboratório	-	-
• Máquinas automáticas para processamentos de dados	59,00	6.822,00
• Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	65,70	-
• Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	33,20	-
• Máquinas e aparelhos de ar condicionado	-	53,00
• Máquinas e aparelhos para impressão	-	122,00
• Máquinas e equipamentos para construção civil	225,70	-
• Máquinas para uso agrícola	8,20	-
• Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	-	6.782,00
• Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	-	23.790,00
• Torneiras e válvulas	-	11.629,00
• Outras máquinas	43,10	-
Produtos químicos orgânicos	1.892,70	-
Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes	274,20	7.966,00
• Automóveis de passageiros	8,70	2.38
• Bicicletas e outros ciclos	-	20,00
• Caminhões	16,80	-
• Carrinhos p/ crianças e suas partes	-	-
• Chassis e carrocerias	6,00	-
• Componentes de automóveis	88,10	-
• Locomotivas e vagões	23,60	-
• Motocicletas	21,70	-
• Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	-	18,00

**Tabela 58 - Pauta de Importações do Brasil com relação à China (2012 a 2013)**

Cont.

IMPORTAÇÃO	Ano/Quantidade	
	2012 (Mil)	2013 (Quant. 10 Mil)
• Partes e acessórios para veículos automóveis	-	7.605,00
• Partes e acessórios para veículos de duas rodas	-	273,00
• Reboques e semi-reboques	-	46,00
• Tratores	4,40	0,91
• Veículos automóveis para transporte de mercadoria	-	0,32
• Veículos automóveis para usos especiais	-	-
Aubos ou fertilizantes	-	-
Brinquedos	103,00	-
Calçados	7,40	-
Coques de hulha	334,60	-
Couros e Peles	97,80	-
Ferro fundido, ferro e aço	-	-
Filamentos sintéticos ou artificiais	-	-
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirurgicos	26,10	-
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.477,50	104,00
Plásticos e suas obras	457,40	-
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	513,30	23.169,00

Fonte: CEBC, 2014.